

Diário do Legislativo de 11/11/2008

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

SUMÁRIO

1 - EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO

2 - ATAS

2.1 - 73ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

2.2 - Reunião de Comissões

3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Plenário

4.2 - Comissão

5 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

8 - ERRATA

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO

Concurso Público

A Comissão de Coordenação e Supervisão do Concurso Público para provimento de cargos do quadro de pessoal da Assembléia Legislativa, a que se refere o Edital nº 1/2007, comunica, nos termos do item 11.1.5.3, o resultado da Investigação Social para o cargo de Técnico de Apoio Legislativo, especialidade Policial Legislativo – Masculino e Feminino, códigos 101 e 102. Informa, ainda, que, conforme previsto no item 11.1.5.4.1, a fundamentação da decisão relativa à contra-indicação estará disponível para consulta do candidato no endereço eletrônico www.fundep.br/concursos.

Cargo: 101 – Policial Legislativo – Masculino

INSCRIÇÃO	NOME	RESULTADO DA INVESTIGAÇÃO SOCIAL
722035	ABEL SILVERIO DA SILVA JUNIOR	INDICADO
760294	ALEXANDRE MORAIS SILVA	INDICADO

788032	ALEXSANDRO MAXIMIANO DE OLIVEIRA	INDICADO
712194	ANDERSON DE SOUZA DAMIANI	INDICADO
745209	ANDERSON FIALHO VALENTE	INDICADO
765882	ANDRE BENSEMANN DA COSTA CRUZ	INDICADO
734523	ANDRE DE FREITAS MARTINS	INDICADO
731243	ANDRE GUSTAVO ALVES TEIXEIRA	INDICADO
713482	ANTONIO JOSE DE ASSIS	INDICADO
754421	ARNAPABLO MARQUES LACERDA	INDICADO
714921	BENTO ALEXANDRE DE CARIS	INDICADO
751044	BERNARDO SILVA CAMPOS GUIMARAES MADEIRA	INDICADO
727444	BRUNO CESAR DE RESENDE	INDICADO
718659	BRUNO DE MOURA COSTA FONSECA	INDICADO
763739	CHARLES TADEU DA SILVA	INDICADO
789704	CLAYTON VALVERDE ROCHA	INDICADO
740972	CRISTIANO GUIMARAES MACHADO	INDICADO
730913	DANILO SILVA COUTO	INDICADO
711611	DIOGO LIMA TRUGILHO	INDICADO
722204	DIOGO TORRES DE MAGALHAES FERREIRA	INDICADO
744688	EDSON VITOR DE MIRANDA	INDICADO
748028	ELTON SOUZA REIS	INDICADO
750070	ETIENE MARTINS RIBEIRO	INDICADO
728541	FABIANO MADUREIRA MATOS ALMEIDA	INDICADO
719937	FABIO OLIVEIRA SAMPAIO	INDICADO
725475	FERNANDO FONSECA DO CARMO	INDICADO
717670	FLAVIO JUNIO EMIDIO DA SILVA	INDICADO
750174	FREDERICO ALVES PINHO	INDICADO
714894	GABRIEL GUIMARAES ROSA	INDICADO

	NASCIMENTO	
3609	GABRIEL NUNES MORALEIDA GOMES	INDICADO
737431	GILMAR RODRIGUES VIEIRA	INDICADO
740241	GLADYSTON PATRICK ALVES DE SOUZA IZABEL	INDICADO
725321	GLEYDSON VASCONCELOS DOS SANTOS	INDICADO
753541	GUILHERME CAMPOS DE SOUZA	INDICADO
726179	GUSTAVO HENRIQUE FIGUEIREDO IBRAHIM	INDICADO
748247	GUSTAVO PIMENTEL CAMPOS	INDICADO
730641	GUSTAVO PORTO DINIZ REIS	INDICADO
739560	HELIEL JEFFERSON MARTINS COSTA	INDICADO
1153	HELSON CLEYTON BRANDAO	INDICADO
716869	HENRIQUE DE ALENCAR GOMES	INDICADO
725005	HENRIQUE RESENDE SANTIAGO	INDICADO
753689	HUMBERTO FARIA JUNIOR	INDICADO
756108	ISRAEL COHEN PERSIANO	INDICADO
731572	JEFFERSON PEREIRA DE ANDRADE	INDICADO
727895	JOAO CLAUDIO FERBER NAVES	INDICADO
740877	JOAO FRANCISCO BARBOSA NETO	INDICADO
718479	JOAO VICTOR BARRIOS DUARTE	INDICADO
716531	JOHNNY FRANCO DE OLIVEIRA	INDICADO
718545	JONAS SILVEIRA MACHADO	INDICADO
761810	JORGE LUIZ TOMICH ALVES	INDICADO
716631	JUNIOR MARCIO RODRIGUES SILVEIRA	INDICADO
782935	KLAYLER MOURTHE	INDICADO
714359	LEANDERSON DE MORAIS RESENDE	INDICADO
726268	LEANDRO LOPES BASTOS	INDICADO
755687	LEANDRO WILLTON PENA	INDICADO

771344	LEONARDO CRISTELLI	INDICADO
724680	LEONARDO SOARES DOS SANTOS	INDICADO
727838	LINCOLN ROMULO DA SILVA RAMOS	INDICADO
768138	LUCAS OLANDIM SPINOLA TORRES DE OLIVEIRA	INDICADO
758750	LUCAS PIMENTA AMARAL	INDICADO
721410	LUCIANO GUSTAVO MARTINS ROCHA	INDICADO
726691	LUIZ FELIPE SALLES VIANNA DE PAULA	INDICADO
740461	LUIZ GUILHERME RODRIGUES SILVA	INDICADO
733050	LUIZ MARCOS MEIRA JARDIM	INDICADO
716946	LUIZ MESSIAS JUNIOR	INDICADO
720345	MARCELO HENRIQUE VIANA	INDICADO
716375	MARCELO IDALIZIO PENNA	INDICADO
749362	MARCELO REZENDE DA CONCEICAO	INDICADO
729829	MARCELO WENDLING HENRIQUES	INDICADO
712472	MARCINELE COELHO FERREIRA	INDICADO
717509	MARCO ANTONIO CLEMENTINO FILHO	INDICADO
757934	MARCUS WELINGTON GUIMARAES	INDICADO
721934	MATHEUS LEAL JAUD	INDICADO
735197	NELSON LUIZ BITTENCOURT SARDENBERG	INDICADO
711726	NICOLAI DA CUNHA CARDOSO	INDICADO
740314	NILTON DE SOUZA FERREIRA	INDICADO
724003	PAULO ROBERTO SILVA MEDEIROS	INDICADO
744775	PEDRO RIOS CARNEIRO	INDICADO
744773	RAMON RAMOS HILDEBRANDO	INDICADO
748520	RAPHAEL FREITAS SANTOS	INDICADO
732173	RICARDO BARBOSA MACIEL	INDICADO

751417	RICARDO BRAGA FIGUEREDO	INDICADO
726587	RICARDO FERREIRA OLIVEIRA	INDICADO
725206	ROBSON COSTA CARVALHO LEAO	INDICADO
770851	RODRIGO FURTADO DE BARROS	INDICADO
711946	RODRIGO LIMA DA SILVA	INDICADO
714104	RODRIGO MENDES GUIMARAES GONTIJO	INDICADO
774052	RODRIGO SARMENTO OLIVEIRA	INDICADO
718541	ROGERIO PRATES COSTA ALVES	INDICADO
741549	ROMMEL MORONARI	INDICADO
763032	RONALDO CESAR SANTANNA JUNIOR	INDICADO
734300	RONALDO PINHEIRO DE SOUSA	INDICADO
759202	RUBEN EDUARDO MIRANDA LOPEZ	INDICADO
724538	SAMUEL DE OLIVEIRA COELHO	INDICADO
734560	SAMUEL MAURICIO GOMES DE AMORIM	INDICADO
732205	SANDRO VALEIRO LEITE COELHO	INDICADO
6433	SERGIO BARBOSA DE OLIVEIRA	INDICADO
985	SERGIO MARCOS BITENCOURT SILVEIRA	INDICADO
788352	SUENES EIDER EUGENIO	INDICADO
720348	TALLYSON MATHEUS ALVES AMORIM	INDICADO
714789	THALES MARCELO MAGALHAES PIRONI	INDICADO
4521	THIAGO PRODIGIOS SCHOENENKORB	INDICADO
754179	THOMAS GOMES DE ARAUJO	INDICADO
742546	THOMAS LAFETA ALVARENGA	INDICADO
714228	THOMAZ FRANCISCO DE OLIVEIRA JUNIOR	INDICADO
735138	TIAGO AUGUSTO ALMEIDA BORGES	INDICADO
718503	TIAGO GODOY CAMPOS	INDICADO
3259	TIAGO SANTOS GARCIA	INDICADO

784452	TOMPSON TEMPONI COSTA	INDICADO
710739	VICTOR HUGO DE OLIVEIRA CAMPOS	INDICADO
713898	WELERSON LUIZ AMARAL DA SILVA JUNIOR	INDICADO
758541	WEMIO GOMES MOREIRA	INDICADO
728115	WESLEY GIORDANO CARVALHO MUNDIM	INDICADO
735847	WESLEY PEREIRA DA FONSECA	INDICADO
778884	WESLEY PEREIRA PIO MARTINS	INDICADO
727666	WILLIAM SIQUEIRA SANTOS	INDICADO
6728	WILLIAM WAGNER MARTINS DAS DORES	INDICADO

Cargo: 101 – Policial Legislativo – Masculino - Deficiente

INSCRIÇÃO	NOME	RESULTADO DA INVESTIGAÇÃO SOCIAL
716375	MARCELO IDALIZIO PENNA	INDICADO
748520	RAPHAEL FREITAS SANTOS	INDICADO

Cargo: 102 – Policial Legislativo – Feminino

INSCRIÇÃO	NOME	RESULTADO DA INVESTIGAÇÃO SOCIAL
716070	ANA BEATRIZ MARTINS DE ARAUJO	INDICADO
736544	ANA CAROLINA ABREU REIS	INDICADO
746230	ANA CAROLINA CHAVES PISA	INDICADO
755630	ANA CLARICE DOS SANTOS MARTINS	INDICADO
779713	ANA CLAUDIA MAFRA DE CAMPOS	INDICADO
2405	ANA LUCIA DIAS DA SILVA	INDICADO
720379	BRUNA OLIVEIRA MENDES	INDICADO
714470	CARLA SCHNEIDER BICALHO	INDICADO
740304	CAROLINA MENDES BITTENCOURT	INDICADO
765811	CAROLINE DA CONCEICAO DIAS	INDICADO
749208	CLAUDIA EUSTAQUIO FERREIRA	INDICADO

763086	CRISTIANE ALVES BATISTA	INDICADO
748064	CYBELLE MARTINS CRISTIANO	INDICADO
728987	DANIELA MAGALHAES DE MORAES	INDICADO
756673	DANIELLA SILVA ARAUJO MACHADO	INDICADO
758796	DANIELLE NOGUEIRA DA GAMA NUNES	INDICADO
726783	DANIELLE VENTURA FERREIRA DA SILVA	INDICADO
750700	DENISE MARIA NEPOMUCENO	INDICADO
761987	ELIANE DE SOUZA RESENDE	INDICADO
6916	FERNANDA LELLIS FERNANDES	INDICADO
789071	FERNANDA MOREIRA DE MORAIS SILVA	INDICADO
763136	GABRIELA CORDEIRO TAVARES	INDICADO
714068	GRACIETTY RYNARA GANDRA SILVA	INDICADO
712976	GRAZIELE CRISTINE DA ROCHA CUNHA	INDICADO
718049	GREICE RODRIGUES COSTA	INDICADO
737690	IMANY ABBAS	INDICADO
733668	ISABELA MIRANDA LOPEZ	INDICADO
725644	JANAINA ALVES DOS SANTOS	INDICADO
2971	JESSICA DA SILVA BATISTA	INDICADO
763095	JULIANA PONTES DA FONSECA	INDICADO
723435	KARINE MARIA DE SOUZA LOPES	INDICADO
3647	KELE DIAS LEAL	INDICADO
723136	LIVIA SOARES	INDICADO
727763	LORENA NASCIMENTO RAMOS DE ALMEIDA	INDICADO
773253	LORIS RIBEIRO FONTANA	INDICADO
731335	LUCIANA ALCANTARA DE SOUZA	INDICADO
743116	LUCIANA PARO DE CASTRO	INDICADO

780130	LUCIMAR ARRUDA FERREIRA	INDICADO
747091	MARIANA LAVIOLA ROSA	INDICADO
747652	MARIANA PAIVA DE OLIVEIRA	INDICADO
725456	NATHALIA ABREU MEZZETTI	INDICADO
730353	PATRICIA GONCALVES DE CARVALHO	INDICADO
786340	PATRICIA HELENA BUCKER RAPALO	INDICADO
732987	PAULA TOLENTINO DUTRA	INDICADO
734200	RENATA BRANDAO TEIXEIRA	INDICADO
745050	RENATA PAULA TEOBALDO FERREIRA	INDICADO
751658	RENATA PIRES E ALBUQUERQUE FERRER	INDICADO
748249	SILVIA GOMES PRIMA	INDICADO
765299	SILVIA GUIMARAES CARLOS	INDICADO
740433	SIMONE REGINA LUIZ GOMES	INDICADO
7505	STELLA ALMEIDA MOREIRA	INDICADO
724488	TAINAH FERNANDES TEIXEIRA	INDICADO
751843	VANESSA COSTA ALCANTARA MORAES	INDICADO
736824	VANESSA NOGUEIRA DA GAMA NUNES	INDICADO
739202	VENICA ANGELOS DE MELO	INDICADO
726775	VIVIAN NUNES MACHADO	INDICADO
720033	VIVIANE DOS SANTOS MANCINI	INDICADO

ATAS

ATA DA 73ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 5/11/2008

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata; discursos dos Deputados Gilberto Abramo, Lafayette de Andrada, Sávio Souza Cruz, José Henrique e Adalclever Lopes; aprovação - Questão de ordem - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Questões de ordem - Suspensão e reabertura da reunião - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Alencar da Silveira Jr. - Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Agostinho Patrús Filho - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio -

Arlen Santiago - Carlin Moura - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Doutor Rinaldo - Durval Ângelo - Elisa Costa - Elmiro Nascimento - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Irani Barbosa - Jayro Lessa - João Leite - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Helvécio - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Weliton Prado - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 20h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Fábio Avelar, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior.

O Sr. Presidente - Em discussão, a ata. Com a palavra, para discutir, o Deputado Gilberto Abramo.

O Deputado Gilberto Abramo - Presidente, hoje à tarde, quando da aprovação da ata, o Deputado Sávio Souza Cruz fez algumas abordagens por não concordar com o que foi lido e dito, ou seja, quanto ao resumo da própria ata. No entanto, a ata teve sua aprovação. Faço uma questão de ordem para saber como podemos aprovar uma ata se não existe unanimidade na aprovação. Como podemos aprovar uma ata se há Deputados que não concordam com o que foi lido pelo Secretário? Essa é a nossa questão de ordem. Se for necessário mudança no Regimento, que o mesmo mude. A partir do momento em que a ata é lida e colocada para aprovação, é necessário existir a aprovação pelo Plenário. Automaticamente, a ata deveria ser submetida à votação, o que não está acontecendo. Por isso faço esta questão de ordem. Quem sabe teremos de solicitar à Mesa uma revisão na aprovação da ata.

O Sr. Presidente - Deputado Gilberto Abramo, o art. 24 do Regimento Interno determina o seguinte: "Abertos os trabalhos, o 2º-Secretário fará a leitura da ata da reunião anterior, que o Presidente considerará aprovada, independentemente de votação".

O Deputado Lafayette de Andrada - Serei breve, só farei um encaminhamento. A ata lida no início das reuniões na verdade é um extrato da ata. As notas taquigráficas estão arquivadas. As notas taquigráficas da reunião existem e podem ser consultadas. O que é lido é apenas um extrato da ata, por isso ela não é submetida à votação. Qualquer Deputado pode ver as notas taquigráficas e requerer retificação.

O Deputado Sávio Souza Cruz - Sr. Presidente, primeiramente quero registrar nossa satisfação pela informação dada pelo Deputado Lafayette de Andrada, já que ninguém sabia que o que é lido é o extrato da ata. Ninguém sabia disso, por isso ficamos muito satisfeitos com a informação. Sr. Presidente, há uma questão a ser discutida em relação à confecção das atas nesta Casa. Por exemplo, na leitura brilhantemente feita pelo nosso decano da Comissão de Meio Ambiente, Deputado Fábio Avelar, foi dito que houve uma discussão da ata pelo Deputado Sávio Souza Cruz. Gostaria, Presidente, se possível, que se fizesse constar na ata o teor da discussão, porque foi mencionada a existência de um vídeo cujo teor solicitei fosse explicitado ao Plenário, para que pudéssemos, ou não, fazer a aprovação. No entanto, o então Presidente, 2º-Vice-Presidente da Casa, nosso companheiro de bancada, Deputado José Henrique, tomado de arroubos de autoritarismo, não permitiu que fôssemos informados do teor do vídeo a que a ata fazia menção. Há outra questão que precisamos discutir em relação ao mecanismo das atas, porque, na seqüência, apresentei uma questão de ordem da maior gravidade, Sr. Presidente. Este Deputado recorreu ao Plenário, instância última de decisão política da Casa, sobre uma decisão, que julgava inconveniente, da Presidência exercida pelo Deputado José Henrique. Então, no exercício de minhas atribuições, recorri ao Plenário, a fim de que soberanamente se manifestasse sobre a decisão do Presidente José Henrique, concordando com ela, endossando-a ou não. Todavia, isso novamente não constou na ata lida agora, à noite, pelo Deputado Fábio Avelar. Diante disso, gostaria que V. Exa. determinasse que se constasse em ata o teor da questão de ordem que apresentei, visto tratar-se de assunto da maior gravidade, já que busca resgatar a atribuição indelegável do Plenário. Como sabemos, o Plenário é a instância de recurso das decisões de quem preside os trabalhos. Então, se o Presidente - seja V. Exa., seja o Deputado José Henrique, seja o Deputado Alberto Pinto Coelho - toma uma decisão e qualquer parlamentar se sente inconformado com ela, só caberá recurso ao Plenário; não há outra instância. Esse recurso foi utilizado tempestivamente por este Deputado, mas não mereceu a acolhida da Presidência do Deputado José Henrique, que, conforme afirmei hoje à tarde, não estava em uma de suas tardes mais inspiradas no exercício da Presidência. Então, solicito a V. Exa. que faça constar na ata que foi negado o recurso apresentado por este Deputado à Presidência do Deputado José Henrique para que o Plenário se manifestasse sobre a sua decisão de, unilateralmente, dar por aprovada uma ata na qual não constava o teor do vídeo. Naquele momento, era fundamental que o Plenário conhecesse o conteúdo do vídeo, a fim de que nos manifestássemos sobre a ata.

O Sr. Presidente - A Presidência informa ao Deputado Sávio Souza Cruz que o art. 41 do Regimento Interno diz o seguinte: "Serão lavradas duas atas dos trabalhos da reunião pública: uma, em minúcias, para ser publicada no órgão oficial dos Poderes do Estado; outra, sucinta, para ser lida, aprovada e assinada na reunião seguinte".

O Deputado José Henrique - Gostaria de responder à questão levantada pelo nobre colega Sávio Souza Cruz. À tarde, quando estive na Presidência, com base no Regimento Interno respondi ao nobre Deputado. Ele falou sobre o vídeo, e eu lhe respondi que sua questão de ordem constaria nas notas taquigráficas e nos anais da Casa, e que o conteúdo do vídeo seria publicado. Portanto, respondemos à questão levantada pelo Deputado e aprovamos a ata. Não houve, por parte deste Deputado, nenhuma atitude autoritária, até porque não tenho essa característica. Quando estou presidindo os trabalhos, cumpro a minha missão, cumpro o Regimento Interno. Essa é a minha resposta ao Deputado Sávio Souza Cruz.

O Deputado Adalclever Lopes - Sr. Presidente, obrigado por esse longo tempo que V. Exa. me concede. Concordo com o meu Líder Gilberto Abramo, pois, realmente, a ata não retratou a veracidade da reunião, até porque, se não me engano, vi que esteve neste Plenário o pessoal que representa a Guatama, de Salvador, e a cúpula do Mensalão. Ao que me parece, isso não constou na ata. Então, Sr. Presidente, gostaria que isso fosse registrado nos anais desta Casa. Obrigado.

O Sr. Presidente - Esgotado o prazo destinado a esta parte e não havendo retificação a ser feita, dou a ata por aprovada.

Questão de Ordem

O Deputado Sávio Souza Cruz - Sr. Presidente, pedi retificação, mas V. Exa. diz "não havendo quem a retifique". Não estou entendendo. Pedi duas retificações: uma sobre a questão do vídeo, e outra sobre a questão do...

O Sr. Presidente - A Presidência informou a V. Exa. que o conteúdo do vídeo constará na ata que será publicada no órgão oficial.

O Deputado Sávio Souza Cruz - Sr. Presidente, fiz um recurso ao Plenário sobre a decisão do Presidente José Henrique, que agiu de forma autoritária, o qual não foi posto em votação, para que o Plenário deliberasse sobre a sua decisão. Estou pedindo que isso conste em ata. Há um pedido de retificação de ata, feito por este Deputado, para que conste nela esse pedido de recurso ao Plenário sobre a decisão do Presidente, o qual o Presidente não acolheu, de forma autoritária, não permitindo que o Plenário, instância máxima da Casa, manifestasse sobre a aprovação da ata. Portanto, insisto em que há um pedido de retificação da ata, para inclusão da questão de ordem por mim formulada.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Questões de Ordem

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, na semana passada tivemos de suspender a votação desta longa pauta porque era dia do servidor público. Nesse dia, cumprimentamos todos os servidores públicos do Judiciário que aqui se encontravam. Neste momento, V. Exas. podem perceber que há Oficiais de Justiça acompanhando arduamente as reuniões. Temos várias caravanas do interior, de Paracatu, de Manhuaçu, de Pará de Minas, de Uberlândia. Temos servidores de todas as partes do Estado. No dia 28, não foi possível fazer a votação, mas recebemos a incumbência de conversar com as lideranças sindicais, explicando que naquele momento não seria possível votarmos, porque ainda necessitávamos de mais tempo para conversar. Agora faço um apelo ao nosso Líder, Deputado Mauri Torres, e aos demais Líderes de todas as bancadas desta Casa, a fim de que aproveitemos esta noite para votarmos pelo menos esse veto que está trancando a pauta, o Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 112. Estamos pedindo aos Deputados que votem pelo menos esse veto, para que os servidores públicos que estão aqui, diuturnamente, possam ter uma resposta. O entendimento que temos é o de que há uma sinalização positiva de todos os Deputados. Todos conversaram com eles e ocuparam esta tribuna dizendo que sua bancada os estaria apoiando. Vamos liberar esses servidores que aqui se encontram. Esse é o apelo que faço ao Presidente e aos Líderes de bancadas. Muito obrigado.

A Deputada Elisa Costa - Sr. Presidente, quero saudar os servidores, e penso que o momento agora é de aferir a presença dos Deputados. A Bancada do PT quer votar esse projeto, assim como a maioria desta Casa. Queremos aferir a presença e votaremos, respeitando a presença dos servidores de Minas Gerais e do Judiciário. Muito obrigada.

O Deputado Vanderlei Miranda - Sr. Presidente, pedi essa questão de ordem para fazer coro com o Deputado Sargento Rodrigues e com os demais companheiros desta Casa. Esses vetos já estão arrastando-se há várias semanas. Faço um apelo à minha Bancada para votarmos e liberarmos essa pauta e os servidores que estão cansados, vindo a esta Casa toda semana, sem conseguir que esses vetos sejam votados.

O Deputado Lafayette de Andrada - Há várias semanas vem sendo construído um acordo para a votação desse veto. É do conhecimento de todos, inclusive dos presentes, que há um entendimento geral entre os Deputados para a derrubada do veto, dos artigos concernentes a eles. O que está havendo, na verdade, é um certo desencontro de opiniões relativas a outros artigos do veto, que não dizem respeito ao interesse dos sindicatos presentes. Essas são as discussões que estão acontecendo. A Liderança do PSDB, e falo em nome dela neste momento, quer votar. Queremos votar para a derrubada do veto. Mas, para que isso ocorra, é necessário que as votações se iniciem imediatamente, e que a Bancada do PMDB, conforme manifestação de vários Deputados, também desobstrua a pauta e a deixe fluir. Não adianta alguns Deputados chegarem aqui e pedirem a votação se, no momento em que colocam o projeto em votação, são utilizados recursos que impedem e postergam a votação, discutindo atas, vírgulas e questões menores, mas o mérito do projeto não é votado. Se há, efetivamente, o interesse desta Casa em votar, que iniciemos logo a votação.

O Deputado Weliton Prado - Sr. Presidente, serei breve. Parablenizo todos os servidores presentes e, de forma muito especial, manifesto o nosso reconhecimento às entidades representativas que defendem os servidores que, por justiça, há alguns anos, nesta Casa, fazem um árduo trabalho de conscientização junto aos Deputados sobre os direitos dos servidores. Minha questão de ordem é em relação aos servidores que viajaram quilômetros e quilômetros, como os servidores de Uberlândia, que está a mais de 500km de Belo Horizonte, assim como várias outras caravanas que estão presentes. Minha questão é no sentido de suspendermos a reunião para fazermos entendimentos entre as Lideranças desta Casa para votarmos os projetos na noite de hoje.

O Deputado Gilberto Abramo - Sr. Presidente, é da vontade do PMDB que esse veto seja derrubado. Temos mantido esse compromisso com os servidores desde o princípio. É importante salientar aos servidores que devem ficar atentos ao fato de dizerem que o parlamento está com vontade de derrubar este veto. Se o Bloco do PSDB estivesse com vontade de votar, estaria aqui em massa. Isso de jogar com a platéia, Deputado Lafayette de Andrada, não cola mais. O PT e o PMDB estão aqui. Onde está a Bancada do PSDB? A palavra está comigo. Quando o Presidente conceder-lhe a palavra, V. Exa. falará. Então, Presidente, esta é a minha questão de ordem: que paremos com essa demagogia. Isso não leva a lugar nenhum. Ficar dizendo para a platéia que as questões são outras, outras e outras é muito ruim. Vamos assumir o que de fato tem direito.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, reafirmo as palavras do Deputado Lafayette de Andrada em nome do PSDB: a nossa Bancada está presente e pronta para votar.

O Deputado Paulo Guedes - Só para afirmar também, Sr. Presidente, que o Bloco PT-PCdoB, assim como a Bancada do Norte do Estado - já que aqui vieram vários companheiros do Norte de Minas -, está querendo votar e derrubar o veto.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, estou ficando um pouco preocupado com o rumo que está tomando esta discussão. Esse negócio de chamar as pessoas interessadas sem lhes falar o que está acontecendo... Aqueles que convocaram essas pessoas que aqui vieram sabiam que a pauta está trancada, que há uma negociação em trânsito. O PMDB não está apenas obstruindo por obstruir. Tive a oportunidade de conversar com algumas pessoas da Justiça e dizer do nosso posicionamento a favor delas, porém não há quórum para derrubarmos vetos. Há Deputado que vem cá e faz discurso, mas, como o voto é secreto, não vota contra o governo nem se o próprio governo mandar. Então, para termos segurança, precisamos de um quórum maior para o veto ser vencido. O nosso Partido, o PMDB, Deputado Lafayette de Andrada, está usando o Regimento como o PT o fez várias vezes. Temos interesse em discutir algumas matérias. A pauta está trancada. Todos sabem o que é isso. Estamos presentes aqui em todas as reuniões, incluindo aquelas que o Governador Aécio Neves mandou que não fossem abertas para que não nos dessem o direito de usar os microfones. Aliás, naquela semana, estivemos presentes em todas as reuniões que não foram abertas. Portanto, estamos presentes, queremos discutir e não vamos aceitar nada de qualquer forma, por via "tratorada", pela base que diz ser do governo, porque também votamos com o governo. O que está pegando não é a questão do Tribunal, não é a questão dos serventuários. Há outras matérias inseridas no próprio processo que estão segurando o procedimento. E não temos como tirar um veto e deixá-lo para depois: temos que votar tudo. Então, essas explicações devem ser dadas. Estamos usando o Regimento. O PMDB vai obstruir até a hora em que der conta. Não estamos fugindo disso; não vamos jogar para a platéia; vamos obstruir mesmo, até que o Presidente desta Casa...

Não tem problema. Vou dizer para vocês: vocês dependem do PMDB. Vamos votar contra, vocês vão ver. Essa manifestação não nos atinge. Temos compromisso de votar, mas não vamos votar obrigados ou pressionados. Disso vocês podem ter certeza: não vamos votar pressionados, não. O PMDB tem compromisso, mas, se vocês não respeitaram o PMDB, vamos votar a favor do veto, e aí tudo vai para o beleléu, fica do jeito que o governo quer, do jeito que o governo mandou.

O Deputado Agostinho Patrús Filho - Sr. Presidente, faço coro com o Líder do PSDB, da Liderança do PT e dos demais Deputados presentes e um apelo ao PMDB para que possamos votar o veto. O Bloco Parlamentar Social, formado pelo PV, PPS, PSB e PSC, também quer votar e está presente. Portanto, faço um apelo à Bancada do PMDB. É legítima a obstrução, mas tem que ficar claro que os demais partidos querem votar e já têm a sua posição. Nós, do bloco, tomamos posição a respeito da matéria. Os Deputados já a discutiram, e a nossa posição já está fechada.

O Deputado Jayro Lessa - Sr. Presidente, os democratas estão aptos a votar. Temos a nossa posição: somos favoráveis a essa grande manifestação que está sendo feita. Entendemos que o veto do governo será derrubado. É justo o que os Oficiais de Justiça estão pedindo. Mas entendemos também que a obstrução do PMDB é regimental e não deve ser suprimida, mas feita como ele entende. Acredito que o PMDB irá votar também para derrubar o veto do governo.

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, penso não ser nem um caminho nem outro. Não vejo a solução pelo caminho fácil de fazer um discurso superficial olhando os servidores que aqui estão, porque não é tão simples assim. Só existem dois vetos consensuais até agora: o art. 27, que estabelece a possibilidade de um serventuário da Justiça fazer concurso para Juiz sem ter que se exonerar do cargo; e o art. 58, referente à exigência do nível superior para o Oficial de Justiça, a orientação do veto pelo ex-Presidente do Tribunal de Justiça foi um equívoco, porque já há resolução do Conselho Nacional de Justiça estabelecendo claramente essa exigência. Até estranhamos por que em Minas seria o contrário. Só que, mesmo para esse veto consensual, é preciso haver aqui pelo menos 60 parlamentares. Até entendemos que estão aqui serventuários que vieram de longe, do interior, mas uma votação sem 60 Deputados é arriscada. Além do mais, ainda criticando o primeiro caminho, aqui é uma Casa de entendimento político, e qualquer crise tem que ser resolvida politicamente. O PMDB ou qualquer Bancada tem legítimo direito de reivindicar e tentar conversar sobre questões específicas. Só que não posso aceitar o segundo caminho. Infelicidade de quem coloca o caminho da ameaça, que, se não for desse jeito, mudamos nosso voto. Voto tem que ser uma questão de princípio. Não é nas eventualidades que votamos de uma forma, ou se me chamarem de bonito voto de um jeito, se me chamarem de feio voto de outro. Se a democracia passasse pela estética, seria muito fácil resolver seus problemas. O caminho da ética é mais tortuoso, mas é o caminho mais consistente pelo qual a política deve passar. Quero deixar bem claro que qualquer pressão que aconteça nesta Casa é democrática, porque não sou dono do mandato de Deputado, tenho um poder delegado. A Constituição consagra que o poder emana do povo e tem que ser exercido pelo povo. A democracia não se encerra no dia das eleições, com o voto do eleitor ou da eleitora. A democracia é um processo. Já fui aqui aplaudido e vaiado; já sofri situações constrangedoras por me posicionar contra questões que poderiam, eventualmente, ser populares, ou para um segmento ser popular e para outro não; também já enfrentei o contrário. Então, penso que não é pelo caminho fácil, dizendo: vamos votar de qualquer jeito. Para a votação de vetos, é necessário um quórum de 3/5 dos Deputados. Mesmo em questões em que houve acordo, acontece de Deputados, em atitude compulsiva, votarem a favor do governo. Neste caso, aliás, a matéria nem é do governo. É bom que se diga que esses vetos aconteceram sob a orientação do Tribunal de Justiça. A culpa é da direção; aliás, do ex-Presidente, é verdade. Tenham uma idéia da contradição do art. 68. V. Exa., Sr. Presidente, acompanhou bem a votação de 2º turno, veio uma emenda de última hora do ex-Presidente do Tribunal de Justiça - o Getúlio tem razão -, dizendo que tínhamos de pôr os prazos para o provimento do cargo de Desembargador. Eu e outros que acompanharam o projeto fomos contra. Depois, o Tribunal orienta para derrubar uma emenda que ele próprio sugere que a Assembléia Legislativa coloque. Ora... Se há um responsável por tudo isso é a ex-direção do Tribunal de Justiça, que foi leviana. Isso é o que é importante. Não é votar gritando, meu amigo, porque, se votarmos com o quórum desta noite, vocês perdem tudo. É preciso haver em Plenário, no mínimo, de 60 a 65 Deputados para termos uma garantia. Caso contrário, não adianta.

O Deputado Ademir Lucas - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, depois da palavra do Deputado Antônio Júlio, tudo o mais o que for dito é desnecessário, uma vez que S. Exa. asseverou que o PMDB está em obstrução. A posição está muito clara. Eu, no entanto, não ficaria em paz com minha consciência, se não viesse aqui dizer o que vou dizer. Essa não é matéria de governo. Sou PSDB e sou governo. Não é verdade que o governo tenha interesse nesta matéria. Não recebi nenhum telefonema do governo recomendando voto e quero dizer que voto contra o veto. Falo isso por convicção, e não para fazer média com ninguém. Isso não é do meu estilo, não é do meu gosto. Nunca fiz esse tipo de coisa somente porque as galerias estão cheias. Nunca fiz isso. Quero dizer que minha posição jurídica - porque participei das discussões - é essa, primeiramente por entender que a matéria não é do governo e, segundo, porque o governo não pediu a nenhum dos Deputados da base que procedesse dessa ou daquela forma. Isso não é verdade. Votarei contra os vetos. O governo sabe disso e não pediu nada. E digo mais: essa não é uma matéria de governo. O governo se esqueceu apenas de seu andamento constitucional, e o Deputado Durval Ângelo foi feliz ao dizer que o governo atendeu pedido do Tribunal. Quero lhes dizer a verdade. Os Deputados do PSDB e os Deputados de governo que venham a este microfone dizer o que quiserem. Falo por mim que não recebi nenhum pedido de ninguém do governo para votar assim ou assado. Meu voto está claro e explícito. Voto pela derrubada do veto.

O Deputado Adalcleber Lopes - Sr. Presidente, quero dizer, com propriedade, que fui Presidente da Comissão de Veto. Não só votei como também encaminhei o voto a favor da derrubada do veto. Srs. servidores, não sejam enganados. Olhem o painel. Da base de governo e do PSB há 7 Deputados ausentes. Eles querem que votemos hoje para que vocês percam. O PMDB está de plantão de manhã, à tarde e à noite para, como fizemos nas comissões, votar abertamente com os servidores. Este é o nosso registro, Sr. Presidente.

O Deputado Délio Malheiros - Sr. Presidente, como disse o Deputado Ademir Lucas, essa é uma questão que envolve mais o Tribunal, os servidores e os Deputados, e não o governo. Fazemos parte de um bloco nesta Casa que conta com 16 Deputados. Sentamos, estudamos tecnicamente a matéria e, naqueles casos em que entendemos devem ser mantidos os vetos, votaremos pela manutenção. No caso dos servidores do Judiciário, tenho dito a eles que tenham um pouco de paciência, porque isso faz parte do processo legislativo, da democracia, da obstrução. De fato, precisamos ter um quórum elevado para não termos surpresas, como acabar sendo prejudicado o que esperamos ser votado. Portanto lhes peço, mais uma vez, paciência. Temos conversado, e nesta Casa - creio eu - já existe um consenso em todas as matérias que envolvem os Oficiais de Justiça, que envolvem o acesso dos funcionários à magistratura, que envolvem a equiparação dos antigos Oficiais aos novos cargos. Repito, na minha opinião, essa matéria já é consenso. No que diz respeito aos servidores, os senhores podem ter certeza de que esta Casa - aliás, com o apoio do PMDB para o caso dos servidores - chegará a um consenso, e todos sairão daqui vitoriosos. Por isso lhes peço paciência, e acredito que esta Casa não faltará neste momento. Não adianta o governo palpatar aqui, nesse episódio envolvendo os servidores. Se, em razão de algum Deputado, o governo solicitar que votemos contra vocês, ele sairá perdedor, porque o que prevalecerá é a técnica, o direito, que é o caso de vocês, com a derrubada dos vetos que nos interessam.

O Deputado Irani Barbosa - Sr. Presidente, gostaria de fazer um alerta aos servidores que se encontram presentes nesta Casa. A mesma mão e a mesma voz que determinaram que fossem vetados os artigos que beneficiam vocês foram as mesmas que determinaram o veto à divisão dos cartórios das grandes cidades. Se juntarmos todos vocês que aqui estão, veremos que vocês não faturam o que fatura um cartório de protesto de Belo Horizonte. Repito: foi a mesma mão, a mesma voz e o mesmo poder. Quero fazer um outro alerta, porque me ajudou demais. Não aceitei nenhum tipo - e isso não é pressão - de desrespeito ao PMDB. Não sou do PMDB, mas sim do PSDB. No entanto foram eles que nos ajudaram a construir esse momento. Os mesmos Deputados que estão "fechadinhos" com os cartórios, para manter que cada um deles fature mais de R\$1.000.000,00 por mês, estão acertados para jogar no chão o veto de vocês. Então, se esta Casa não estiver com os 77 Deputados no painel e aqui no Plenário, vocês continuarão rastejando, da mesma forma como fizeram até hoje, e não terão o respeito da justiça. Vocês não têm o respeito de muitos Deputados aqui. Fui o relator dessa matéria, contra tudo e contra todos. Portanto quero que vocês respeitem cada Deputado aqui, da mesma forma que respeitam uma determinação do Juiz quando é para intimar um Deputado. Se isso fosse levado a cabo, talvez eu fosse o primeiro Deputado a ser contra vocês aqui. Porque todos vocês são testemunhas das perseguições, das sacanagens e das vagabundagens do Tribunal de Justiça comigo e com a minha família. Por isso peço a vocês que, assim como tive respeito ao direito de

vocês, que também o tenham com o PMDB e com qualquer Deputado desta Casa, porque todos estão lutando contra uma máfia. Essa máfia dos cartórios é a mesma que colocou vocês na situação que estão até hoje. E não querem que saiam disso de forma alguma, porque, há muito tempo, não se faz a justiça em Minas, há muito tempo ela se vende, há muito tempo ela tem preço. Por isso, Sr. Presidente, peço àqueles que não estiveram presentes desde o início dessa luta para chegarmos até aqui que tenham paciência e esperem que a Casa esteja cheia e o veto seja derrubado, com qualquer um dos Deputados. Só peço o respeito de cada um de vocês. O PMDB tem sido um braço direito nessa luta e, podem ter certeza, não está corrompido, como outras pessoas cujos nomes poderemos até dar depois. Obrigado.

O Deputado Getúlio Neiva - Sr. Presidente, pela ordem. Acho absolutamente desnecessário a suspensão dos trabalhos, mas apenas a verificação de que não há número suficiente para garantir aos servidores a derrubada dos vetos. Essa é a nossa preocupação, não haver número suficiente para derrubar os vetos, e é isso que queremos. Quanto à suspensão, talvez ela seja desnecessária. Basta a verificação do painel para saber quantos Deputados estão presentes e, se os servidores quiserem, votarmos ou não.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 5 minutos para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de amanhã, dia 6, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 47/2008, EM 8/10/2008

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Hely Tarquínio, Lafayette de Andrada e Gilberto Abramo, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Hely Tarquínio, declara aberta a reunião e informa que não existe ata a ser lida, por se tratar da primeira reunião desta Comissão. A Presidência informa que a reunião se destina a eleger o Presidente, o Vice-Presidente e designar o relator. O Presidente determina a distribuição das cédulas de votação devidamente rubricadas e convida o Deputado Gilberto Abramo para atuar como escrutinador. Feita a apuração dos votos, são eleitos para Presidente o Deputado Lafayette de Andrada e, para Vice-Presidente, o Deputado Gilberto Abramo, ambos com três votos cada um. O Deputado Hely Tarquínio proclama como eleito o Deputado Lafayette de Andrada, a quem passa a direção dos trabalhos. Este, por sua vez, empossa o Deputado Gilberto Abramo como Vice-Presidente da Comissão. O Deputado Lafayette de Andrada agradece a confiança nele depositada e designa o Deputado Hely Tarquínio como relator da matéria. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, informa que a próxima reunião será convocada mediante edital, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de novembro de 2008.

Gilberto Abramo, Presidente - Durval Ângelo - Hely Tarquínio.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 13/10/2008

Às 13h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão e Eros Biondini, membros da supracitada Comissão. Registra-se a presença do Deputado Almir Paraca. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião, dá a ata por aprovada e solicita ao membro da Comissão presente que a subscreva. A Presidência informa que a reunião se destina a comemorar o centenário de nascimento de Josué de Castro e refletir sobre a crise mundial de alimentos, em audiência pública; e a discutir e votar proposições da Comissão. Registra-se a presença do Deputado Padre João. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir a Sra. Rosilene Cristina Rocha, Secretária Executiva Adjunta do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, representando o Sr. Patrus Ananias de Souza, titular dessa Pasta; D. Mauro Morelli, Presidente do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais - Consea-MG -; os Srs. Éldio Bonomo, Presidente do Conselho Regional de Nutricionistas; Luiz Fernando Maia, Presidente em exercício do Instituto Cidadania, Educação e Cultura - Icec-MG -; as Sras. Suzana Coutinho, representante da sociedade civil no Consea-MG, e Anna Maria de Castro, filha do homenageado, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, como um dos autores do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Em seguida, passa a palavra, nesta ordem, aos Deputados Almir Paraca e Padre João, também autores do requerimento. Logo após, passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições. Registra-se a presença do Sr. Manoel Costa, Secretário Extraordinário para Assuntos de Reforma Agrária, e da Sra. Neila Batista, Vereadora à Câmara Municipal de Belo Horizonte. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Em seguida, os Presidentes da Comissão, do Consea-MG e do Icec-MG fazem entrega de placa à Sra. Anna Maria de Castro. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados e dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de novembro de 2008.

André Quintão, Presidente - Carlin Moura - João Leite.

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 15/10/2008

Às 14h41min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Rosângela Reis e os Deputados Antônio Carlos Arantes e Domingos Sávio, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Rosângela Reis, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Carlos Arantes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.760, 2.762, 2.764 e 2.770/2008, todos em turno único (Deputada Elisa Costa). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 116/2007, com as Emendas nºs 1 a 3, que apresenta (relatora: Deputada Rosângela Reis). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após

discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 2.369, 2.464, 2.502, 2.503, 2.505 e 2.509/2008, 2.510/2008 com a Emenda nº 1, 2.513, 2.516, 2.517, 2.520, 2.539 e 2.546/2008, 2.635/2008 com a Emenda nº 1, 2.651/2008 com a Emenda nº 1, 2.683/2008 com a Emenda nº 1, 2.685/2008 com a Emenda nº 1, 2.688, 2.689, 2.699, 2.702, 2.707 e 2.710/2008, 2.716/2008 com a Emenda nº 1, 2.717, 2.718, 2.720 e 2.726/2008, 2.728/2008 na forma do Substitutivo nº1, 2.732/2008 (relator: Deputado Antônio Carlos Arantes), que receberam parecer por sua aprovação. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 2.919/2008. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs Projetos de Lei nºs 1.300 e 1.478/2007, 2.410, 2.526, 2.652 e 2.657/2008. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de novembro de 2008.

Rosângela Reis, Presidente - Ademir Lucas - Walter Tosta.

ATA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 22/10/2008

Às 10h10min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Elisa Costa e os Deputados Jayro Lessa, Agostinho Patrús Filho, Antônio Júlio, Lafayette de Andrada e Sebastião Helvécio, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Jayro Lessa, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a ouvir o Sr. Paulo Alberto Risso de Souza, Presidente do Sindicato dos Oficiais do Registro Civil das Pessoas Naturais do Estado de Minas Gerais, que deverá prestar informações a respeito dos recursos recebidos e geridos pela entidade que representa, a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento do fax do Sr. Paulo Alberto Risso de Souza, Presidente do Recivil, justificando sua ausência na reunião. A seguir comunica que, diante da ausência do Presidente do Recivil, dispensa a presença do Desembargador Célio César Paduani, Corregedor-Geral de Justiça, e do Sr. Leonardo Maurício Colombini, Secretário de Estado Adjunto de Fazenda, que a parte da reunião destinada a ouvir convidados não será realizada, e que nova reunião está agendada para o dia 29/10, às 10 horas. O Presidente comunica também que está aberto até o dia 29/10 o prazo para recebimento de emendas ao Projeto de Lei nº 2.791/2008. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.324/2008 (Deputado Lafayette de Andrada) e 2.561/2008 (Deputado Sebastião Helvécio) no 1º turno. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.684/2008 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça; 2.324/2008 na forma do Substitutivo nº 1, e pela rejeição da Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Lafayette de Andrada); 2.561/2008 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Sebastião Helvécio). Os Deputados Lafayette de Andrada e Sebastião Helvécio se retiram da reunião. Registra-se a presença do Deputado Zé Maia, que assume a Presidência. A seguir é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.164/2008 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Zé Maia). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de novembro de 2008.

Jayro Lessa, Presidente - Ana Maria Resende - Domingos Sávio - Vanderlei Miranda.

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 28/10/2008

Às 9h44min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Mosconi, Hely Tarquínio e Carlos Pimenta, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlos Pimenta, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência comunica o recebimento da seguinte correspondência: da Sra. Cláudia Parma Machado, Gerente de Vigilância Sanitária de Alimentos da Secretaria de Saúde, publicada no "Diário do Legislativo", em 18/10/2008; do Sr. Antônio Jorge de Souza Marques, Secretário Adjunto de Saúde, publicada no "Diário do Legislativo", em 23/10/2008, e do Sind-Saúde, publicada no "Diário do Legislativo", em 25/10/2008. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.366/2008 no 1º turno na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1 apresentada pela Comissão de Saúde (relator: Deputado Carlos Pimenta). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 960/2007 (relator: Deputado Doutor Rinaldo); 2.731/2008 (relator: Deputado Carlos Pimenta). Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 2.904/2008. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados André Quintão em que solicita seja realizada reunião conjunta desta Comissão e da Comissão de Participação Popular com a finalidade de discutir, em audiência pública, o reaparecimento e a disseminação da doença de Chagas em Minas Gerais, notadamente nos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri e na região Norte. Ao requerimento foi apresentada pelo Deputado Carlos Pimenta a emenda que recebeu o nº 1 acrescentando as seguintes doenças: malária e esquistossomose; Dinis Pinheiro em que solicita seja realizada reunião com diversos convidados, com a finalidade de discutir a atual situação do Hospital São Bento na Capital; Délio Malheiros em que solicita seja realizada reunião para, em audiência pública, discutir ações preventivas de combate à dengue. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de novembro de 2008.

Carlos Mosconi, Presidente - Hely Tarquínio - Doutor Rinaldo.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL DAS SERRAS DA CALÇADA E DA MOEDA, EM 28/10/2008

Às 15h31min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sávio Souza Cruz, Dalmo Ribeiro Silva e Fábio Avelar, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sávio Souza Cruz, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Fábio Avelar, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão e passa à 3ª Fase da Ordem do Dia. Submetido a votação, é aprovado requerimento dos Deputados Sávio Souza Cruz, Dalmo Ribeiro Silva, Fábio Avelar, Jayro Lessa e Almir Paraca em que solicitam sejam convidados para participar dos trabalhos desta Comissão representantes do Instituto Brasileiro de Mineração - Ibram -, da Associação de Condomínios Horizontais e da Associação de Proprietários do Retiro do Chalé; o Gerente do Parque Estadual da Serra do Rola-Moça e os titulares de direitos minerários das Serras da Calçada e da Moeda. O Deputado Délio Malheiros apresenta requerimento solicitando seja convidado para participar das reuniões desta Comissão representante da Associação dos Condomínios Horizontais. O Presidente informa que o requerimento está prejudicado, pois o convite à referida entidade já consta em requerimento anteriormente recebido e aprovado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os

membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de novembro de 2008.

Sávio Souza Cruz, Presidente - Fábio Avelar - Dalmo Ribeiro Silva.

ATA DA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 29/10/2008

Às 9h10min, comparecem no Clube Recreativo Rio Verde do Município de Conceição do Rio Verde os Deputados Durval Ângelo e Dalmo Ribeiro Silva (substituindo este ao Deputado João Leite, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicitada aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a obter, em audiência pública, esclarecimentos sobre o assassinato do Sr. José Oscar Pereira Paiva, ocorrido em 3/3/2008, no Município de Conceição do Rio Verde. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Daiton Alves de Almeida, Juiz de Direito; Hamilton Vieira Santiago, Promotor de Justiça; José Ronaldo Kneipp, Delegado de Polícia da Comarca de Conceição do Rio Verde; Vereadores Rafael Miguel Pinto e José Vítor Pacheco da Câmara Municipal de Conceição do Rio Verde; José Márcio Ferreira, ex-Prefeito Municipal de Conceição do Rio Verde; Amaury Nagib Abraão, Gerente-Geral da Agência da CEF de Conceição do Rio Verde; Evandro Costa, advogado; Antônio Sérgio Pereira Paiva, irmão da vítima; Cap. Paulo Márcio de Assis Jacinto, Subcomandante da 14ª Companhia de Polícia Militar de São Lourenço, representando o Ten.-Cel. PM Márcio Martins Sant'ana, Comandante da PM de Lavras; Sandra Carvalho Pezzo Ladeira, Consultora Regional de Loterias, representando o Sr. Edalmo Porto Rangel, Superintendente Regional da CEF do Sul de Minas - Agência de Poços de Caldas; Marco Aurélio Chauke Piovezan, Delegado Regional de Polícia Civil de Três Corações - 34ª Delegacia; Luiz Fernando Alves, Delegado Seccional de Polícia; Simone Alhadas Henriques e Maria da Paz Souza Rocha, Delegadas de Polícia de Caxambu; Avilmar da Silva Emétrio, Presidente da Subseção da OAB de Caxambu; João Bosco Santos Teixeira, Presidente da Comissão de Ética da região Sul de Minas e Secretário da 74ª Seção da OAB de Caxambu; Oswaldo Alves Ramos, Presidente da Apae de Caxambu, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência esclarece que não há quórum para apreciação de proposições e, em seguida, o Deputado Dalmo Ribeiro Silva apresenta requerimentos que serão votados na próxima reunião desta Comissão. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de novembro de 2008.

João Leite, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva - Almir Paraca.

ATA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 29/10/2008

Às 10h1min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sávio Souza Cruz, Fábio Avelar, Almir Paraca e Inácio Franco, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sávio Souza Cruz, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Inácio Franco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios da Sra. Zani Cajueiro Tobias de Souza, Procuradora da República em Minas Gerais encaminhando cópia do despacho exarado nos autos do procedimento administrativo cível iniciado a partir de representação encaminhada àquela Procuradoria da República pelos Deputados Estaduais Sávio Souza Cruz e Padre João a respeito da possível inconstitucionalidade da Lei nº 16.133, de 2006; da Sra. Maria Dalce Ricas, Superintendente Executiva da Associação Mineira de Defesa do Ambiente, sugerindo a realização de audiência pública para discutir o Projeto de Lei nº 1.994/2008; e da Sra. Andressa de Oliveira Lanchotti, Promotora de Justiça da Comarca de Nova Lima, comunicando a impossibilidade de comparecimento à reunião do dia 5 de novembro, que discutirá a poluição da Lagoa dos Ingleses, e indicando a analista em direito do Ministério Público, Vanessa Andrade Ferreira, para representá-la. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 2.944/2008. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Sávio Souza Cruz (2) em que solicita seja realizada, pelo Instituto Estadual de Florestas - IEF -, inspeção de campo ao longo da faixa de instalação de linha de transmissão de energia elétrica para apurar as possíveis irregularidades que menciona, no Município de Vespasiano; e seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 1.994/2008, do Deputado Inácio Franco; e Fábio Avelar em que solicita a realização de audiência pública para discutir uma solução viável para a recuperação do Morro do Brumado. A Presidência acusa o recebimento de requerimento do Deputado Irani Barbosa em que solicita a apuração das denúncias encaminhadas à Comissão, referentes às lagoas marginais do Rio São Francisco, na região dos Municípios de Buritizeiros e Pirapora. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de novembro de 2008.

Sávio Souza Cruz, Presidente - Fábio Avelar - Inácio Franco - Almir Paraca - Agostinho Patrús Filho.

ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 29/10/2008

Às 10h8min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Lúcia Mendonça e os Deputados Deiró Marra e Carlin Moura, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Deiró Marra, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlin Moura, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e comunica o recebimento da "Revista Tema", nº 194, editada pelo Serviço de Processamento de Dados do Governo Federal, e de ofício da Sra. Maria Aparecida Oliveira, servidora pública estadual, publicada no "Diário do Legislativo", em 25/10/2008. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.757/2008 (relator: Deputado Carlin Moura); no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.549/2008 na forma do Substitutivo nº 2 e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relatora: Deputada Maria Lúcia Mendonça). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 1.916/2007 (relatora: Deputada Ana Maria Resende); 2.672/2008 (relatora: Deputada Maria Lúcia Mendonça); 2.687/2008 (relatora: Deputada Ana Maria Resende); 2.695/2008 (relator: Deputado Deiró Marra); 2.696/2008 (relatora: Deputada Maria Lúcia Mendonça); 2.711/2008 (relator: Deputado Carlin Moura); 2.724/2008 (relatora: Deputada Ana Maria Resende); 2.729 e 2.747/2008 relatora: Deputada Maria Lúcia Mendonça, e 2.753/2008 (relator: Deputado Carlin Moura), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.939 e 2.946/2008. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.655, 2.671, 2.673, 2.674 e 2.676/2008. Passa-se

à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da Deputada Maria Lúcia Mendonça em que solicita seja encaminhado à Sra. Tânia Maria Oliveira Aguiar Real, Superintendente Regional de Ensino de Carangola, pedido de informações sobre a recusa dos pais em matricular seus filhos na rede estadual de ensino do Município de Tombos e do Deputado Carlin Moura em que solicita seja realizada reunião conjunta desta Comissão e da Comissão de Defesa do Consumidor, para, em audiência pública, debater a criação do Cadastro de Informações dos Estudantes Brasileiros - Cineb -; da Deputada Maria Lúcia Mendonça e dos Deputados Deiró Marra e Carlin Moura em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Educação pedido de providências para regularizar a situação funcional da Profª Maria Cristina Fantini da Silva. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de novembro de 2008.

Deiró Marra, Presidente - Maria Lúcia Mendonça - Ana Maria Resende - Carlin Moura.

ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 29/10/2008

Às 15h7min, comparecem na Sala das Comissões as Deputadas Gláucia Brandão e Maria Lúcia Mendonça e o Deputado Dimas Fabiano, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Gláucia Brandão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dimas Fabiano, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 2.719/2008, no 1º turno, para o qual designou como relatora a Deputada Maria Lúcia Mendonça. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.719/2008 (relatora: Deputada Maria Lúcia Mendonça). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.667 e 2.713/2008. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Délio Malheiros, em que solicita seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Segurança Pública para discutir, em audiência pública, o tráfico de peças sacras, obras de arte e outros bens culturais do Estado, bem como a necessidade e a viabilidade da criação de delegacia especializada na defesa do patrimônio histórico e cultural do Estado; e Sargento Rodrigues, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso à enxadrista mineira Fernanda dos Santos Rodrigues por seu desempenho, representando o Estado, em vários campeonatos e, em especial, pela conquista do título de candidata a Mestre, concedido pela Federação Internacional de Xadrez aos atletas que conquistam o 1º lugar em Jogos Panamericanos. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de novembro de 2008.

Gláucia Brandão, Presidente - Chico Uejo.

ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 4/11/2008

Às 14h34min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sargento Rodrigues, Délio Malheiros e Carlos Pimenta (substituindo este ao Deputado Paulo Cesar, por indicação da Liderança do PDT), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a tratar de assuntos de interesse da Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.703/2008. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Sargento Rodrigues (3), em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para tratar de supostas irregularidades na prisão em flagrante do Soldado BM Olésio Gonzaga da Silva; em que solicita sejam encaminhadas as seguintes manifestações de aplauso: ao Promotor Wagner Lúcio Teixeira Leão e ao Dr. Paulo Eduardo Andrade Reis, Juiz de Direito Substituto da 2ª Auditoria Militar de 1ª Instância, pela decisão de relaxar a prisão do Soldado BM Olésio Gonzaga da Silva; aos bombeiros militares pela atuação na operação que culminou no resgate do Sr. José Francisco da Silva, operário que ficou preso em uma cisterna, no Município de Igarapé; Délio Malheiros (2) em que pleiteia seja solicitada ao Secretário de Defesa Social informações acerca da atual situação da população carcerária feminina no Estado, tendo em vista a não inclusão no Mutirão Nacional de Assistência Jurídica de Mulheres em Situação de Prisão; em que solicita seja realizada visita desta Comissão à cadeia pública de Barbacena, para apurar o assassinato do detento Júlio César da Silva, bem como a fuga de presos ocorrida no dia 1º/11; Carlos Pimenta em que solicita seja encaminhada manifestação de aplauso ao Cel. BM Jedial Alves Costa em razão de sua brilhante atuação frente ao Comando de Montes Claros; Dalmo Ribeiro Silva (2) em que pleiteia sejam solicitadas ao Secretário de Defesa Social providências para que sejam enviadas viaturas e efetivos para reforçar a estrutura das Polícias Civil e Militar no Município de Conceição do Rio Verde, bem como a impressão de cartazes com fotos dos criminosos procurados pelo crime de homicídio cometido contra José Oscar Pereira Paiva; em que pleiteia seja solicitada ao Procurador-Geral de Justiça providências para que seja nomeado um Promotor de Justiça para a Comarca de Conceição do Rio Verde; Carlin Moura em que solicita seja realizada reunião desta Comissão para debater o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - Pronasci. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de novembro de 2008.

Sargento Rodrigues, Presidente.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE O VETO TOTAL À PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 18.682, EM 5/11/2008

Às 10h20min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sebastião Helvécio, Delvito Alves e Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc" Deputado Sebastião Helvécio, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião da Comissão, a qual se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente e a designar o relator. Prosseguindo, a Presidência determina a distribuição das cédulas de votação, devidamente rubricadas, e convida o Deputado Dalmo Ribeiro Silva para atuar como escrutinador. Apurados os votos, são eleitos para Presidente o Deputado Sebastião Helvécio e para Vice-Presidente o Deputado Delvito Alves, ambos com três votos. Na condição de Presidente "ad hoc", o Deputado Sebastião Helvécio convida a tomar assento à mesa o Deputado Delvito Alves e o empossa no cargo de Vice-Presidente. Este, por sua vez, empossa o Presidente, Deputado Sebastião Helvécio. A seguir, a Presidência designa relator da matéria o Deputado Delvito Alves. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a reunião extraordinária a ser realizada hoje, às 16h30min, com a finalidade de se apreciar o parecer do relator, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de novembro de 2008.

Delvito Alves, Presidente - Lafayette de Andrada - Sargento Rodrigues.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 97ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 11/11/2008

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 112, que altera a Lei Complementar nº 59, de 18/1/2001. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto aos §§ 3º e 4º do art. 1º; ao § 2º do art. 59 da Lei Complementar nº 59, de 2001, acrescentado pelo art. 13; aos arts. 31 e 50, ao inciso XVII do art. 53, ao inciso IV do art. 59 e ao art. 68; e pela rejeição do veto ao § 2º do art. 1º, ao art. 4º, ao art. 27, ao parágrafo único do art. 51 e aos arts. 58, 63, 65 e 67.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.632, que altera o art. 3º da Lei Delegada nº 31, de 28/8/85. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 18.682, que dispõe sobre o controle do desmonte de veículos no Estado e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Prosseguimento da votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.523/2007, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Capitólio o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.050/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pedralva o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.219/2008, do Deputado Doutor Rinaldo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Divinópolis o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.220/2008, do Deputado Doutor Rinaldo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Divinópolis o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.301/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Piranga o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.455/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Teófilo Ottoni imóveis que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 50/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que altera a Lei nº 12.666, de 4/11/97. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 327/2007, do Deputado Zé Maia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Domingos do Prata os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.456/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conceição do Pará imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização

Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.575/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Uberlândia. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.641/2008, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor da Assembléia Legislativa. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 2.748/2008, da Mesa da Assembléia, que aprova a apresentação de proposta de emenda que altera os arts. 22, 24, 61 e 220 da Constituição Federal. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 2.749/2008, da Mesa da Assembléia, que aprova a apresentação de proposta de emenda que acrescenta dispositivo ao art. 26 da Constituição Federal e dá outras providências. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 2.750/2008, da Mesa da Assembléia, que aprova a apresentação de proposta de emenda que altera o art. 132 da Constituição Federal. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 2.751/2008, da Mesa da Assembléia, que aprova a apresentação de proposta de emenda que modifica o art. 198 da Constituição Federal e o § 4º do art. 77 de seu Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 28/2007, do Governador do Estado, que cria a Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte - Agência RMBH. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Assuntos Municipais opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Assuntos Municipais.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 699/2007, do Deputado Sargento Rodrigues, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Conceição das Alagoas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu o prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.093/2007, do Deputado Adalcleber Lopes, que altera o art. 1º da Lei nº 15.979, de 13/1/2006. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Meio Ambiente perdeu o prazo para emitir parecer. Designado como relator em Plenário, o Deputado Gilberto Abramo opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.985/2008, do Deputado Délio Malheiros, que proíbe o indeferimento de pedido de crédito para financiamento habitacional por motivo de inclusão de nome em cadastro de proteção ao crédito. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.164/2008, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 13.663, de 18/7/2000. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.474/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar à União o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.573/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Roque de Minas os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.576/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Córrego do Bom Jesus os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.614/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ibiá os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.616/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Uberaba. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9h30min DO DIA 11/11/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.853/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.452/2007, do Deputado Tiago Ulisses; 2.201/2008, da Deputada Maria Lúcia Mendonça; 2.353/2008, do Deputado Gilberto Abramo; 2.493/2008, da Deputada Ana Maria Resende; 2.680/2008, do Deputado Braulio Braz; 2.701/2008, do Deputado Lafayette de Andrada; 2.771/2008, do Governador do Estado; 2.780/2008, do Deputado Jayro Lessa e do Deputado Antônio Júlio; 2.833/2008, da Procuradoria-Geral de Justiça.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.783/2008, do Deputado Elmiro Nascimento; 2.830 e 2.831/2008, do Governador do Estado; 2.835/2008, do Deputado Sargento Rodrigues; 2.840/2008, do Deputado Gil Pereira; 2.842/2008, do Deputado Lafayette de Andrada; 2.850/2008, do Deputado Padre João.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 11/11/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.809/2008, do Deputado Lafayette de Andrada.

Requerimentos nºs 2.985/2008, do Deputado Hely Tarquínio; 2.994/2008, do Deputado Carlin Moura.

Averiguação de denúncia de irregularidades na transferência de Agentes Penitenciários e de acusações contra servidores ocupantes desse cargo.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 11/11/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 horas DO DIA 11/11/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL DAS SERRAS DA CALÇADA E DA MOEDA, A REALIZAR-SE ÀS 15h30min DO DIA 11/11/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir, com convidados, sobre a Serra da Moeda, abordando os seguintes temas: localização e abrangência da área a ser protegida; situação fundiária; atividades econômicas atuais e potenciais; e propostas para sua proteção e desenvolvimento econômico sustentável.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 horas DO DIA 11/11/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 11/11/2008, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e, na 2ª Fase, à apreciação dos vetos à Proposição de Lei Complementar nº 112, que altera a Lei Complementar nº 59, de 18/1/2001; à Proposição de Lei nº 18.632, que altera o art. 3º da Lei Delegada nº 31, de 28/8/85; e à Proposição de Lei nº 18.682, que dispõe sobre o controle do desmonte de veículos no Estado e dá outras providências; dos Projetos de Resolução nºs 2.748/2008, da Mesa da Assembléia, que aprova a apresentação de proposta de emenda à Constituição Federal; 2.749/2008, da Mesa da Assembléia, que aprova a apresentação de proposta de emenda à Constituição Federal; 2.750/2008, da Mesa da Assembléia, que aprova a apresentação de proposta de emenda à Constituição Federal; e 2.751/2008, da Mesa da Assembléia, que aprova a apresentação de proposta de emenda à Constituição Federal; do Projeto de Lei Complementar nº 28/2007, do Governador do Estado, que cria a Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte - Agência RMBH -; e dos Projetos de Lei nºs 50/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que altera a Lei nº 12.666, de 4/11/97; 327/2007, do Deputado Zé Maia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Domingos do Prata os imóveis que especifica; 699/2007, do Deputado Sargento Rodrigues, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Conceição das Alagoas o imóvel que especifica; 1.093/2007, do Deputado Adalclever Lopes, que altera o art. 1º da Lei nº 15.979, de 13/1/2006; 1.523/2007, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Capitólio o imóvel que especifica; 1.985/2008, do Deputado Délio Malheiros, que proíbe o indeferimento de pedido de crédito para financiamento habitacional por motivo de inclusão de nome em cadastro de proteção ao crédito; 2.050/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pedralva o imóvel que especifica; 2.164/2008, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 13.663, de 18/7/2000; 2.219/2008, do Deputado Doutor Rinaldo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Divinópolis o imóvel que especifica; 2.220/2008, do Deputado Doutor Rinaldo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Divinópolis o imóvel que especifica; 2.301/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Piranga o imóvel que especifica; 2.455/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Teófilo Ottoni imóveis que especifica; 2.456/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conceição do Pará imóvel que especifica; 2.474/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar à União o imóvel que especifica; 2.573/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Roque de Minas os imóveis que especifica; 2.575/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Uberlândia; 2.576/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Uberlândia; 2.576/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Córrego do Bom Jesus os imóveis que especifica; 2.614/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ibiá os imóveis que especifica; 2.616/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Uberaba; e 2.641/2008, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor da Assembléia Legislativa; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 10 de novembro de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Juninho Araújo, Djalma Diniz, Gil Pereira e Paulo Guedes, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 14/11/2008, às 10 horas, no Centro de Convenções do Parque Estadual do Rio Doce, no Município de Marliéria, com a finalidade de discutir, com convidados, a importância e a possibilidade da pavimentação asfáltica da Rodovia MG-760, entre os Municípios de Timóteo e São José do Goiabal, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 10 de novembro de 2008.

Gustavo Valadares, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.650/2008

Comissão de Saúde

Relatório

De autoria do Deputado Luiz Humberto Carneiro, o projeto de lei em tela tem como objetivo declarar de utilidade pública a Associação de Amparo a Crianças, Adolescentes e Adultos com Câncer - Acraac -, com sede no Município de Uberlândia.

A matéria foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Agora, cabe a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.650/2008 tem como finalidade declarar de utilidade pública a Associação de Amparo a Crianças, Adolescentes e Adultos com Câncer, com sede no Município de Uberlândia, que tem como objetivo precípua assistir pessoas carentes acometidas pela doença, dando-lhes apoio material, financeiro, moral e emocional.

A entidade desenvolve ações para a prevenção do câncer e realiza palestras e campanhas de conscientização sobre prevenção e temas relacionados com a doença.

Diante da importância dos serviços prestados à comunidade de Uberlândia, consideramos ser oportuno e meritório outorgar-lhe o título declaratório de utilidade pública.

Conclusão

Ante o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.650/2008 em turno único.

Sala das Comissões, 10 de novembro de 2008.

Hely Tarquínio, relator.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

93ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 30/10/2008

O Deputado Carlin Moura* - Exmo. Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, imprensa e público presentes, telespectadores da TV Assembléia, encerrado o ciclo eleitoral neste país, faz-se necessário fazermos a leitura do fechamento das urnas, considerando o processo do segundo turno no Brasil.

O resultado demonstra certo equilíbrio de forças no processo eleitoral. Um setor que compõe, com alguns setores da esquerda, a base de sustentação do governo Lula apresentou desempenho muito bom nessas eleições, com vitórias, ainda no primeiro turno, em Capitais importantes do País. Prefeituras do PT e do PCdoB foram conquistadas no primeiro turno. No segundo turno, percebemos crescimento de setores mais do centro, em especial de forças políticas ligadas ao PMDB.

Por fim, houve também uma certa sobrevida dos setores oposicionistas, do setor mais conservador, em especial no que diz respeito à eleição do Prefeito da maior Capital do País. Refiro-me a Kassab, do partido DEM. A eleição de Kassab em São Paulo foi, talvez, fruto de uma cristianização das mais inusitadas que a política brasileira viveu nos últimos tempos, porque a candidatura do PSDB, a candidatura do ex-Governador Geraldo Alckmim, foi cristianizada, ou seja, trocada, por baixo dos panos, pelo Governador de São Paulo, que, na prática, apoiou a candidatura do democrata Gilberto Kassab.

Então, como percebemos, o resultado eleitoral mostra um equilíbrio de forças: um setor mais à esquerda, bem pontuado; o centro, bem posicionado; e o setor oposicionista, composto pelo PSDB, DEM e PPS, que adquire uma sobrevida com a eleição do Prefeito Kassab.

A base de sustentação do Presidente Lula, em termos numéricos, sai amplamente majoritária das eleições. A base aliada do governo Lula, que reúne 16 partidos, vai governar 93.500.000 eleitores, o que corresponde a 72,5% do eleitorado brasileiro. Já a Oposição, capitaneada pelo PSDB, DEM e PPS, governará apenas 35.400.000 eleitores no País. Então são 95 milhões contra 35 milhões de eleitores. A base aliada que compõe o governo Lula comandará 20 das 26 Capitais do País. Destacam-se as Prefeituras governadas pelo PT, PSB, PDT e PCdoB, que compõem um segmento mais esquerdista da base de sustentação do governo Lula.

Sr. Presidente, é interessante avaliarmos um fato, que talvez seja o mais marcante dessa eleição. Pela primeira vez, após a redemocratização do País, observamos que, durante as eleições municipais, a figura do governo federal, do mandatário maior da República, no caso o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, manteve aprovação unânime. Durante esse período de disputa, nenhum partido de esquerda ou mesmo mais conservador questionou ou se contrapôs ao Presidente Lula. Para se ter uma idéia, nenhum oposicionista chegou a atacar o governo Lula; ao contrário, todos eles preferiram passar uma imagem de amizade com o Presidente. Foi o que aconteceu, por exemplo, com o candidato do PSDB à Prefeitura de São Luís, no Maranhão, que usou o "slogan": "Sou Lula, voto Castelo". Estou fazendo referência ao candidato do PSDB, João Castelo, que, no segundo turno, concorreu à Prefeitura do Maranhão com o candidato Flávio Dino, do PCdoB. João Castelo saiu vitorioso, obteve 56% dos votos.

Essa unanimidade do Presidente Lula mereceu até um comentário do cientista político Emir Sader, segundo o qual, se a Oposição, no caso o PSDB, considera que Lula foi derrotado, deveria tê-lo atacado durante a campanha. Para ele, se fosse feita uma lista dos que elogiaram o Presidente, incluindo-se o Prefeito de São Paulo, Kassab, Lula seria o vencedor, por unanimidade, em todo o Brasil. Portanto o Presidente Lula foi a grande referência, a unanimidade no processo eleitoral de 2008.

Em Minas Gerais, especialmente, percebemos um resultado muito positivo para a esquerda, que tem como referência o governo Lula, seu conteúdo programático e seus programas de inclusão social. Podemos citar vitórias expressivas, como a reeleição da Prefeita petista de Contagem, Marília Campos, que venceu as eleições com 56% dos votos válidos. Trata-se da primeira Prefeita reeleita, ou seja, esse é o primeiro caso de reeleição na cidade de Contagem.

Na verdade, a primeira Prefeita e o primeiro caso de reeleição na cidade de Contagem. Após a criação da figura da reeleição, Contagem nunca havia reeleito um Prefeito. A Prefeita Marília Campos foi a primeira a se reeleger nesse importante colégio eleitoral. Ela teve um trunfo importante porque conseguiu, no segundo turno, aglutinar em torno de si toda a base aliada do governo Lula.

Houve uma vitória importante em Betim, com Maria do Carmo, outra vitória importante em Governador Valadares, com nossa Líder, a

Deputada Elisa Costa. Tivemos a reeleição da Prefeita de Teófilo Otôni, Maria José Haueisen, a eleição em Ipatinga de Chico Ferramenta e, em Coronel Fabriciano, de Chico Simões, cidades importantes que mostram o fortalecimento do núcleo mais à esquerda aqui em Minas Gerais e no Brasil. Esse resultado é muito significativo para o processo eleitoral.

Srs. Deputados e Sras. Deputadas, quero chamar à atenção porque o cenário político para 2010 terá obviamente implicações e comunicação com o resultado eleitoral de 2008. Mas, Sr. Presidente, no meu entendimento, o ponto central que definirá as eleições de 2010 passa pela visão programática, especialmente pela visão de gestão pública e de economia do País, principalmente no momento da crise que assola o mercado capitalista internacional.

Por que, Sr. Presidente? Esse é um debate interessante porque a crise dos Estados Unidos, da Europa e do Japão alguns setores conservadores tentam trazer de forma automática para o Brasil, como se nosso país já estivesse inserido automaticamente no cenário da crise, mas esquecem-se de que o Brasil criou condições e instrumentos para enfrentar tal crise. Essa visão da crise é que definirá o cenário político para 2010. Chama-me a atenção especialmente o que aconteceu em Belo Horizonte, onde se procurou fazer uma aproximação do PT com o PSDB. Essa aproximação, eleitoralmente, foi vitoriosa, mas ainda pairam no ar algumas questões que precisam ser esclarecidas. Por exemplo, muito se questionou o Governador do Estado e o Prefeito de Belo Horizonte sobre os gastos públicos do governo Lula. Disseram que o Presidente Lula gasta muito com o setor social, com a máquina pública e com os investimentos em infra-estrutura. É essa visão de mundo que será decisiva. Por ironia do destino, o que está em crise, em decadência é a visão liberalizante do capitalismo internacional, pela qual o Estado deixou o mercado livre e o mercado não conseguiu controlar a economia. O mercado não deu conta do recado. A desregulamentação natural do mercado tem jogado o mundo em uma crise profunda. O mercado internacional está indo à bancarrota.

O Presidente Lula hoje tem cacife no mercado internacional porque aqui o poder público, o poder de investimento do Estado cumpriu o seu papel. Não é à toa que hoje o Brasil tem autoridade suficiente para dizer que tem instrumentos como o Banco do Brasil e a CEF, bancos públicos, que têm condições até de comprar ações de empresas e bancos privados. Isso tem gerado um incômodo muito grande naqueles defensores do mercado, do mercado como o salvador da pátria. Mas o modelo deles entrou em bancarrota e ruuiu.

O que interessa neste momento é o papel do poder público, do ponto de vista da regulação da economia. E isso eles não aceitam, disso a direita conservadora, os neoliberais têm pavor. Prova disso, Sr. Presidente, é que ontem, na reunião do Copom, realizada para definir a Taxa Selic, os setores conservadores mostraram mais uma vez que estão na contramão da história, porque a taxa de juros brasileira não se reduziu, foi mantida em 13,75% ao ano. O que precisamos, para evitar que a crise chegue aqui, é aumentar o consumo, é dar continuidade aos investimentos, é não paralisar as obras do PAC. Mas o Copom não teve coragem para fazer isso. Aliás, foi na contramão do Banco Central americano, que reduziu a taxa de juros no país no mesmo dia, de 1,5% para 1%; do Banco Central do Mercado Comum Europeu, que também reduziu os juros; e do Banco Central chinês, que também fez essa redução. Aqui, no Brasil, eles têm medo de reduzir os juros porque sabem que nossa economia, caso haja presença do Estado, valorização do crédito e continuação das obras do PAC, enfim, se se continuar fazendo os investimentos de que o Brasil precisa, incluindo-se a área social, a crise internacional não chegará aqui, como tentam fazer acreditar aqueles que acreditam que ela já chegou.

Na verdade, ficou demonstrado que o mercado não tem competência para administrar crises, o mercado só procura resguardar interesses particulares de alguns conglomerados econômicos. E o poder público, o poder estatal, o poder da poupança pública tem papel decisivo.

Portanto, Sr. Presidente, acho que as eleições no segundo turno mostraram o fortalecimento da figura do Presidente Lula, o crescimento da esquerda. Tenho a convicção de que 2010 será definido pela justiça da política econômica a ser implementada neste país, com a presença do Estado, do investimento público, do controle do poder público sobre o mercado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Guedes - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente, mineiros que nos acompanham pela TV Assembléia, estamos de volta a esta tribuna para, mais uma vez, fazer coro com meus colegas que durante esta semana fizeram vários pedidos de providência em relação à seca que atinge o Norte de Minas e o Vale do Jequitinhonha.

Sr. Presidente, precisamos urgentemente fazer com que todas as autoridades, tanto as municipais como as estaduais e federais, por seus órgãos como o DNOCS, a Codevasf, a Ruralminas, a Copasa, os órgãos ambientais, a Defesa Civil, façam uma reunião de emergência, criem um comitê de combate aos efeitos da seca, para que essa ação conjunta resolva, ou pelo menos amenize, a difícil situação vivida pelo povo norte-mineiro, castigado pela seca e pelo sol escaldante. A cada dia inúmeros prejuízos são contabilizados na nossa região.

O nosso rebanho está morrendo, os rios secando, não existem mais pastos nem comida para os animais, sem falar no abastecimento de água, que já compromete várias dezenas de comunidades rurais da nossa região.

É preciso voltar a cobrar da Cemig a ligação da energia dos poços artesianos, o que tem sido falado por este Deputado há quase dois anos. Esses poços já se encontram equipados faz quase quatro anos, e até hoje as comunidades ainda continuam sem abastecimento de água, isto é, dispondo apenas da água levada por caminhões-pipa. Uma água que é pouca e que não dá para atender às necessidades de diversas comunidades da nossa região. Portanto é necessário que medidas urgentes sejam anunciadas e que recursos sejam disponibilizados para que, em parceria com os Municípios, com as associações comunitárias e o com os nossos sindicatos, possamos fazer uma força-tarefa para amenizar o problema da seca no Norte de Minas e no Vale do Jequitinhonha.

O governo federal anunciou a liberação de cerca de R\$8.000.000,00, por meio do DNOCS, para perfuração e equipação de poços. Mas isso não é suficiente, precisamos de mais recursos. Também precisamos tirar do papel a construção de barragens importantes para o desenvolvimento do Norte de Minas. É justamente aí que entra um assunto muito importante, um desafio para todos os governos, que é vencer a burocracia instalada no serviço público, o que é difícil.

Uma obra como a da Barragem de Berizal, iniciada há 10 anos, até hoje não foi concluída por falta de licenciamento ambiental. Já se fizeram dois ou três EIA-RIMA e sempre aparece um problema. Da mesma forma, a construção da Barragem de Congonhas, entre os Municípios de Itacambira e Grão-Mogol, que é de fundamental importância para resolver grande parte dos problemas de abastecimento de água do Norte de Minas. Uma obra que irá garantir o abastecimento de água da cidade de Montes Claros para os próximos 100 anos e revitalizar o Verde Grande. Essa obra também precisa ser iniciada urgentemente, e para isso é necessário que os órgãos de meio ambiente sejam mais ágeis no julgamento e na concessão das licenças, para diminuir, um pouco, a burocracia que pára o Estado e o País.

Todos os anos, temos de voltar a esta tribuna para pedir e denunciar, mas o problema repete-se a cada ano, e, também a cada ano que passa, o problema tem-se agravado mais. No ano passado, tivemos perdas incalculáveis no Norte de Minas, com os efeitos da seca, e a seca deste ano já está sendo praticamente comparada à do ano passado. Se não chover nos próximos 15 dias, com certeza ela terá um efeito ainda mais devastador que o do ano passado. Para a nossa tristeza, as notícias e as medidas anunciadas pelo governo no ano passado, tanto pelo governo federal quanto pelo governo do Estado, leva-nos a ver que os recursos disponibilizados também ficaram parados na burocracia. Por falar nisso, quanto aos recursos liberados para os Municípios, pelo governo federal, da ordem de R\$10.000.000,00, poucos Municípios conseguiram liberá-los, isto é, até hoje o recurso está à disposição da Caixa Econômica Federal. Já veio uma outra seca, e os recursos ainda não chegaram ao seu

destino. O mesmo acontece com as medidas anunciadas pelo governo do Estado em uma reunião ocorrida em dezembro do ano passado. O Governador determinou que a Cemig fizesse imediatamente a ligação dos poços artesanais, o que ainda não aconteceu.

Então, precisamos fazer com que a burocracia seja diminuída. O Estado não agüenta tanta burocracia no serviço público, tantos órgãos reguladores, e não deixando o outro trabalhar. O pânico está tomando conta dos órgãos públicos, os servidores ficam com medo de fazer as suas ações. Os governos precisam encontrar uma solução para diminuir a burocracia e fazer com que as medidas anunciadas realmente cheguem aonde precisam, na comunidade, onde as pessoas vivem, onde as pessoas estão passando sede. Não basta anunciar os recursos, fazer propagandas e sair nas manchetes dos jornais enquanto o cidadão comum, que vive em Itacarambi, Manga, Chapada Gaúcha, São Francisco, Itacambira, Salinas, Pintópolis, Uruçuia, Ubaí, Icarai de Minas, Varzelândia, São João das Missões e tantos outros Municípios, está castigado pela seca da nossa região. Os recursos não chegam lá em baixo.

Precisamos, urgentemente, tirar do papel o projeto das barraginhas anunciadas pelo governo do Estado, que autorizou a Rural Minas a adquirir patrulhas mecanizadas. Recentemente, recebi uma correspondência do Presidente da Rural Minas, Paulo Bregunci, que diz que, assim que passasse o processo eleitoral, as máquinas operariam, já que, em época de eleições, não poderiam. Essa é mais uma burocracia, e esperamos que agora a Rural Minas possa iniciar a construção das pequenas barragens no Norte de Minas. Se não começar agora, quando chegar a chuva, a água vai embora e será mais um ano de seca e sofrimento.

Precisamos ainda mais que os governos estadual e federal sejam mais ousados em liberar recursos para que o DNOCS, a Codevasf, a Rural Minas, a Copasa, o Exército e as Defesas Cíveis federal e estadual se unifiquem em uma força-tarefa para solucionar esse problema. Estamos cansados de denunciar da tribuna, de cobrar da Cemig, da Copasa e dos governos federal e estadual medidas que são anunciadas, mas que não chegam aonde devem. Fica aqui, mais uma vez, o nosso pedido, a indignação do povo norte-mineiro, que, a cada dia, sente-se mais desiludido quando ouve falar em projetos de combate aos efeitos da seca. Precisamos, sim, unificar as forças e fazer as obras estruturantes, que vão resolver os problemas. Entretanto, para que isso aconteça, não basta haver boa-vontade do Governador, do Presidente Lula ou dos parlamentares. É preciso haver boa-vontade de todos os órgãos, principalmente os de meio ambiente, caso contrário os recursos são liberados, mas não podem ser utilizados. E o denunciamento, que tomou conta do Brasil, também é um dos grandes culpados pela demora para que as coisas aconteçam. Às vezes, o governo anuncia uma obra, libera os recursos, passam-se dois ou quatro anos, e a obra não é iniciada por causa de uma pequena pendência no TCU, na AGU, nos órgãos de meio ambiente, no Ibama, no Igam.

São necessárias muitas licenças, e é preciso procurar tantos órgãos que, quando resolvem fazer a obra, ela às vezes já perdeu o sentido. É importante que os governos façam uma força-tarefa também para diminuir a burocracia que está paralisando o Estado.

Deixo aqui também, Sr. Presidente, um segundo pedido: que esta Casa vote, ainda neste ano, o nosso projeto de lei do ICMS Solidário. Está mais do que na hora de redistribuir o ICMS em Minas Gerais, porque não podemos mais admitir que apenas uma cidade receba mais ICMS que, juntas, mais de 300 cidades no Norte de Minas, Vale do Jequitinhonha, Mucuri e Noroeste. A distribuição do ICMS em Minas Gerais é um escândalo que privilegia poucos em detrimento das dificuldades e da pobreza que imperam na maioria das regiões do Estado. Redistribuí-lo de forma melhor é, portanto, uma questão de justiça social e de humanidade.

Esse projeto ainda não resolverá o problema, mas vai amenizá-lo. Na verdade, ele deveria ser ainda mais ousado, mas os 5% que serão redistribuídos pelos novos critérios já vão ajudar muito as Prefeituras do Norte de Minas, do Vale do Jequitinhonha e das cidades mais pobres do nosso Estado. Portanto fica o nosso apelo para que a Casa consiga votar o projeto ainda neste ano, de forma que em janeiro do próximo ano as nossas Prefeituras, especialmente as mais pobres do Estado, possam receber um pouco mais de ICMS para investir no desenvolvimento social e minimizar as dificuldades que enfrentam. Um abraço a todos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos acompanha pela TV Assembléia, venho a esta tribuna nesta tarde de quinta-feira, 30/10/2008, para enaltecer os valorosos Bombeiros Militares, que vêm fazendo um brilhante trabalho em suas milhares de intervenções pelo Estado, como fizeram agora, na cidade de Igarapé, na terça-feira, dia 28 de outubro, quando o operário José Francisco da Silva, de 63 anos, ficou no fundo de uma cisterna, preso a manilhas e a uma pedra enorme. Queremos enaltecer o brilhante trabalho realizado pelo Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais. Participaram dessa operação, Sr. Presidente, Srs. Deputados, 35 Bombeiros Militares, e felizmente nós, mineiros, podemos contar com essa honrosa instituição, cujos integrantes empenham-se ao máximo para salvar vidas. Essa foi mais uma, insisto, das brilhantes intervenções que o Corpo de Bombeiros vem fazendo. Parabéns a todos os Soldados, Cabos, Sargentos e Oficiais que participaram dessa belíssima intervenção, enaltecida por todos os veículos de comunicação, na mídia impressa, televisiva ou radiofônica. Parabéns a todos os Bombeiros Militares de Minas Gerais pela belíssima intervenção.

Por outro lado, Sr. Presidente, apesar de fazermos este registro positivo, na tribuna desta Casa - os mineiros que acompanharam aquele resgate ficaram felizes em saber que há Bombeiros dedicados em Minas Gerais -, tenho aqui algumas comunicações enviadas ao nosso gabinete, relativas a essa instituição, as quais nos deixam muito preocupados. Nela há pessoas brilhantes, homens e mulheres abnegados na sua árdua tarefa de salvar vidas, ora enfrentando incêndios de grandes proporções, ora mergulhando em águas escuras e sujas, outras vezes procurando pessoas perdidas em pranchas e matas - são muitas intervenções brilhantes. Quero dizer também, Sr. Presidente, que sabemos do empenho do Governador Aécio Neves em relação à logística dos Bombeiros. Hoje não há problema nessa parte, uma vez que há viaturas e equipamentos novos, que estão atendendo a população, e todos podem constatar isso. Mas, enquanto a parte logística está sendo muito bem cuidada, falta um outro ponto que está deixando os Bombeiros desesperados: a questão do efetivo.

Sr. Presidente, lerei três pequenos trechos de cartas que recebemos recentemente em nosso gabinete. "Sr. Deputado Sargento Rodrigues, em primeiro lugar, quero parabenizá-lo por estar-nos representando, de forma significativa, na Assembléia. O assunto que me levou a contatá-lo é a questão do efetivo e a sobrecarga de trabalho. Hoje, segundo informações extra-oficiais, estamos trabalhando duas vezes mais que o normal, e os problemas de saúde estão assolando a tropa, sem falar que ela está ficando velha. Eu, por exemplo, já estou com sérios problemas na coluna de tanto pegar macas pesadas. O número de ocorrências, pelo menos aqui em Teófilo Otôni, aumentou significativamente. Muitas vezes trabalhamos quase sem agüentar, para não sobrecarregar os outros colegas."

Numa segunda carta, o militar diz o seguinte: "Sr. Deputado Sargento Rodrigues, mais uma vez, venho pedir o seu precioso empenho para a solução da falta de efetivo no Corpo de Bombeiros, pois a situação está crítica e não estamos agüentando mais tanta pressão do Comando, que se diz solidário, mas não tem feito nada para solucionar o problema. Aqui, em Teófilo Otôni, além desse problema, estamos sendo obrigados a cumprir várias escalas especiais na nossa folga e quatro chamadas gerais no mês".

Sr. Presidente, ainda há mais uma comunicação, com o seguinte trecho: "Sr. Deputado, mais uma vez, venho solicitar a sua força e voz perante os nossos governantes, que se esqueceram da nossa querida instituição, o Corpo de Bombeiros, que está à beira da extinção, uma vez que a situação já chegou ao limite. Há tempos, estamos reclamando da falta de efetivo, mas nada tem sido feito. Para piorar a situação, abriram vários pelotões retirando Bombeiros Militares dos demais. Como em tudo na vida existe ação e reação, não foi diferente com os Bombeiros. Quem sofre a reação primeiro são os Bombeiros Militares, que estão adoecendo física e psicologicamente. E ainda mais patologias visíveis, como depressão, impotência, baixa imunidade, síndrome do pânico, beirando já a loucura. É muito grave a situação".

Trouxe somente três, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas e público que assiste à reunião pela TV Assembléia, apenas para ilustrar. Quero fazer algumas correções, porque sabemos da preocupação do Cel. Gilvan Almeida Sá, atual Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros, que vem fazendo todas as gestões possíveis junto ao governo do Estado, o que não posso deixar de ressaltar. Contudo, Sr. Presidente,

representando, como Presidente da Comissão de Segurança Pública desta Casa, a Assembléia de Minas no Conselho de Defesa Social, presidido pelo Vice-Governador Antonio Augusto Anastasia, tive oportunidade de abordar o assunto em uma das reuniões e dizer ao Vice-Governador que a situação é extremamente caótica. Deu-se muita atenção à questão logística. Insisto em dizer aqui que, nesse aspecto, o Governador está de parabéns, pois resolveu o problema logístico. Sei que ele vem conduzindo o Estado de forma brilhante, com muita competência. Muitos problemas já foram solucionados por ele.

No dia 2 de julho, estive com o Governador. Nessa audiência, tive oportunidade de expor a ele essa preocupação e essa situação gravíssima que ocorre com o efetivo do Corpo de Bombeiros, que está trabalhando numa escala muito estressante, como aqui apresentado, com problemas físicos, doenças psicológicas e sobrecarga de trabalho.

Portanto, Sr. Governador, é necessário que V. Exa. chame o Comando da instituição e o Vice-Governador, realize uma reunião e delibere o mais rápido possível. E que, além disso, autorize o Comando a contratar um efetivo maior, e não, apenas 400, 500 Bombeiros, pois isso não trará a solução. Pelo contrário, teremos um trabalho enorme para elaborar todo o edital e realizar a fase de concurso, até chegar efetivamente à contratação. Levará mais um ano para formar os Soldados do Corpo de Bombeiros. Fazemos um apelo ao Governador Aécio Neves para que abra, no mínimo, duas turmas de mil Bombeiros Militares cada uma, em seqüência, entre o final de 2008 e o início de 2009, e, logo em seguida, uma outra turma de mais mil Bombeiros Militares. Somente assim teremos, num horizonte diria, de médio prazo, uma solução para essa grave crise pela qual está passando o Corpo de Bombeiros em razão da deficiência de efetivo.

Quero aqui novamente fazer um apelo ao Vice-Governador Antonio Anastasia e ao Governador Aécio Neves. Os Bombeiros estão trabalhando de forma exaustiva e estressados, com a ocorrência de várias doenças psicológicas em razão da sobrecarga de trabalho. Sr. Governador, contamos, mais uma vez, com V. Exa. para solucionar essa questão de maneira definitiva.

Sr. Presidente, o segundo e último assunto que trago a esta tribuna é aquele tratado no pronunciamento do ilustre Deputado Braulio Braz, que fez ontem, nesta tribuna, uma denúncia. Não foi bem da forma como relatou o ilustre companheiro Deputado Braulio Braz a atuação dos policiais militares na cidade de Simão Pereira.

Deputado Braulio Braz, quero dizer-lhe que, infelizmente, o Sr. Ênio Lúcio Ferreira Costa, que disputou a eleição para Prefeito nessa cidade, há muito tempo já vinha ameaçando praticar a famosa ingerência política. Quando será que Prefeitos, Vereadores, Deputados, Senadores, enfim, autoridades políticas pararão de pedir a cabeça de policiais, de pedir sua remoção? Num Estado Democrático de Direito, imperam a lei e o bom senso. A administração pública dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo deve ser norteada pela legalidade, pela impessoalidade, pela moralidade, pela eficiência e pela transparência. Esses são princípios dos quais não podemos abrir mão, não importa em relação a quem, seja Secretário de Estado, seja Desembargador, seja o Ministério Público, seja Deputado em pleno exercício de mandato.

Infelizmente o Sr. Ênio Lúcio Ferreira Costa há muito tempo vinha tentando transferir os policiais de Simão Pereira. Quero deixar claro ao meu ilustre colega Deputado Braulio Braz que recebi as informações necessárias. Os policiais na cidade de Simão Pereira agiram por determinação do Ministério Público. Se assim não fizessem, estariam também cometendo crime de prevaricação. Eles cumpriram fielmente o que determina a lei. Infelizmente, esse moço, Sr. Presidente, o Sr. Ênio Lúcio Ferreira da Costa, perdeu a eleição para o seu adversário e se achou no direito de pedir a cabeça dos policiais, de dizer que os policiais e o Comandante do Destacamento têm de ser transferidos. É bom que o Sr. Ênio saiba que o Comandante do Destacamento é uma pessoa cuja ficha na polícia é impecável, e não há nada que desabone a sua conduta, e que todas as providências tomadas por ele e pelos subordinados do Destacamento da Polícia Militar foram devidamente acionadas pelo Ministério Público Eleitoral, acompanhadas pelo Promotor de Justiça. Portanto não há que falar em abuso. O Sr. Ênio Lúcio Ferreira Costa queria praticar crime eleitoral previsto na Lei nº 9.504, de 1997, que diz respeito à transporte irregular de eleitores para benefício eleitoral. O Ministério Público, assistindo àquilo flagrantemente, determinou que os policiais realizassem a prisão do Sr. Ênio, que o conduzissem à delegacia e que registrassem a ocorrência. O Juiz o manteve preso durante três dias. Querem colocar a prêmio a cabeça dos servidores públicos abnegados, pessoas sérias, responsáveis, competentes e que agiram na mais estrita legalidade. Não vamos admitir isso, pois a administração pública é regida por princípios aos quais se deve obedecer. Volto a insistir: talvez o Sr. Ênio Lúcio Ferreira da Costa não tenha conhecimento de que o art. 37 da Constituição da República não pede, e, sim, determina que deve haver legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência nas suas ações. O candidato à Prefeito tem de obedecer a isso de imediato, caso contrário não será um Prefeito respeitado na sua cidade. Portanto os policiais de Simão Pereira agiram corretamente. Este Deputado, no fiel cumprimento da sua missão, conversou com o Cel. Renato Vieira de Souza, Chefe do Estado-Maior da Polícia Militar de Minas, para que não permita essa ingerência política, em que pedem a transferência desses servidores, que vêm desempenhando o seu papel. Parabéns aos policiais militares de Simão Pereira! Enquanto eu estiver aqui, não deixaremos que o candidato a Prefeito coloque as suas cabeças a prêmio numa bandeja. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Almir Paraca - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público das galerias, público que nos acompanha pela TV Assembléia. Estamos nesta tribuna para trazer um assunto abordado aqui há algum tempo. Trata-se de uma ONG criada em Belo Horizonte, em 1991. Essa organização nasceu do movimento de meninos e meninas de rua e, há muitos e muitos anos, faz um trabalho de excelência relacionado à criação e à formulação do Estatuto da Criança e do Adolescente e a todas as lutas associadas a essa bandeira em Minas Gerais. Estou falando, Sr. Presidente, sobre a ONG Circo de Todo o Mundo. Quando aqui viemos para tratar desse assunto pela primeira vez, fizemos referência a dois colegas, Deputados João Leite e André Quintão. Na ocasião, pedimos aos órgãos competentes do governo do Estado auxílio no encaminhamento de uma solução. O desfecho que obtivemos nesta semana foi outro, distinto do desejado e apresentado na ocasião como encaminhamento ideal: uma negociação efetiva. Negociação pressupõe que as partes interessadas possam assentar-se, que haja respeito entre elas, em busca de uma solução que preserve os interesses em questão, tanto da ONG Circo de Todo Mundo quanto do governo do Estado, que são legítimos, importantes e afins. Acredito que acabaremos acertando, pois o encaminhamento é para preservar os interesses e até mesmo que eles possam associar-se e auto-reforçarem.

À época - e hoje novamente o fazemos - citamos os Deputados João Leite e André Quintão. Citei o Deputado João Leite porque, há 10 anos, quando o Circo de Todo Mundo firmou convênio com o governo do Estado para ocupar as instalações da antiga Febem de Belo Horizonte, ele era o Secretário que cuidava dessas questões, estava à frente da Sedese. Com sua sensibilidade e postura comprometida com os direitos humanos, a criança e o adolescente, a infância e a juventude, o Deputado João Leite auxiliou essa questão, dando nobre destinação àquelas instalações que foram, durante muitos anos, questionadas pela qualificação, por ser a Febem em Belo Horizonte.

Citei também o Deputado André Quintão, companheiro da Bancada do PT, o qual, ao longo dos anos, vem se notabilizando também pela preocupação, pelo trabalho incansável pela causa das crianças e dos adolescentes, especialmente em Belo Horizonte, mas extensivo a Minas Gerais e ao Brasil.

Na segunda feira, como o processo de negociação vem se arrastando por meses, houve a intervenção do governo do Estado na área de posse do Circo de Todo Mundo. O objetivo é reaver a posse dessa área, para implantar um novo programa relacionado com um dos eixos estruturadores do governo do Estado, voltado para a infância e a juventude. Trata-se do projeto estruturador Plug in Minas - Centro Jovem de Artes, Esportes e Cultura Digital.

A proposta, que apoiamos e entendemos necessária, é absolutamente louvável. Vamos continuar acompanhando e torcendo para que os objetivos, os resultados idealizados, possam ser efetivamente alcançados. De fato, o que lamentamos é a maneira como é feita a intervenção, a condução do processo.

Primeiro, porque, mesmo que se tratasse de qualquer entidade não governamental que trabalhasse com crianças e adolescentes e estivesse apresentando bons resultados, já mereceria um cuidado e uma atenção especial. Porém, estamos falando de uma entidade que atua, só nesse espaço, há 10 anos. Trata-se de uma entidade premiada, com reconhecimento além das fronteiras de Minas Gerais, com reconhecimento nacional e internacional, de uma entidade que tem convênios com organizações de várias partes do mundo civilizado que apóiam entidades financiadoras e entidades que auxiliam a implantação e a condução de programas voltados para a promoção da criança e do adolescente, da infância e da juventude. Trata-se de uma entidade que vem apresentando resultados com indicadores e vem colaborando na formulação de políticas públicas reconhecidas por todos os que militam nessa área.

Portanto, estamos aqui para fazer esse registro, para lamentar a forma como o governo do Estado conduz o processo. Mas gostaríamos de lamentar principalmente que o desfecho de toda essa ação se tenha dado imediatamente um dia após o final do segundo turno das eleições em Belo Horizonte. Essa não é a maneira correta de conduzir uma relação com uma entidade séria do terceiro setor. Então, queremos trazer à discussão essa relação maior entre o governo do Estado, o poder público e as organizações, assim como as iniciativas que nascem da sociedade e as estruturadas em torno do terceiro setor.

Acreditamos que o marco regulatório dessa relação entre o terceiro setor e o Estado merece a dedicação desta Casa. Precisamos voltar a essa temática. Recentemente, parte significativa dessa discussão, dessas relações, principalmente com as Organizações Sociais de Interesse Público - Oscips -, foi objeto de trabalho nesta Casa; mas ainda há uma série de outras questões a serem tratadas e abordadas, para definirmos com mais clareza e precisão esse marco regulatório do terceiro setor no Estado e também para que possamos avançar para inibir de forma definitiva truculências e agressões, como o que aconteceu com a ONG Circo de Todo Mundo nesta semana, em Belo Horizonte. Depois da tensão criada após o despejo, a desmobilização completa das atividades, a derrubada de instalações onde funcionavam plenamente as atividades da organização, depois de desmontada a lona do circo, enfim, de haver criado toda essa dificuldade, o processo encaminhou-se para uma solução que, se não a mais adequada, a desejada ou a ideal, permitirá que o Circo de Todo Mundo continue as suas atividades de forma precária. Isso ocorreu principalmente pela atuação dos Deputados João Leite e André Quintão junto aos órgãos do governo do Estado, do Ministério Público. Mesmo assim, exigindo um esforço muito grande até aqui, porque a responsabilidade de adequar as outras instalações no mesmo espaço, reduzido e limitado, ficará a cargo do Circo de Todo Mundo.

Mas é preciso que, a partir desse episódio, dessa situação, voltemos efetivamente nossos olhos e as discussões para o terceiro setor e o Estado, uma vez que os vazios deixados pelo poder público, seja em âmbito municipal, seja em âmbito estadual ou federal, continuam - e vão continuar, isso é saudável - sendo ocupados pelas iniciativas da sociedade, principalmente por aquelas organizações que se estruturam e desenvolvem uma ação com maestria e que auxiliam firmemente na elaboração, na proposição e na provocação do poder público para implementar políticas públicas em sintonia com as necessidades dos segmentos mais diversos, como esse, em particular, da criança e do adolescente em Minas Gerais.

Gostaríamos, então, de nos dirigir aos coordenadores, aos trabalhadores da ONG, aos beneficiários, crianças e adolescentes da organização, solidarizando-nos com todos e, em particular, com Maria Neide Teixeira, fundadora e coordenadora da ONG, militante de primeira grandeza das causas da criança e do adolescente no nosso Estado.

Aproveitando, Sr. Presidente, gostaríamos de trazer aqui, mais uma vez, um assunto correlato. Temos insistido, desta tribuna, na necessidade de adequação, ao tratar da Fundação Caio Martins, fundação do governo do Estado. Tenho visitado suas instalações e procurado conhecer o trabalho feito em cada uma das seis unidades, salvo engano, situadas na bacia do Rio São Francisco, que, partindo de Esmeraldas, chega à fronteira com a Bahia, atendendo a um público como esse de que estamos tratando aqui: jovens e crianças, na grande maioria, desamparadas, desvalidas, que precisam de acolhimento e proteção. A Fundação Caio Martins vem fazendo esse trabalho com muita dedicação, apesar das imensas dificuldades estruturais. Não dá para admitir que o governo do Estado, com inúmeros programas, com várias e várias ações que desenvolve em todo o território de Minas Gerais, não consiga perceber a oportunidade de associar programas, ações e projetos em curso em várias secretarias de Estado para uma fundação que é do próprio Estado.

Sr. Presidente, apresentamos requerimento para realização de audiência pública para fazer essa discussão e gostaríamos de solicitar que isso fosse agilizado. Pretendemos convidar todos os Diretores das unidades da Caio Martins, nosso Secretário Gustavo Correa, o Ministério Público e demais interessados nessa discussão. Entendemos que, na mesma medida em que o governo do Estado lança um programa ousado que certamente vai dar bons resultados, como o Plug In Minas, voltado para promover a juventude do Estado, é preciso perceber que já existem programas antigos. A Fundação Caio Martins tem mais de 60 anos e está pedindo socorro. Portanto, queremos promover essa audiência pública e ajudar na construção de uma solução, até de atuação metodológica da Fundação Caio Martins para garantir promoção e proteção efetiva àqueles que, por não terem alternativa, acabam sendo dirigidos a essa fundação do governo do Estado.

Agradecemos a atenção de todos, a paciência do Sr. Presidente e aguardamos encaminhamento para essas questões. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Mosconi* - Sr. Presidente, senhoras e senhores parlamentares, telespectadores da TV Assembléia, venho à tribuna para comentar a respeito de um seminário de que participei ontem, em Brasília, organizado pela Associação Nacional de Auditores Fiscais - Anfp - para comemorar os 20 anos da Constituição. Trata-se de um evento muito importante. Antes, porém, Sr. Presidente, gostaria de fazer um comentário a respeito de notícia que li no jornal "Hoje em Dia" concernente a Prefeitos derrotados que suspenderam alguns serviços públicos em suas cidades, principalmente os de saúde.

É uma notícia estarrecedora. A matéria mostra que Prefeitos derrotados de algumas cidades de Minas Gerais resolveram retaliar a população suspendendo serviços públicos como os de saúde, transporte para hospitais para se fazer hemodiálise, tratamento de câncer em outras cidades; suspenderam, aliás, a entrega de medicamentos. Isso é um absurdo. Como Prefeitos têm coragem de tomar uma atitude como essa, retaliando a população das suas cidades? Isso é odioso, inaceitável. Citarei aliás Paraisópolis, na minha região do Sul de Minas. Participei dessa campanha em que saiu vitorioso o Sr. Sérgio Bizarria, grande figura da cidade, numa eleição espetacular, obtendo 62% dos votos. Agora o atual Prefeito retalia a população. Para manifestar a sua falta de espírito democrático, resolveu suspender um serviço público dessa importância. Felizmente, o Tribunal de Justiça já tomou uma atitude e determinou que os serviços fossem restituídos na mesma hora, em benefício da população. Mas manifesto aqui a minha indignação em relação a uma atitude dessa baixaza, desse nível, prejudicando de forma inaceitável, muito grave, o povo dessa cidade.

O que me traz a esta tribuna hoje é o desejo de comentar o importante seminário do qual participei ontem, no Senado Federal, realizado pela Anfp. A Sra. Assunta Bergamasco resolveu fazer uma comemoração dos 20 anos da Constituição e dos benefícios, segundo a Anfp, que a Constituição trouxe ao País, especialmente na área da seguridade social. Achei muito interessante. Foi um evento bastante concorrido, com personalidades importantes da vida pública do País, que participaram ativamente da elaboração da Carta Magna. Estiveram lá prestando o seu depoimento.

O que achei interessante e que, de certa maneira, é uma questão inusitada é que esse conceito de seguridade social é pouco utilizado no País. Não se trata de conceito novo, mas no Brasil não é tão discutido e levado a efeito numa maior dimensão. De certa maneira, tentou-se inserir na Carta Magna o conceito de uma forma concreta e bastante consistente. Houve uma evolução na Constituinte a esse respeito, aliás participei ativamente desse trabalho, pois até a saúde estava inserida no conceito da seguridade social. Tudo ficou apenas na discussão e no conceito consagrado na Carta Magna. No entanto, na realidade, o Brasil não pratica esse tipo de política plenamente. É uma pena, pois alguns países mais avançados que o nosso, até em condições econômicas inferiores, têm condição social mais avançada que a nossa, em razão exatamente da adoção de políticas sociais dessa magnitude. Isso foi muito discutido em Brasília ontem. Achei muito interessante.

A Anfp defende, de forma muito destemida, esse conceito, valorizando, aliás, o Orçamento que se faz no Brasil. Nesse caso, o Orçamento é voltado para a seguridade social. A instituição defende com unhas e dentes que não se retorne à situação anterior. Algumas iniciativas em Brasília defendem que se regreda à situação anterior, retirando-se do Orçamento a seguridade social.

Estava ali, Sr. Presidente, o relator da Constituinte, o ex-Senador - na época, Deputado Federal -, Bernardo Cabral, que fez um histórico muito interessante, detalhado e até saudosos de como os trabalhos da Constituinte foram elaborados. Estavam presentes também outros constituintes, como o Senador à época, hoje Deputado Federal, Mauro Benevides, Vice-Presidente da Constituinte. O então Presidente da Constituinte, Ulisses Guimarães, foi homenageado, com inteira e absoluta justiça. Realmente ele foi uma enorme liderança política e moral inquestionável, pois soube conduzir, com muita maestria e sabedoria, os trabalhos da Constituição. Da mesma forma, à época, agiram outras lideranças políticas importantes do País, como o líder do PMDB - partido majoritário na Constituinte -, Senador Mário Covas, que também teve papel muito importante na condução dos trabalhos. O saudosos Senador Afonso Arinos de Melo Franco, Presidente da Comissão de Sistematização da Constituição, também teve papel muito importante na condução daqueles trabalhos.

É interessante lembrar como a Constituição foi organizada e como deu certo. Hoje, após 20 anos, embora questionada aqui e ali, sabemos que, sem dúvida, ela fez com que o País avançasse muito. Isso é inegável. Houve um senão, digamos assim, por estar prevista uma reavaliação da Constituição, depois de cinco anos de sua promulgação, o que, lamentavelmente, não foi feito. Passou a existir plenamente como Carta Magna, portanto extremamente poderosa como legislação e, hoje, funciona quase plenamente. Alguns de seus aspectos ainda não foram totalmente regulamentados, mas hoje não mais se questionam os avanços que a Constituição trouxe para nosso país, aliás, em muitas áreas. Também considero extremamente interessante o fato de todos terem levado em conta a saúde como um dos setores que mais avançaram com a nova Constituição brasileira. Todos reconhecem a importância do que foi discutido, votado e aprovado em relação à saúde, à existência, ao nascimento, digamos assim, do SUS, e às vantagens que trouxe para o País hoje, ainda que não tenha sido definido, até o momento, o seu financiamento. Ficou essa lacuna, esse vazio que persiste até hoje, demonstrando certo descaso dos governos relativo ao financiamento da saúde.

A saúde é o grande tema das campanhas eleitorais. Fiquei impressionado ao verificar, nas últimas campanhas eleitorais, como todos os candidatos falavam em saúde durante todo o tempo. De repente, quando acabam as eleições, esse setor continua sendo tema de discurso. Todavia, quanto à definição financeira dos recursos, há um recuo evidente. Ninguém define nada, e resolvem deixar tudo como está para se gastar menos. Enfim, a situação é muito paradoxal. Seria bom lembrar, Sr. Presidente, que a Constituição nasceu da decisão de um governo anterior e pela ingerência do então candidato à Presidência da República Tancredo Neves, que infelizmente não pôde assumir. O Presidente Sarney, que assumiu, manteve o compromisso de fazer a Constituição. Como também foi comentado ontem, é interessante verificarmos que a Constituição tinha uma data para começar, mas não para terminar. Da mesma forma, não havia sido estabelecido como seria o conteúdo da Constituição. Partiu-se do nada. Não havia nenhuma base para se iniciar a discussão. Não havia nada. A discussão da Constituição era totalmente democrática, pelo que temos de louvar a experiência e a sabedoria do Presidente Ulisses Guimarães, que fez com que houvesse a participação de todos os congressistas. Não havia congressista de primeira, de segunda ou de terceira categoria, e assim por diante. Todos tinham o mesmo valor; todos participaram igualmente de todas as subcomissões. Um participou da Comissão de Educação; outro, da de Meio Ambiente; outro, da Comissão da Previdência; outro, da Comissão de Saúde; outro, da Comissão de Transporte; outro, da Comissão de Segurança, e assim por diante. Eram, se não me engano, 24 subcomissões. A partir daí, a Carta começou a ser elaborada. Portanto o primeiro documento da Constituinte nasceu nessas subcomissões. Em seguida, foram para as Comissões temáticas. A questão da saúde, por exemplo, saiu da subcomissão de saúde, foi para a Comissão da Ordem Social, e em seguida, para a Comissão de Sistematização, onde o esboço da nova Constituição começou a ser preparado. Depois foi ao Plenário, onde a discussão final foi extremamente rica e proveitosa para o País. Então, com muita satisfação, Sr. Presidente, venho fazer o relato de uma reunião muito importante da qual participei em Brasília. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

94ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 4/11/2008

O Deputado João Leite* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, mineiros e mineiras presentes no Plenário desta Casa, telespectadores da TV Assembléia, no último dia 31 de outubro a Reforma Protestante, do Pe. Martinho Lutero, completou 491 anos. Lutero nasceu em 1483, na Alemanha. Seu pai era de origem camponesa, trabalhava nas minas e foi extremamente severo na sua criação. Pouco antes de completar 22 anos, Lutero ingressou em um mosteiro agostinho, contrariando os anseios de seu pai, que almejava para o filho a carreira de advogado. A decisão de ir para o mosteiro causou indignação no pai, que demorou muito tempo para perdô-lo.

Lutero tinha grande interesse por um tema que era permanente em sua mente, nas suas reflexões: o da salvação. Aprendeu com os mestres a castigar o próprio corpo e sempre se socorria do confessor, pois se preocupava em confessar cada pecado cometido. Revelou-se uma pessoa reservada e dedicada aos estudos e à sua luta espiritual. Após um bom tempo de estudo, formulou suas 95 teses, as quais atacavam veementemente os princípios fundamentais da teologia da Igreja naquela época. Em 31/10/1517, véspera da Festa de Todos os Santos, afixou suas 95 teses na porta da igreja do Castelo de Wittenberg. Foram escritas em latim, mas logo traduzidas para o alemão e distribuídas por toda a Alemanha. Esse fato marcou o início da Reforma Protestante. Como decorrência dessa atitude, Lutero passou por momentos difíceis em sua vida. O Papa Leão X o perseguiu, ordenando que seus livros fossem queimados e determinando um prazo de 60 dias para que se submetesse à autoridade romana, sob o risco de ser excomungado. Quando a bula papal chegou a suas mãos, ele a queimou, rompendo definitivamente com Roma. Levado diante do Imperador e de vários outros personagens do Império, confirmou diante de todos tudo o que havia escrito. E, ao ser coagido a se retratar por tudo o que havia publicado, não hesitou em afirmar: "Não posso nem quero retratar-me de coisa alguma, pois ir contra a consciência não é justo nem seguro. Deus me ajude. Amém".

Relendo e repensando as 95 teses de Martinho Lutero, vejo que, sem dúvida, algumas são impressionantes. Escolheria pelo menos 3 teses fundamentais das 95 defendidas por Martinho Lutero. A primeira: o livre sacerdócio do salvo. Todos os que um dia entregamos o nosso coração a Jesus e passamos a segui-Lo, Martinho Lutero defendeu; e a própria palavra de Deus defende o fato de que todos somos sacerdotes desse Deus. Temos a possibilidade, o acesso para adorá-Lo, reverenciá-Lo e buscá-Lo. Essa é uma tese fundamental para a minha vida e para a de tantos, a qual Martinho Lutero defendeu. Refiro-me a esse acesso por meio do qual o escritor aos hebreus disse que deveríamos entrar, confiada e ousadamente, no Santo dos Santos, pelo vivo e novo caminho: Jesus Cristo. Ele já havia dito, no Evangelho de João, Capítulo 14, Versículo 6, que era o caminho, a verdade e a vida; que era o caminho para que pudéssemos chegar ao Pai. Essa tese do livre sacerdócio do salvo é importante para a minha vida e para a de tantos que amam ao Senhor e que têm esse acesso para adorá-Lo.

A segunda tese também me alegra muito hoje. Há 30 anos, converti-me, entreguei o meu coração para Jesus e passei a ser um seguidor de Jesus e leitor da Sua palavra. Hoje é impressionante vermos tantas pessoas carregando suas Bíblias e indo às diversas igrejas, batistas, católicas, presbiterianas, metodistas e assembleias de Deus. O livre exame das Escrituras é uma tese muito importante defendida por Martinho Lutero. É fundamental termos essa palavra de Deus, guardada milagrosamente durante tanto tempo, a fim de que tenhamos a oportunidade de nela meditar e de conhecê-la. Assim o livre exame das Escrituras é uma tese fundamental e foi importante para podermos ler essa palavra e conhecer a história do povo hebreu, o monoteísmo ético desse povo: o apóstolo Paulo, por meio de suas diversas cartas; o amor do apóstolo João; nas cartas a suas igrejas; a luta e o entusiasmo do apóstolo Pedro na defesa do Evangelho e da palavra de Deus.

Se eu tivesse o direito de escolher entre as teses, escolheria a terceira de Martinho Lutero, que diz que a salvação é pela graça. Essa é muito importante. Quando Jesus foi crucificado e deu a Sua vida, Ele fez tudo por nós.

Martinho Lutero defende o pensamento de que a salvação se dá pela graça, que a salvação ocorre em virtude daquilo que Jesus fez, a salvação é para todos, independentemente de conta bancária, de ações na Bolsa, de partido político e de religião. Independentemente de qualquer coisa, Jesus morreu por todos e deu oportunidade de salvação a todos.

Recorro à carta do Apóstolo Paulo à Igreja de Éfeso: "Porque pela graça sois salvos, mediante a fé; não de obras, para que ninguém se glorie. É dom de Deus". Independe das obras, do esforço, pois Jesus fez tudo. Repito o Apóstolo Paulo: não me envergonho do Evangelho de Jesus Cristo, porque ele é a oportunidade da salvação de todos. Recorro também aos outros reformadores. Quero lembrar esses homens tão importantes na história da Reforma, como João Hus, João Calvino, Wycliffe, Zwinglio e tantos outros. Zwinglio e Wycliffe foram muito importantes, perseguidos por traduzir a palavra de Deus, por traduzir a Bíblia. John Wesley fez muito, agiu com simplicidade. Todos agiram não por mérito ou vanglória, mas simplesmente pela fé.

Neste dia quero lembrar algo importante para todos: a Declaração Universal dos Direitos Humanos, especialmente o seu art. 18, que estabelece que todo homem tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião. Esse direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e de manifestá-las pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância isolada ou coletiva. Esse artigo é muito importante para a nossa fé e para os que ensinam a sua religião. É meu direito, é direito de quem tem religião professar e ensinar sua fé.

Lamento o que está acontecendo agora na Índia. As fotos mostram os pastores que professam a sua fé na religião sendo queimados vivos, Bíblias sendo queimadas. Vemos aqui uma criança cristã com queimaduras de segundo grau. Isso está ocorrendo porque as pessoas estão-se reunindo publicamente para falar da sua fé em Jesus. Espero que a Índia dê a liberdade, a segurança para que os cristãos possam ensinar e professar a sua fé. Temos em mão fotos mostrando a destruição das Igrejas Batista, Presbiteriana e Assembléia de Deus. Tudo isso acontece num tempo em que os países se comprometem com a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Estamos vendo a perseguição àqueles que um dia abraçaram a sua religião e têm na Declaração Universal dos Direitos Humanos e nas Constituições a defesa para assumir publicamente sua religião. Lamento, pois, da tribuna da Assembléia Legislativa, a perseguição religiosa, a forma como os religiosos estão sendo perseguidos no mundo por causa da sua fé.

No dia em que comemoramos a Reforma Protestante, gostaria de lembrar também a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que trata do direito à religião. Mas esse mesmo direito é hoje negado em parte da Índia, infelizmente.

O Deputado Vanderlei Miranda (em aparte) - Quero parabenizar o meu colega e irmão na fé Deputado João Leite pela explanação que faz e pela lembrança da importância de Martinho Lutero para a igreja cristã evangélica no mundo. Também me solidarizo com as famílias dos nossos colegas pastores, missionários e obreiros que, neste momento, estão sofrendo perseguição ao redor do mundo. No meu programa de televisão, por mais de uma semana, tenho-me reportado a essas ações de perseguições e crueldade, com casas sendo incendiadas, famílias mortas e crianças feitas órfãs. Enfim, é de lamentar que, em pleno século XXI, testemunhemos e também tenhamos de lidar com uma situação tão cruel e insana como essa. Em nome da religião, religiosos estão perseguindo pessoas por causa da sua fé e, o que é pior, no caso da perseguição aos cristãos, perseguindo uma fé que tem como ponto central da sua pregação e do seu ensino o amor. Não à violência, não à segregação, não a tudo o que coloca o ser humano em condição inferior ou até mesmo de constrangimento. É lamentável que esses países ainda permitam que pessoas, em nome de suas religiões, façam cruel perseguição remontando aos anos de perseguição da história. Fica aqui o meu registro e a minha palavra de solidariedade.

O Deputado João Leite* - Obrigado, Deputado Vanderlei Miranda. É importante lembrar a manifestação de seu programa, tão importante. Esperamos que o governo brasileiro se manifeste, já que temos tantos missionários brasileiros na Índia. Ontem mesmo recebi um dos missionários, que me fez todo um relato do que está acontecendo com os missionários brasileiros, agora em risco por conta dessa perseguição. Queremo-nos manifestar por intermédio da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia, para que o governo brasileiro entre em defesa de algo que é fundamental para todos nós, mais precisamente para os brasileiros que estão na Índia, com o seu direito, levando a mensagem salvadora de Jesus Cristo.

Rapidamente, ainda gostaria de lembrar o encontro nacional do "Fórum Evangélico Nacional de Ação Social e Política", que acontecerá no dia 13/11/2008, em Brasília. Estaremos lá discutindo o infanticídio indígena, a pedofilia, a exploração sexual de crianças, a pornografia, o aborto, a eutanásia, a homofobia, as drogas, a perseguição religiosa, entre outros temas. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Ivair Nogueira - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, estamos aliviados com a sensata decisão que põe fim a um projeto mirabolante, o que lança perspectivas otimistas para a Justiça mineira. Sabiamente, a milionária obra da construção do prédio do Tribunal de Justiça de Minas Gerais foi suspensa, numa atitude de coragem e lucidez.

O novo Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Sérgio Resende, embarga um polêmico projeto, na verdade muito contestado em função da necessidade, principalmente da primeira instância. A babilônica obra e a aquisição de todo mobiliário alcançariam, hoje, a cifra de R\$549.000.000,00. Desde o princípio, quando o então Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Orlando Adão Carvalho, anunciou a intenção de unificar a segunda instância em uma nova sede no Barro Preto e divulgou o quanto tal iniciativa custaria aos cofres públicos, venho indagando como ficará o investimento em áreas urgentes. Como ficam as comarcas de primeira instância? A megassede adiará por tempo indeterminado o atendimento a reivindicações antigas dos nossos Municípios do interior de Minas. A Lei nº 2.006, que trata do processo eletrônico, é um instrumento que, em parte, vinha sendo ignorado pela ex-administração do nosso Judiciário. O Tribunal havia-se esquecido de que, por meio de recurso tecnológico, é possível obter produtividade e diminuir custos sem necessidade de se construir uma nova sede extremamente onerosa. É sabido que hoje os magistrados já podem reunir-se em videoconferência, facilitando a realização de audiências e reuniões de trabalho entre a Capital e o interior, interligando todas as regiões do Estado. Felizmente, prevaleceu a razão, e, ao decidir pela suspensão da despropositada sede, o novo Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Sérgio Resende, demonstra coerência.

O Deputado Vanderlei Miranda (em aparte) - Caro colega e companheiro da Bancada do PMDB nesta Casa, amigo Deputado Ivair Nogueira, quero parabenizá-lo pela abordagem do assunto e aproveitar para fazer este pequeno aparte em nome da população do Barreiro. Durante a campanha para a Prefeitura de Belo Horizonte, a população do Barreiro foi bombardeada com a informação de que lá seria construído um hospital com 300 leitos para atendimento daquela população tão carente do serviço de saúde da Capital. O candidato vencedor das eleições para Prefeito de Belo Horizonte fez desse anúncio e dessa promessa uma das suas plataformas de campanha, e, ao abrir o jornal "Hoje em Dia", deparei com a manchete: "Promessa pode ser revista: a construção de um novo hospital na região do Barreiro, região Oeste de Belo Horizonte, promessa de campanha do Prefeito eleito Márcio Lacerda, do PSB, poderá ser revista. Depois de reunião realizada ontem com membros da equipe de transição, o próprio Lacerda admitiu a possibilidade de potencializar o atendimento do Hospital Júlia Kubitschek, que faz parte da Fhemig."

Portanto, quero falar em nome da população do Barreiro, que foi iludida com a promessa da construção de um hospital com 300 leitos. Promessa de campanha. Eu me disponho, em nome da população do Barreiro, a entrar, pelo Procon Assembléia, com uma ação na Justiça por propaganda enganosa. Ele propagandeou pelos quatro cantos da cidade que construiria lá um hospital com 300 leitos. Ganhou a eleição e nem tomou posse e já rompeu com uma de suas promessas, e isso é preocupante. Creio que a população do Barreiro, Deputado André Quintão, está de boca aberta neste momento, principalmente aqueles que acreditaram nessa promessa. Pela lei, isso é caracterizado como propaganda enganosa, e estamos dispostos a, junto com a população do Barreiro, impetrar uma ação contra essa propaganda enganosa, revelada no "Hoje

em Dia" deste dia 4 de novembro. Obrigado pelo aparte, Deputado Ivair Nogueira.

O Deputado Ivair Nogueira - Obrigado, Deputado Vanderlei Miranda. Esse é um tema importante, pois não se pode admitir que um candidato que tão recentemente tenha feito as propostas do hospital e do metrô tenha mudado de opinião. É preciso que o próprio Prefeito eleito esclareça melhor o assunto à comunidade do Barreiro.

Continuando o nosso discurso, S. Exa. mostrou também sensibilidade para com as deficiências pelas quais passam as nossas cidades do interior. Reconheceu a disparidade entre primeira e segunda instâncias, admitindo publicamente que os Desembargadores, em relação à primeira instância, estão muito bem atendidos.

Quero cumprimentar o Dr. Sérgio Resende pela iniciativa de suspender a faraônica obra e destinar atenção a outras necessidades. O povo mineiro aguarda ansioso por reformas e construção de fóruns e a instalação de mais varas judiciais. A primeira iniciativa foi colocar em concorrência pública as primeiras cidades a ser contempladas por já terem todos os projetos concluídos: Uberlândia, Uberaba, Contagem e Ubá. Sérgio Resende reabriu um novo horizonte. Revelou que, acima de tudo, haverá respeito com o dinheiro público, atendendo aos critérios da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Com a suspensão das obras, o Tribunal admite que terá condições de trabalhar em sua capacidade total para atender às comarcas do interior. Em uma medida infinitamente mais simples, os servidores do Tribunal na Unidade Francisco Sales serão transferidos para um imóvel na Av. Raja Gabaglia, no Bairro Luxemburgo. Isso elimina a urgência da construção de nova sede.

Os novos planos para a Justiça mineira merecem aplausos. Além das obras na primeira instância, haverá investimento em tecnologia da informação, tornando o Judiciário de Minas, no prazo de cinco anos, o mais bem informatizado do Brasil. Com a manutenção da obra, esse investimento, fundamental para a modernização do Tribunal, seria inviável. Os novos projetos, ao contrário da milionária megaobra, podem começar a beneficiar o cidadão mais rapidamente. O Desembargador Sérgio Resende confirmou que tem em mente que a verdadeira missão do Judiciário é atender ao cidadão de maneira imediata.

Importante ressaltar também a diferença da posição do Desembargador Sérgio Resende no que concerne ao prédio da Av. Raja Gabaglia, que abrigará os Desembargadores da Avenida Francisco Sales. O ex-Presidente alugou o prédio por R\$48.000.000,00, enquanto o atual Presidente, Desembargador Sérgio Resende, quer adquirir o imóvel pelo valor aproximado de R\$90.000.000,00 a R\$100.000.000,00. Para isso, cancelará o contrato de locação, o que dará para pagar 50% do valor do imóvel. Já dizia Rui Barbosa: "Justiça tardia não é justiça".

Neste ponto, quero fazer um comentário. Tomamos conhecimento da possibilidade de se dar entrada a uma ação direta de inconstitucionalidade contra a aprovação da organização e divisão judiciária aprovada nesta Assembléia Legislativa. Assusta-me muito essa hipótese, já que a Assembléia Legislativa foi muito complacente com o Poder Judiciário, que, antes de enviar a organização judiciária, deveria ter enviado também a divisão judiciária. Isso não aconteceu, mas, por um acordo entre os Poderes Judiciário e Legislativo, o Tribunal ficou de encaminhar, como fez depois de longa data, a divisão judiciária.

Agora querem questionar as emendas parlamentares referentes à criação de varas no interior de Minas Gerais. Esse é um direito do parlamentar, porque ele também conhece as necessidades das comarcas do interior de Minas que representa. É direito do parlamentar aprovar emendas. A emenda não cria despesa financeira com a criação de varas, como está sendo dito. Pelo contrário, dá ao Tribunal a condição de instalar varas quando necessário. Antes da aprovação da divisão e da organização judiciárias, se o Tribunal quisesse instalar alguma vara, por exemplo, em Betim, não conseguiria, porque não teria a aprovação de um projeto nesta Casa. Mas felizmente aprovamos. E a despesa só ocorrerá quando o Tribunal realmente instalar as novas varas.

Há a questão da ação direta de inconstitucionalidade referente à criação dos 20 cargos de Desembargador para Minas Gerais. Minas Gerais ficou para trás, por exemplo, em relação ao Estado do Paraná, que tem muito mais Desembargadores. Não podemos considerar inconstitucional a emenda de minha autoria que cria o cargo de 20 Desembargadores; pelo contrário, é um avanço, que será efetivado quando o Presidente do Tribunal assim determinar.

Deputado Dalmo Ribeiro Silva, quando foram criadas as entrâncias especiais em várias cidades do interior de Minas Gerais com o intuito único de propiciar e facilitar o trabalho, houve contestação: segundo disseram, isso acarretaria um valor muito alto para o Tribunal de Justiça, que não teria condições financeiras para assumir. Isso não é verdade, e queremos contestar o que está sendo dito, para provar ao Tribunal de Justiça que, quando as contas do acréscimo que prevalecerá com a criação das comarcas de entrância especial forem feitas, verificarão que isso acarretará muito pouco em relação ao orçamento que o Tribunal tem à sua disposição.

Neste momento, queremos fazer um apelo, principalmente para o trabalho do Presidente Alberto Pinto Coelho durante a aprovação da Lei de Divisão e Organização Judiciárias. Ele teve oportunidade de dialogar abertamente com o representante do Tribunal de Justiça. Aqui também estiveram os representantes da Amagis, entre eles o Dr. Nelson Moraes que deram uma contribuição muito importante, porque conhecem as necessidades, souberam trazer as reivindicações e as postulações e debater com os Deputados todas as emendas que foram apresentadas. E todas foram aceitas. Então, quando ouço falarem em ação direta de inconstitucionalidade, fico muito admirado, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, a quem concedo um aparte.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte)* - Muito obrigado, Deputado Ivair Nogueira. Quero parabenizar V. Exa. pelo seu pronunciamento, como também a sua condução à frente do projeto tão importante da organização judiciária nesta Casa. V. Exa. conduziu brilhantemente e com maestria todo o processo, trazendo aqui os Juizes da sua Betim e de toda a região.

Isso nos enche de preocupação, é uma surpresa muito forte, porque, como V. Exa. disse, debatemos muito tempo esse projeto e ouvimos todos os segmentos. As emendas não foram de V. Exa. nem minhas, foram dos parlamentares, que conhecem suas regiões, suas comarcas, e sabem, acima de tudo, a dificuldade que tem um Juiz de Direito do interior, como é o meu caso, em Ouro Fino, do Sul de Minas. Somente nós conhecemos o sentimento maior para traduzir por meio do processo legislativo, uma prerrogativa do nosso mandato, como muito bem disse V. Exa. ao trazer essa discussão para cá.

O Deputado Ivair Nogueira - O que não traz nenhuma inconstitucionalidade.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte)* - Absolutamente. Rendo a V. Exa. minhas homenagens. Estou solidário nesse processo, e, quem sabe, poderemos agora discutir, entre os Deputados, toda a base e os Deputados que participaram ativamente, para chegarmos a um entendimento que possa solucionar, de maneira convergente, essa situação que foi instalada. Parabéns.

O Deputado Ivair Nogueira - Obrigado, Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Concluindo, Sr. Presidente, queria dizer que houve, por parte do Presidente Alberto Pinto Coelho, toda a abertura necessária. Todas as

emendas aprovadas nesta Casa tiveram a aquiescência dos técnicos do Tribunal de Justiça.

Hoje o que esta Casa aprovou é plenamente constitucional. Entendemos dessa forma. A primeira instância agradece ao Dr. Sérgio essa medida inteligente e plausível que ele traz, em razão da abertura com os recursos com os quais seria construída aquela sede do Poder Judiciário em Belo Horizonte, mas que foram transferidos para a construção dos fóruns da comarca do interior. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, o Brasil e Minas Gerais perderam, neste fim de semana, uma grande figura humana e grande gestora pública, a nossa querida companheira Rosani Cunha, Secretária Nacional de Renda de Cidadania do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Ela faleceu num acidente de carro ocorrido na Argentina, neste fim de semana, deixando precocemente seu convívio entre nós. Desde muitos anos, acompanhamos a militância política e sobretudo profissional, o empenho profissional de uma servidora pública de carreira. Nos anos de trabalho dedicados ao serviço público, ajudou a fortalecer o chamado controle social, por meio de uma compatibilização de visão refinada, competente e técnica. Sempre esteve à disposição dos conselheiros da saúde e da assistência, dos militantes sociais e do fortalecimento daquilo que conquistamos na Constituição de 88, que é o chamado controle social.

Desde 2004, convidada que foi pelo Ministro Patrus Ananias, coordenava o Bolsa-Família, o maior Programa de transferência de renda já realizado neste país, que atende 11 milhões de famílias, 44 milhões de pessoas. Só em Minas Gerais, aproximadamente 1 milhão de famílias são atendidas, num valor destinado de recursos na ordem de R\$763.000.000,00. Além dessa dimensão profissional, política e cidadã, a Rosani é uma pessoa sempre muito disponível e companheira. Tivemos oportunidade de acompanhá-la profissionalmente no governo Patrus, em Belo Horizonte, e depois como Líder do Governo do Prefeito Célio de Castro, quando ela assessorava o então Prefeito Célio de Castro - que também nos deixou neste ano - na Frente Nacional de Prefeitos.

Peço até licença ao Editor de Cultura João Paulo Cunha, do jornal "Estado de Minas", que hoje escreve um artigo que retrata muito bem o sentimento das várias amizades construídas pela Rosani ao longo destes anos. Lendo este artigo, encontrei-me plenamente com o seu conteúdo e a sua mensagem. Sei o que esse artigo exprime tanto para os companheiros e as companheiras do Ministério do Desenvolvimento Social e da Prefeitura de Belo Horizonte quanto para os dos Conselhos da Assistência, da Saúde e de várias outras áreas. Passo, então, a ler, num gesto de homenagem desta Assembléia Legislativa ao legado profissional, ético, político e de cidadania deixado pela Rosani, o artigo que se chama "Vocação para a política e a amizade", do Editor de Cultura João Paulo Cunha, do jornal "Estado de Minas". (- Lê:)

"Rosani Cunha gostava de ser servidora pública de carreira. Tinha orgulho em trabalhar para o País. Em sua trajetória, passou por muitas funções: especialista em saúde pública e assistência social, professora, pesquisadora. Trabalhou nos três níveis de governo. Defendia o equilíbrio republicano e a integração de políticas. Tinha enorme vocação para a política: era boa em disputas e melhor ainda em articulação. Com capacidade sempre voltada para a realização de idéias, incumbia-se das tarefas mais difíceis, mesmo que isso demandasse, como muitas vezes, aprofundar-se em conhecimentos técnicos, filosóficos, econômicos, jurídicos e da ciência da informação. Ela sabia aonde queria chegar e usava de toda a sua inteligência - que era poderosa e bem orientada - para realizar seus projetos. Na verdade, quase sempre projetos coletivos. Rosani gostava de gente.

Na área de saúde pública, ela foi responsável por vários estudos e atividades voltadas para a municipalização das ações, democratização e participação popular. Trabalhou na criação de conselhos, organizou conferências municipais de saúde, especializou-se em financiamento, ajudou a criar e divulgar legislação inovadora no setor, foi uma entusiasmada defensora do Sistema Único de Saúde - SUS -, coordenou pesquisa sobre experiências de impacto no campo da saúde coletiva. Sua formação em fisioterapia era apenas uma entrada no setor. Dedicou-se à administração pública, de forma tenaz e ampla o suficiente para fazer dela uma profissional disputada em outras áreas. Seu reconhecimento ia além do Brasil, tendo se tornado referência internacional com o trabalho do Bolsa-Família. Era muito boa em idéias, melhor em valores e ética. Determinada em matéria de realizações, pensava sempre à frente, ideava realidades concretas no vazio das políticas sociais.

O traço mais distintivo de uma servidora pública correta era a capacidade de preservar, mesmo no terreno de disputas ideológicas e políticas, o sentido da amizade. Mulher criada para realizar tarefas públicas de responsabilidade, Rosani tinha dupla sensibilidade no campo das paixões humanas: a defesa dos interesses dos mais pobres e a dedicação fiel aos amigos e colaboradores. No âmbito da vida privada, a amizade é uma das mais importantes realizações humanas. No campo da vida pública, a amizade é a tradução do respeito humano em nome de valores universais. Rosani foi uma servidora pública íntegra. Foi uma amiga insuperável. João Paulo Cunha. Editor de Cultura."

Sr. Presidente, Srs. Deputados, tenho certeza de que esse artigo, essa mensagem, essa homenagem, é rigorosamente compartilhada pelos tantos amigos e amigas, admiradores da gestora pública, da servidora, da militante, da pessoa que colocou sua vida pessoal e profissional a serviço das causas voltadas aos mais humildes, aos mais pobres. Deixo aqui a nossa homenagem, a homenagem desta Assembléia à Rosani, que, de algum lugar, está-nos acompanhando e, com certeza, enviando as suas melhores energias. Solidarizamo-nos com sua família - sua filha, sua mãe e Nilson, seu companheiro e nosso amigo, que também estava no carro. Ele continua entre nós. Aliás, ontem ele estava aqui, em Belo Horizonte. A ele, aos seus colegas de Ministério de Desenvolvimento Social, ao nosso Ministro Patrus Ananias e a toda a equipe, muita força e energia. Tenho certeza de que, neste momento, cada família beneficiada pelo Bolsa-Família que conheceu a Rosani deve estar enviando homenagens, energias e solidariedade aos familiares.

Sr. Presidente, no tempo que me resta, também queria fazer um convite aos telespectadores que acompanham a TV Assembléia, às Deputadas e aos Deputados desta Casa e, principalmente, aos movimentos sociais organizados de Minas Gerais. Será realizada amanhã, quarta-feira, dia 5 de novembro, nesta Assembléia, a abertura da audiência pública de revisão do PPAG 2008-2011. O PPAG do governo do Estado, lei orçamentária de médio prazo que retrata o planejamento público, veio para esta Casa no ano passado, foi analisado e conta com 300 programas, sendo 57 projetos estruturadores vinculados a 11 áreas de resultados finalísticos, com aproximadamente 1.600 ações previstas, num total de recursos investidos de R\$5.000.000.000,00. Nós, da Comissão de Participação Popular, e também a Comissão de Fiscalização Financeira, desde 2003, numa iniciativa ousada e inédita no País, abrimos o debate da legislação de médio prazo à sociedade civil organizada. Ano a ano, projetos estruturadores são debatidos nesta Assembléia, novas ações são propostas, recursos ampliados e até projetos estruturadores são apresentados diretamente ao PPAG pelas entidades da sociedade civil, por meio de emendas populares. São várias as iniciativas populares, há vários exemplos concretos. Para exemplificar, gostaria de mencionar um que diz respeito às pessoas mais humildes. Em 2003, uma emenda popular apresentada na Comissão de Participação Popular possibilitou a incorporação de mais um projeto na carteira de projetos prioritários do Estado, o Projeto Estruturador de Inclusão Social de Famílias Vulnerabilizadas.

Ano a ano, nas revisões do PPAG, com revisões participativas, conforme prevê a lei, também através de uma emenda popular, colocamos Minas Gerais como co-financiador do Suas, com mais recursos para esse projeto estruturador. Minas Gerais, através de emenda popular desta Assembléia, foi o primeiro Estado a compartilhar o financiamento do Suas. E hoje, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Minas Gerais é o Estado que tem proporcionalmente o maior número de Centros de Referência da Assistência Social - Cras - implantados e está em primeiro lugar no "ranking" de implantação do Suas, graças às emendas populares anualmente apresentadas nesta Casa, aprovadas pelo conjunto de Deputadas e Deputados - e registre-se, obviamente num trabalho em parceria com a Seplag e com o governo do Estado. Boa parte dessas emendas vêm cumprindo os acordos aqui estabelecidos. Hoje Minas Gerais tem um projeto estruturador de implantação do Suas de R\$36.000.000,00, graças a esse trabalho realizado pela Assembléia Legislativa através da participação das entidades da sociedade civil. Por isso reitero aqui: três dias de trabalho - quarta, quinta e sexta -; 57 projetos estruturadores apresentados pelos seus respectivos gerentes; e a possibilidade de a sociedade civil organizada apresentar suas sugestões, como já aconteceu nas cidades de Itaobim, Barbacena, Ituiutaba, e como acontecerá em Montes

Claros no próximo dia 13. Portanto fica aqui o convite e o agradecimento a todos os servidores da Assembléia Legislativa, que nos têm auxiliado muito no trabalho de revisão do PPAG 2008-2011. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - A Presidência solidariza-se também com as palavras do Deputado André Quintão em relação à Rosani Cunha, Secretária Nacional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que era fisioterapeuta de formação acadêmica e, como ser humano, uma pessoa essencialmente social. À sua família e a todos os seus amigos, em nome da Mesa e de todos os Deputados, nossos sentimentos cristãos.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta - Obrigado, Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana. Senhoras e senhores presentes, imprensa, povo do nosso Estado, boa tarde. Gostaria, Sr. Presidente, de tocar num assunto que, em mim, desperta dois sentimentos. O sentimento de alívio, que me trouxe alegria, e o sentimento de preocupação, quando me deparei com uma reportagem, nos principais jornais do nosso Estado, sobre a possibilidade de Minas Gerais ganhar, a partir do ano que vem, 91 pedágios. A reportagem cita algumas rodovias importantes. O jornal "Hoje em Dia" traz que Minas terá pedágio em mais 16 rodovias, totalizando 91 pedágios.

Meu sentimento de alívio é em relação, certamente, à facilidade com que o povo mineiro, o povo brasileiro, irá trafegar nas nossas estradas. Quem conhece as estradas de São Paulo sabe perfeitamente que as estradas federais desse Estado, comparadas com as de Minas Gerais, têm uma situação absolutamente diferente. Enquanto em São Paulo se dirige em boas estradas, com segurança total, estradas recuperadas, vias duplicadas, bem sinalizadas, com um sistema de resgate e de atendimento médico de urgência e emergência de Primeiro Mundo, em Minas Gerais a história é totalmente diferente. As estradas federais em Minas, com raríssimas exceções, estão em estado lastimável, precário, muitas delas intransitáveis. Alguns trechos foram recuperados, mas a verdade é que a maioria delas está em estado lastimável. Não há segurança, e a história mostra que, nas nossas estradas, aconteceram acidentes fatais, causando grandes prejuízos à bolsa popular, à economia do povo de Minas Gerais. Enfim, há um total descaso do governo federal para com as nossas rodovias.

Gostaria de puxar o foco para duas estradas do Norte de Minas. Uma delas é a BR-135. Há mais de 10 anos, tenho usado esta mesma tribuna, este mesmo espaço, para denunciar o descaso e a situação precária da nossa BR-135, uma das principais rodovias do País. Uma rodovia pela qual transita diariamente cerca de 8 mil carretas levando a riqueza do Sudeste e do Sul do Brasil para o Nordeste brasileiro e trazendo, também, os produtos dos Estados nordestinos para o Sudeste e outras regiões do País, e da qual fazemos uso toda semana, quando vamos a Montes Claros e de lá voltamos. Ela é fundamental, uma artéria principal de fluxo do trânsito do nosso país.

Essa rodovia, a BR-135, já matou muita gente, motoristas profissionais, amadores e professores da Unimontes. Pessoas perderam a vida nessa estrada, criminosamente mal conservada pelo governo federal. Pasmem os senhores, ela está na relação de estradas que serão privatizadas, que se vão transformar em estradas concessionadas a iniciativas privadas para se cobrar pedágio.

Vem à minha memória todo um filme. Recorri, Sr. Presidente, a um documento entregue e discutido na Casa pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, nos seminários regionais, para as propostas orçamentárias do ano que vem. No item relativo a Minas Gerais, aos recursos do Ministério dos Transportes - isso é um documento do governo federal - não consta nenhuma informação, nenhuma pista, nenhum indicativo de que a BR-135 será reformulada, refeita. E ela precisa disso. Estamos tratando desse assunto há muitos anos aqui nesta Casa. Já estivemos com o Ministro Nascimento várias vezes em Brasília. Tenho documento do Ministro, que vai fazer um ano, em que ele, de próprio cunho, escreve que na data tal iniciaria o processo de reformulação dessa BR; na data tal, os órgãos ambientais dariam o parecer; e, na data tal, iniciariam, finalmente, o processo de reconstrução da BR-135. Esse documento está comigo e foi entregue também a outros parlamentares no Ministério dos Transportes. Esse documento da Comissão Mista de Orçamento não traz nenhum tipo de informações acerca do projeto, do PAC do governo Lula para a nossa BR-135. Hoje a imprensa noticia que ela será privatizada.

Acho que temos todo interesse em discutir esse projeto, uma vez que parte de órgãos do governo do Estado e acreditamos na proposta do Governador Aécio Neves, temos confiança de entregar às mãos dele um plano de privatização, de concessão das nossas estradas, num programa de parceria público-privada para reformular as nossas estradas. Aliás, o Governador Aécio Neves disse há algum tempo, e foi noticiado pela imprensa, que, se o governo Lula passasse 50% da Cide, impostos compulsórios que pagamos, ele assumiria a totalidade dos quase 12.000km de estradas federais aqui em Minas Gerais. O Presidente Lula não aceitou a proposta, não passou para o Estado a concessão dessas estradas federais. Fico realmente preocupado.

Uma outra estrada que me preocupa muito é a BR-251, que faz a ligação de todo o Norte de Minas com a Rio-Bahia. É hoje considerada, na acepção mais pura da palavra, a estrada da morte. Todos os dias morrem pessoas na BR-251. Todos os dias um caminhoneiro perde a sua vida, tomba a sua carreta, o seu caminhão, o seu carro na referida BR.

Estranhamente, essa BR-251 também não faz parte do documento encaminhado a esta Casa pela Comissão Mista de Orçamento.

Precisamos realizar uma discussão bem aprofundada da concessão dessas 17 estradas estaduais e federais, relativamente à sua privatização e à recuperação pela iniciativa público-privada. Essa discussão tem de ser trazida para esta Casa. Precisamos, Deputado Paulo Guedes, de nos reunir com membros do governo do Estado e do governo federal para verificar como será feita essa privatização e essa concessão, para que não aconteça o que aconteceu à MG-050, que vai do Centro de Belo Horizonte, na direção Oeste, até o Estado de São Paulo. As estradas que foram concessionadas com instalação de pedágios, não têm nem sequer a segunda pista. Reformaram a estrada e passaram a cobrar pedágios. Num feriado, em razão do grande fluxo de carros na via, é necessário ficar atrás de um caminhão por 2 ou 3 horas, porque não há local para se fazer a ultrapassagem dos caminhões. Não há segunda pista.

Para uma estrada ser concedida à iniciativa privada, que cobrará pedágio, precisa ser, no mínimo, duplicada e recuperada. É necessário haver garantia para que as pessoas possam por ela trafegar sabendo que, no caso de acidente, existe, em tempo, um sistema de resgate, um sistema de urgência e emergência, com médico de plantão, com ambulância de plantão, com UTI de plantão, com helicópteros disponíveis para o transporte das pessoas, como acontece em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Não podemos aceitar a concessão de 17 rodovias aqui, em Minas Gerais, com o estabelecimento de 91 pedágios, da forma como aconteceu com a MG-050. Passei por essa via e estou fazendo uma crítica construtiva. Tenho certeza de que o Governador Aécio Neves não aceitará a concessão dessas estradas, com a instalação dos pedágios, se elas não tiverem as condições mínimas para tanto.

Fica aqui meu alerta. É interessante fazermos essas duas discussões. Primeiro, relativa ao projeto do governo federal quanto ao Orçamento do próximo ano, a fim de verificarmos o que há efetivamente para Minas. Queremos a recuperação e o término da 135, no trecho que liga Itacarambi, Manga e Montalvânia. Todo ano é feita a promessa de realização dessa obra, o que nunca se cumpre. Queremos obras também para outras estradas, como para a 251 e para algumas rodovias federais.

O Deputado Paulo Guedes (em aparte) - Deputado Carlos Pimenta, mais uma vez, quero parabenizá-lo por trazer a esta Casa um tema tão relevante. V. Exa. está coberto de razão. Temos de unificar nossa bancada, a fim de cobrarmos providências da bancada federal. Devemos

novamente ir à Brasília, cobrar a promessa do Ministro quando da nossa última visita.

Tenho, todavia, uma boa notícia. Hoje estive no DNIT, em Belo Horizonte, em companhia do Deputado Federal Virgílio Guimarães. A notícia que trago não é sobre o primeiro tema citado por V. Exa., sobre Montes Claros e Curvelo. A boa notícia é a de que os técnicos do DNIT garantiram que a ordem de serviço do trecho Manga-Montalvânia sai ainda neste mês. A outra notícia boa é que aquela emenda de bancada para o trevo de Montes Claros também será licitada ainda neste ano - só para o trevo; do trecho Montes Claros-Curvelo, realmente não trataram. V. Exa. tocou num tema muito importante, em benefício do qual devemos somar forças.

O Deputado Carlos Pimenta - Obrigado, Deputado Paulo Guedes. O Ministro Alfredo Nascimento, perante este Deputado, perante V. Exa., perante os Deputados Doutor Viana, Gil Pereira, Ana Maria Resende, Luiz Tadeu Leite e vários outros, de próprio punho determinou data para o início da recuperação da BR-135. Ele, Ministro, determinou data, mas não foi cumprida sua determinação. Sou muito cético, não sou adepto de São Tomé, mas pago para ver realizada essa afirmação, que não é de V. Exa., mas do DNIT.

Sr. Presidente, peço-lhe apenas mais um minuto para agradecer ao Cel. Jediael, do Corpo de Bombeiros de Montes Claros, que foi transferido para Belo Horizonte, por promoção. Ele sai de Montes Claros assinando a ordem de licitação da construção do quartel de Bombeiros dessa cidade, obra para a qual foram prometidos pelo Governador Aécio Neves recursos que somam R\$2.000.000,00. Agora, isso vai tornar-se realidade.

Quero ainda cumprimentar o Conservatório de Música Lourenzo Fernandes, de Montes Claros. Hoje à noite será inaugurado o mais belo conservatório de música do País, que trará arte e cultura para a cidade. Trata-se de uma bela conquista de seus Diretores e professores, bem como de um compromisso cumprido pelo Governador Aécio Neves e pelo Vice-Governador Antônio Augusto Anastasia.

Registramos nossos agradecimentos ao Governador. Ao mesmo tempo, pedimos-lhe que tenha calma diante do processo de privatização e concessão de nossas estradas e permita que a discussão sobre esse assunto aconteça neste Plenário, para que possamos apoiar esse projeto, que deverá trazer benefícios ao povo mineiro, em especial aos motoristas do nosso Estado. Obrigado.

O Deputado Getúlio Neiva - Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho à tribuna prestar contas a todos os Prefeitos de Minas Gerais, especialmente aos dos 734 Municípios mineiros que serão beneficiados com o Projeto de Lei do ICMS Solidário, do Deputado Dinis Pinheiro.

Nós tivemos a ventura, por decisão da Mesa em dezembro de 2007, de ser designados juntamente com a Deputada Ana Maria Resende e os Deputados Dinis Pinheiro, Durval Ângelo, Fábio Avelar, Gustavo Valadares, Luiz Humberto Carneiro, Paulo Cesar, Weliton Prado e Zé Maia para compor um grupo de trabalho para aprimorar e tentar entendimentos que buscassem traduzir-se na votação efetiva desse projeto que se arrasta há mais de seis anos nesta Casa. Por benesse dos componentes do grupo, fomos eleitos coordenadores desse grupo de trabalho. Sr. Presidente, é interessante que depois de dezenas de reuniões e de projeções com a ajuda do Dr. Hélio conseguimos chegar a um consenso. Nesta próxima quarta-feira, na reunião da Comissão de Fiscalização Financeira, deverá ser levado à votação o substitutivo que elaboramos em conjunto, com a participação até do Deputado Sebastião Helvécio, que havia apresentado um projeto anexado ao original e a duas sugestões feitas pelo próprio governo do Estado, uma relativa a recursos hídricos, outra relativa ao ICMS Ecológico. Tentando conjugar todos esses fatores e atender ao espírito da lei inicial, do Deputado Dinis Pinheiro, na qual se preconiza a redistribuição de 4,68% do ICMS, que estavam sendo distribuídos igualmente no Valor Adicionado Fiscal - VAF -, elaboramos várias tabelas e projeções. Finalmente, chegamos a um projeto que deverá ser apreciado às 10 horas da manhã da próxima quarta-feira pela Comissão de Fiscalização Financeira. É claro que teremos um pouco de dificuldade em função dos projetos que hoje sobrestão a pauta da Assembléia; no entanto, há um comprometimento do Presidente da Assembléia, Deputado Alberto Pinto Coelho, de buscarmos, antes de terminar o ano, a aprovação desse projeto. Devo comunicar aos 734 Prefeitos que estão aguardando o ICMS Solidário - que aliás foi motivo de audiências públicas por todo o Estado de Minas Gerais - que a Assembléia Legislativa está cumprindo a sua parte. Os Deputados se dedicaram, se debruçaram sobre a matéria, discutiram e buscaram o entendimento com os Deputados majoritários nas cidades que perdem recursos pela redistribuição do ICMS, que faz justiça aos Municípios mais pobres de Minas Gerais. Sr. Presidente, esse tipo de trabalho às vezes nem é reconhecido pelos nossos concidadãos, muitas vezes não é reconhecido nem pelos próprios titulares das Prefeituras que não acompanham o processo, especialmente no caso presente, em que centenas de Prefeitos novos aportam às Prefeituras sem nem sequer saber da existência desse projeto.

Sr. Presidente, na minha memória está muito claro o trabalho que iniciamos - e as pessoas às vezes se esquecem da história - em 1983 para sensibilizar o governo quanto a fazer a redistribuição do ICMS arrecadado. O objetivo era buscar o que está na Carta Magna. Uma das funções precípuas do Estado é reduzir as desigualdades regionais, assim como trabalhar pela redução das desigualdades sociais. Mas não há como trabalharmos a redução dessa desigualdade se inicialmente não trabalharmos a redução das desigualdades regionais. Municípios empobrecidos não tratam bem seus concidadãos, Municípios muito pobres não têm instrumentalização para corrigir as diferenças sociais.

É necessário que os parlamentares de Minas que acompanham o trabalho do Deputado Dinis Pinheiro há mais de seis anos se debrucem sobre esse projeto, que é sobremaneira importante. Deixemos, Sr. Presidente, de verificar algumas questões que consideramos que devem ser atacadas por esta Casa no próximo ano, como, por exemplo, a destinação de 2% para a saúde e 2% para a educação no projeto do ICMS Solidário. Na verdade, somados a 4%, se esses 2% forem distribuídos pelo critério da Lei Robin Hood, seriam muito mais úteis ao Estado. A legislação já obriga cada Prefeito a aplicar 25% de seus recursos na educação e 15% na saúde. Esses dois critérios tornaram-se inócuos, especialmente em função do crescimento paulatino do percentual que os Prefeitos foram obrigados a destinar a partir do ano 2000. Anteriormente, era de 10%, 10,35%, 11%, chegando hoje a 15% para a saúde.

O trabalho foi feito a muitas mãos por companheiros Deputados de vários partidos, representantes das várias regiões do Estado, para buscar o consenso. Não foi aquela melhora que achávamos justa, por princípios. No meu ideário, toda receita do Estado e da Nação deveria ter distribuição inversamente proporcional à riqueza, para, de maneira mais rápida, reduzir-se a pobreza e igualarem-se as regiões do Brasil e do nosso Estado.

A nossa utopia não desaparece; o nosso sonho continua; a luta persiste. Informando aos 853 Prefeitos de Minas Gerais que o ICMS Solidário será colocado em votação na Comissão de Fiscalização Financeira nesta quarta-feira, às 10 horas, e depois virá ao Plenário, se não conseguirmos consenso para colocá-lo em pauta para votação em 2º turno, poderemos fazer um chamamento para que estejam aqui, na Assembléia, ajudando-nos a reforçar a idéia de que efetivamente o compromisso tem de ser cumprido.

Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana, lembro-me do esforço que fiz no final de 2007, do discurso em que disse que em 2008 não abriria mão de dois assuntos importantes, que eram a aprovação da Lei de Organização Judiciária e da lei do ICMS Solidário, e de todos os entendimentos que tivemos ao longo deste ano, apesar do período conturbado das eleições municipais, e cujo objetivo era, na conclusão do exercício de 2008, dar uma resposta aos mineiros.

Assisti hoje a vários pronunciamentos elogiando as decisões relativas à Lei de Organização Judiciária. Gostaria que nas próximas semanas nos regozijássemos pela aprovação, neste Plenário, da lei do ICMS Solidário. Essas duas leis são abrangentes e importantíssimas para o Estado de Minas Gerais. Às vezes não lhes damos tanta importância, mas basta dizer que têm mais de seis anos de discussão nesta Casa. Por isso, é fundamental destacar que esses dois fatos marcarão 2008 como um ano muito importante para a Assembléia de Minas.

Deputado Paulo Guedes (em aparte) - Não poderia deixar de parabenizá-lo por trazer esse tema do ICMS Solidário nem perder a oportunidade de fazer justiça com as regiões mais pobres de Minas Gerais, com os Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, com o Norte de Minas e com tantas outras cidades e regiões injustiçadas pelo sistema de distribuição do ICMS em Minas Gerais, uma distribuição perversa e com critérios que beneficiam apenas os ricos.

A aprovação da lei do ICMS Solidário ainda não resolve o problema, Deputado Getúlio Neiva, mas ameniza-o e dá uma sinalização para as regiões. Existem cidades que recebem, por mês, uma renda "per capita" de ICMS de mais de R\$300,00, enquanto a média da nossa região não chega a R\$5,00. Será que o mineiro de Januária, de Manga, de Brasília de Minas, de São Francisco e de Salinas é diferente do mineiro que vive em Betim, em Contagem e em tantas outras cidades?

Está mais que na hora de esta Casa fazer justiça por meio dessa pequena redistribuição do ICMS, que não vai fazer falta para os ricos, mas com certeza será muito bem-vinda para os Municípios da nossa região, que sobrevivem quase que exclusivamente do FPM. Essa renda extra para os Municípios da nossa região significa muito para a nossa gente e para o nosso povo. Vamos somar forças com V. Exa. e com toda esta Casa a fim de aprovarmos esse projeto ainda neste ano.

O Deputado Getúlio Neiva - Agradeço ao companheiro Paulo Guedes, lembrando-lhe que, para isso, teremos de ficar vigilantes, porque precisamos votar esse projeto em 1º e 2º turnos, ainda neste ano.

Para corrigir aquela dificuldade, existe um item chamado cota mínima, em que 5,50% são distribuídos entre os Municípios mais pobres, diretamente, no Estado de Minas Gerais. Existem critérios, Deputado Paulo Guedes, que, acredito, devem ser revistos na própria Lei Robin Hood. Alguns critérios precisam ser alterados, e aquilo é uma benesse, uma vez que 734 Municípios passam a ganhar em torno de 10% a mais de ICMS, a partir de janeiro. Mas isso ainda é pouco, muito pouco, visto que, nas projeções que fizemos, esses Municípios passariam a ter 25% de ganho real. No entanto, é preciso entender que esta Casa não se compõe apenas dos Municípios mais pobres, mas também dos mais ricos, e os seus representantes lutam, bravamente, para defender os interesses deles. Dessa forma, no consenso, é preciso que as pessoas cedam para que possamos obter algum resultado.

Sei que os resultados que tivemos não foram os desejados pela maioria dos nossos parlamentares que buscam votos nas regiões Norte e Nordeste do Estado, na Zona da Mata e no Rio Doce, regiões depauperadas e deprimidas, tanto quanto o Mucuri e o Jequitinhonha. Mas não há como compor com 77 Deputados sem ceder em alguma parte. Por isso, neste momento, gostaria de agradecer especialmente ao Dr. Hélio, que, num trabalho dedicado, ao longo de tantos anos, vem acompanhando esse projeto do ICMS Solidário. Amanhã, se Deus quiser, às 10 horas, haveremos de estar na Comissão de Fiscalização Financeira, acompanhando a votação desse substitutivo que será apresentado. Contamos com os colegas Deputados e com a benemerência da Presidência da Casa para que possamos incluí-lo na pauta e votá-lo ainda neste ano, em 1º e 2º turnos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

95ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 5/11/2008

O Deputado Fábio Avelar* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembléia, senhores e senhoras que nos acompanham das galerias, tratarei de alguns assuntos discutidos aqui ontem pela manhã, oportunidade em que esta Assembléia sediou uma audiência pública da Comissão Mista do Orçamento. Portanto, de maneira inusitada, participamos de uma discussão pública do Orçamento da União para o ano de 2009. O Senador Delcídio Amaral, relator do Orçamento, esteve presente nesse encontro, ocasião em que foi apresentada uma minuta contendo algumas proposições para o Estado de Minas Gerais. Todos os participantes da audiência tiveram oportunidade de apresentar sugestões para apreciação pela Comissão. Foi uma oportunidade muito importante. Tivemos aqui a presença do Presidente da Comissão, Mendes Ribeiro Filho; o Jorge Curi, relator da Receita; vários Deputados Federais integrantes da Comissão, Deputados Jaime Martins, Gilmar Machado, Leonardo Monteiro, Virgílio Guimarães, entre outros. Nessa oportunidade, entre as várias sugestões apresentadas, fizemos duas sugestões, que formalizamos ontem. Pedimos o apoio de todos os Deputados Federais aqui presentes e também dos nossos colegas Deputados Estaduais. Uma reivindicação quase unânime foi a necessidade de previsão orçamentária para a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri. Tivemos também a possibilidade de sugerir algumas propostas para o Orçamento da União para o próximo ano. Apresentamos três sugestões concretas. Uma em relação à BR-040 e duas sobre o Aeroporto Internacional Tancredo Neves. Antes de entrar nessas duas sugestões, concedo um aparte, com satisfação, ao ilustre Deputado Délio Malheiros.

O Deputado Délio Malheiros (em aparte) - Deputado Fábio Avelar, V. Exa. sabe que sempre ombreamos essas idéias de V. Exa. Acreditamos que ontem V. Exa. apresentou aqui as sugestões ao Orçamento da União em um ótimo momento. Temos certeza absoluta de que todas as sugestões apresentadas por V. Exa. serão acolhidas. Aproveitamos para dizer-lhe que, no que diz respeito à Universidade do Vale do Jequitinhonha e do Mucuri, encaminhamos uma frente pela instalação da faculdade de medicina em Diamantina. Estamos colhendo as assinaturas das pessoas representantes daquela região nesse documento, nesse manifesto, o qual encaminhamos à Mesa desta Casa, para que fique oficialmente registrado. Trata-se de um documento histórico, que tem a assinatura de pessoas ilustres do Estado. Esperamos contar também com o apoio de V. Exa. nessa frente, que se chama Frente JK pela Instalação da Faculdade de Medicina em Diamantina. Muito obrigado pelo aparte. Esse documento está sendo encaminhado também ao gabinete de V. Exa. Parabéns pelas emendas que V. Exa. apresentou e pelas sugestões. Muito obrigado.

O Deputado Fábio Avelar* - Sou eu quem agradeço o aparte de V. Exa. e digo que estaremos ao seu lado. Com grande satisfação, assinarei essa frente parlamentar, porque considero a reivindicação de V. Exa. muito justa. Creio que atenderá inclusive o anseio de toda aquela comunidade, de toda a região. Ontem, quando V. Exa. apresentava a sua proposta, tivemos a presença de várias pessoas, lideranças da região que aqui vieram também trazer formalmente o seu apoio. Inicialmente, farei uma abordagem sobre a BR-040, sobre a luta iniciada nesta Casa por vários Deputados. Tivemos também a oportunidade de lançar aqui na Casa uma frente parlamentar em defesa da BR-040, já com uma proposta bastante clara, com o objetivo de promover a sua duplicação nos trechos compreendidos entre o trevo de Ouro Preto até a cidade de Barbacena e mais um trecho compreendido entre o trevo da cidade - cujo nome esqueci, mas é próximo ao Km 700 - até a Barriga do Triunfo, em Juiz de Fora. Serão aproximadamente 175 a 180km que faltam ainda ser duplicados de Belo Horizonte até o Rio de Janeiro. Houve uma movimentação muito grande, ainda no segundo semestre deste ano, quando denunciávamos, nesta Casa, a precariedade dessa BR, no trecho compreendido entre o trevo de Ouro Preto até Lafaiete. Denunciamos até a inexistência de um contrato de manutenção para fazer pelo menos a operação tapa-buraco naquele trecho. Realizamos uma audiência pública nesta Casa com a presença de autoridades de toda a região. É importante salientar que tivemos respostas bastante positivas e destacar a participação da iniciativa privada na região através do Sindixtra, que nos noticiou a implementação de uma estrada que estava sendo licitada para desviar o trânsito de caminhões pesados que carregavam minério. Tivemos também uma resposta do DNIT em relação à operação tapa-buraco que se encontra em execução. É evidente que essas ações são paliativas. Sabemos que o projeto de duplicação da BR-040 nesse trecho é um empreendimento que certamente demanda muitos anos. É necessário, pois, termos prontamente uma rubrica no Orçamento da União para não perdermos de vista essa meta de duplicação. Apresentamos uma proposição modesta, mas, se for atendida, possibilitará ao DNIT elaborar o projeto executivo. São empreendimentos da ordem de R\$5.000.000,00. Na realidade, quando esse projeto estiver pronto, poderemos buscar uma alternativa para efetivar a duplicação do trecho, através do próprio DNIT, da União ou através de parceria público-privada. Mas, de qualquer modo, a iniciativa de se fazer o projeto é necessária para possibilitar essa alternativa. Apresentamos essa proposta ontem e contamos com o apoio dos Deputados Federais que se encontravam aqui. Esperamos que ela seja atendida porque, dessa maneira, poderemos iniciar a solução de um grande problema, um grande desafio, que é a duplicação da BR-040 nesse trecho.

Gostaria de falar também sobre a nossa segunda proposta, que diz respeito ao Aeroporto Internacional Tancredo Neves. Hoje não temos mais dúvida de que a sua revitalização é irreversível. Sabemos que foi iniciada uma luta nesta Casa, quando apresentamos requerimento propondo a criação da Comissão Especial dos Aeroportos, em 2003, o que culminou com a recomendação da transferência de todos os vôos da Pampulha para Confins, possibilitando a revitalização desse importante aeroporto. Logo após, atendendo determinação do Governador Aécio Neves, vêm sendo realizadas obras visando à melhora do acesso ao aeroporto. A Linha Verde, muito importante para esse processo de revitalização, já está em fase de conclusão, sendo, pois, uma realidade. Sabemos como foi importante ainda a transformação do aeroporto da Pampulha em portal da aviação regional no Estado. Para os senhores terem idéia, hoje, apenas com vôos regionais, ele alcança sua capacidade máxima, que é da ordem de 1.300.000 passageiros por ano. E, evidentemente, isso só foi possível graças ao esforço extraordinário do Governador Aécio Neves para recuperar e melhorar sensivelmente a aviação regional no interior do Estado, dando, aliás, condições de operação noturna aos aeroportos. Repetimos que a revitalização do aeroporto é inquestionável. Hoje a sua capacidade está sendo totalmente utilizada, conforme previsto na primeira etapa, que seria cerca de 5 milhões de passageiros por ano. Fizemos um apelo à Comissão Mista do Orçamento para colocar, no próximo ano, um montante de recursos necessários à execução de obras emergenciais naquele aeroporto. São recursos relativamente pequenos em termos de importância, algo próximo a R\$140.000.000,00, mas que dariam sobrevida ao Aeroporto Internacional Tancredo Neves possibilitando a ele operar por mais dois ou três anos. Tempo necessário para planejarmos a implementação da segunda e última etapa do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, o que possibilitaria a esse aeroporto operar com uma capacidade de 20 milhões de passageiros por ano, na sua etapa final, por ser ele um dos mais importantes aeroportos para a malha aérea nacional. Foi por isso que fizemos essa proposição de inclusão no Orçamento dessa rubrica de R\$140.000.000,00, para as obras emergenciais, e também uma rubrica para prever algo mais no trabalho de estudos preliminares e planejamento da segunda fase dessa última etapa do Aeroporto Internacional Tancredo Neves.

Por fim, também tivemos a oportunidade de sugerir a inclusão no Orçamento de um montante necessário, apesar de não termos tido condições de especificar esses valores, mas algo próximo a uma rubrica, para termos um recurso previsto para a elaboração do projeto que visa interligar o metrô de Belo Horizonte ao Aeroporto Internacional Tancredo Neves, facilitando o acesso a ele. Foram essas as nossas sugestões. Já de pronto tivemos o apoio de todos os Deputados Federais e acreditamos que, por meio do orçamento do DNIT, do PAC, das emendas de bancada ou até mesmo das emendas de comissão, por se tratar de assuntos que dizem respeito não só a Minas Gerais, mas também ao País como um todo, que os nossos Deputados, a nossa bancada e os Deputados Federais - estou enviando uma cópia disso para todos eles - nos apoiem e atendam a essa nossa demanda, que acreditamos ser de fundamental importância para o desenvolvimento do nosso Estado e, por que não dizer, do nosso país. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente, nobres colegas Deputadas e Deputados, imprensa, funcionários da Casa, pessoas que nos acompanham das galerias e pela TV Assembléia.

Por muitas e muitas vezes ocupei esta tribuna para falar de um assunto de extrema importância para grande número de mineiros, fato que a maioria conhece. Mas acho importante lembrarmos os acontecimentos que marcaram a vida de milhares e milhares de mineiros.

Estou falando da ex-MinasCaixa, que, nos seus bons tempos, esteve presente em quase todos os Municípios do nosso Estado e sempre foi motivo de orgulho para todos nós. Seus dedicados funcionários deram o melhor de si para a criação desse paradigma, entretanto, infelizmente, sofreram um enorme infortúnio com o fechamento da instituição. Sentiram-se órfãos e perplexos com as dificuldades que, num golpe fulminante, se abateram sobre eles. Remanejados para outros órgãos da administração direta, tiveram seu poder aquisitivo reduzido e muitos perderam também a saúde, alguns chegando a perder a própria vida. Felizmente, pude abraçar a causa dos ex-servidores dessa instituição, com a recuperação da vantagem pessoal por meio de um projeto de lei de minha autoria, que tramitou por longos anos nesta Casa, atingindo uma grande parcela desses abnegados funcionários. Hoje respiramos aliviados e convencidos do dever cumprido, pois foi encontrada a solução para o grande problema que os afligia. Trabalhando em parceria com os demais Deputados desta Casa à época, conseguimos a reparação de uma injustiça. Também tivemos a participação de outros companheiros neste processo para o restabelecimento da lei e o fim das injustiças contra milhares de servidores que não pouparam esforços e que tanto se dedicaram pela existência pela condução da saudosa MinasCaixa. Novamente, os servidores da extinta MinasCaixa e uma grande injustiça me trazem a esta tribuna. Fui procurado por representantes de 75 servidores que estão à disposição da Defensoria Pública de Minas Gerais e que foram duramente atingidos pela Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.819. Segundo eles, são esses os fatos: em 1991, os servidores da extinta MinasCaixa foram absorvidos por vários órgãos do Estado, entre eles o Tribunal de Justiça, o Tribunal de Contas, a Assembléia Legislativa, a Secretaria de Educação e até a Defensoria Pública. Naquela época, a Defensoria Pública passava por várias dificuldades, tanto de pessoal como de material, era o "patinho feio" do Estado. Juntos, os advogados formados que exerciam a função de Defensores Públicos, inclusive os do quadro antigo já existente, passaram a buscar meios para valorizar e regularizar a Defensoria Pública como órgão de extrema necessidade, além de pleitear sua autonomia financeira e administrativa para fazer frente a gastos e necessidades do órgão. Então, com o apoio desta Casa Legislativa, o trabalho árduo e persistente dos Defensores Públicos foi reconhecido, alçando as ferramentas necessárias à elevação desse órgão ao seu atual nível, com mais dignidade e respeitabilidade em todo o nosso Estado. Em 1993, o governo de Minas encerrou a criação de decretos que visavam à entrada de novos advogados na função de Defensor Público, já prevendo a futura regulamentação formal da Defensoria Pública, até então agregada inicialmente à Secretaria de Justiça e, posteriormente, à Secretaria de Defesa Social. No ano de 1994, a Lei Complementar nº 80 determinou o prazo de 180 dias para que a Defensoria fosse regulamentada. No entanto, tal regulamentação só ocorreu em 17/1/2003, quase nove anos depois, com a Lei Orgânica nº 65, em reconhecimento ao árduo, necessário e essencial trabalho dos Defensores Públicos. Segundo os funcionários da extinta MinasCaixa, advogados absorvidos como Defensores Públicos, a partir daí ocorreu um fato inusitado, visto que dentro da própria Defensoria os servidores empenharam-se em uma luta política, lamentavelmente estranhando-se entre eles - servidores absorvidos e os novos servidores concursados. Vale ressaltar que os servidores absorvidos foram os maiores defensores da realização do concurso, ou melhor, maiores defensores da própria Defensoria, até mesmo intercedendo por ela ao se comprometerem, com recursos próprios, com a aquisição de material de impressão, cartuchos, pagamento de faxineiros etc., coisas que seriam de responsabilidade da própria instituição. De acordo com os servidores absorvidos, no intuito de retirá-los da Defensoria Pública, ocorreu uma "denúncia junto a um Procurador do Estado de Minas Gerais, que, por sua vez, passou o caso para a Procuradoria-Geral da República, cuja denúncia de origem, a ADI 3819, que no final declarou inconstitucional os artigos da Lei Orgânica nº 65/03".

Segundo documento que me foi entregue pelos próprios servidores absorvidos, que transcrevo aqui, "a inconstitucionalidade da lei não se discute; foi considerada pelo Supremo, em que pese a termos sido defendidos pelo Estado de modo genérico, uma vez que a defesa foi singela e sem considerar os devidos fatos que nos levaram à Defensoria.

Ou seja, não levaram ao conhecimento do/e juízo do Superior Tribunal que estávamos na Defensoria na forma do art. 41, § 3º, da Constituição Federal de 1988, que diz: 'Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo'.

Portanto, o nosso reaproveitamento era necessário e, como disse o nobre Ministro Marco Aurélio de Mello em uma de suas falas, estaria o Estado cumprindo um dispositivo da Constituição que manda fazer esse reaproveitamento, assim como foi feito em vários órgãos do Estado de Minas e, sem nenhum problema, reaproveitando os funcionários como manda a Lei Maior. Disse mais ainda o Ministro, quando da primeira fase do julgamento da ADI, se soubesse aquela Corte o real acontecido, não seria a decisão pela inconstitucionalidade, e sim pela constitucionalidade".

Antes de terminar, vou ouvir com muita alegria as palavras do meu amigo Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Agradeço e parabeno o Deputado Doutor Viana por trazer esse assunto ao conhecimento de todos os parlamentares. Ontem também fomos procurados por 123 Defensores que estão na situação exposta por V. Exa., em decorrência do julgamento da ADI cujo relator foi o Ministro Marco Aurélio. Temos de encarar essa situação de forma jurídica. Não temos alternativa: a ordem do magistrado, da Justiça, tem de ser cumprida, como dissemos a todos os que aqui estavam. Portanto, criar um mecanismo político em decorrência de uma decisão do Supremo Tribunal, já pela inconstitucionalidade do texto da lei, seria muito temerário para esta Casa, que deve buscar efetivamente algumas coisas que possa agasalhá-los. Ontem, estando com vários dos Defensores, na companhia dos Deputados Sebastião Costa, Ana Maria Resende e Antônio Genaro, que provocou o encontro, sugerimos um entendimento diferente doravante. Em primeiro lugar, é preciso buscar a tutela jurisdicional antecipada, por meio de mandados de segurança em decorrência da retroatividade e, principalmente, digamos assim, da garantia do direito daqueles que lá se encontravam desde a lei orgânica aprovada nesta Casa e sancionada pelo Governador. Paralelamente, quero anunciar a V. Exa. e a todos os parlamentares, estrutura-se também uma comissão para tratar desse assunto com o Vice-Governador, Prof. Anastasia, que teve no caso uma participação muito valiosa, desde o primeiro momento em que foi argüida a inconstitucionalidade e, particularmente, na própria Defensoria-Geral. A preocupação de V. Exa. realmente é nossa, porque hoje os Defensores estão sem salário. A Defensoria Pública já determinou, em cumprimento de ação direta de inconstitucionalidade, o corte dos salários. Isso preocupa porque é questão alimentar, e todos têm seus compromissos. Estamos diante de uma situação jurídica, já como decisão do Supremo, a não ser que consigamos, em sede de mandado de segurança ou tutela antecipada, alguma coisa que não deixe acontecer a medida extrema do STF. Essa reflexão que V. Exa. faz é muito importante. A Assembléia esteve pronta a atender os reclamos da Defensoria Pública em todos os momentos - V. Exa., eu e todos os Deputados. Agora não há de faltar o nosso apoio para também participarmos com os 125 Defensores Públicos. Parabéns a V. Exa.

O Deputado Doutor Viana - "Após essa fase, passamos então a buscar, junto a Justiça de Minas Gerais, os efeitos favoráveis aos atingidos pela declaração, como manda a legislação e julgados do Superior Tribunal, verificando o caso individual, uma vez que o Supremo apenas declarou a inconstitucionalidade dos artigos, julgando abstratamente, sem verificar o fato concreto, devendo os direitos pessoais adquiridos durante a vigência da lei ser apurados, uma vez que todos estavam ali por boa-fé e a mando do próprio Estado por mais de 16, até 18 anos.

Então, teríamos que buscar os nossos direitos, tais como a decadência, o ato jurídico perfeito, a segurança jurídica, em vista da jurisprudência em evidência e da legislação pertinente."

O Dr. Belmar Azze Ramos, atual Defensor Público-Geral do Estado, nomeado dia 10 de setembro próximo passado, infelizmente, em meu julgamento, de uma forma até um pouco arbitrária, suspendeu o pagamento dos vencimentos dos Defensores Públicos, que ainda estão na luta pelos seus direitos, em detrimento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.819, que não transitou em julgado, não podendo seus efeitos ser aplicados aleatoriamente. Ainda não foi transitado em julgado, poderia aguardar um pouco mais, ter um pouco mais de sensibilidade. Os Defensores Públicos estão extremamente prejudicados, com ações individuais em tramitação no Tribunal de Justiça, motivo pelo qual é inexplicável a ação intempestiva do próprio Defensor Público-Geral. Dessa forma, nós, Deputados - o Deputado Dalmo já falou, e alguns colegas também se prontificaram a ajudar -, procurados pelos Defensores Públicos, que foram objeto dessa ação direta de inconstitucionalidade, devemos-nos manifestar buscando todos os meios para que eles possam receber os seus salários e viver dignamente enquanto existir uma esperança de que a situação possa ser mudada, uma vez que os referidos Defensores dedicaram mais de 16 anos em defesa dos menos favorecidos e trabalhando pelo Estado. Essas eram as minhas considerações, Sr. Presidente. Peço ao nobre Deputado Antônio Genaro que se manifeste com o colega que se pronunciar depois, solicitando aparte. Se eu tivesse mais tempo, certamente o concederia.

O Deputado Padre João* - Concedo, de início, aparte ao Deputado Antônio Genaro.

O Deputado Antônio Genaro (em aparte)* - Deputado, agradeço sua gentileza. Não pude chegar a tempo de apartear dentro do tempo regular o discurso referente aos Defensores Públicos. Eles estiveram nesta Casa, e conversamos, junto com o Deputado Dalmo Ribeiro Silva e outros colegas. Realmente, estão em uma situação desesperadora, e esta Casa tem o dever de avaliá-la de perto para ver o que pode ser feito. Até onde vi e percebi, parece-me algo próximo a covardia o que está sendo feito contra eles, que estão em situação muito difícil. Quero oferecer-lhes meus préstimos para ajudar na solução do problema. Obrigado.

O Deputado Padre João* - Sr. Presidente, vamos expor aqui uma preocupação. O governo do Estado deve ter como prioridade buscar o entendimento com os outros Poderes. Percebemos que há um impasse entre o Executivo e o Poder Judiciário, e falta colocar em sua agenda essa prioridade. Percebemos que, para outras ações, também há prioridade zero, o que não aconteceu na nomeação da Comissão de Transição em Belo Horizonte, para a qual o governo deu prioridade absoluta. Mas, quando o assunto são os trabalhadores e servidores, infelizmente não há a mesma agilidade.

O mesmo acontece com os pequenos, sobretudo os agricultores do Estado, e essa é a preocupação que manifesto aqui. Tenho em mão, na íntegra, a Deliberação Normativa nº 24 do Conselho Estadual dos Recursos Hídricos, de 27/10/2008, que dispõe sobre procedimentos gerais de natureza técnica e administrativa a serem observados no exame de pedidos de outorga para o lançamento de efluentes em corpos d'água superficiais no domínio do Estado de Minas Gerais. Causa-nos estranheza, Deputada e Prefeita eleita Elisa Costa, o seguinte: temos comitês de bacias em toda a Minas Gerais e também o Conselho Estadual, e, de repente, vem uma deliberação normativa "ad referendum", sem passar pelo Plenário. Existe um equivoco, pois, assim, ela irá penalizar os pequenos, já que a empresa que mais polui no Estado é a Copasa. Ela foi criada não simplesmente para o tratamento e abastecimento de água, mas também para o tratamento de esgoto e é ela mesma que mais capta água e a devolve aos rios com uma qualidade 100 vezes pior. O governo do Estado tem que dar exemplo a partir de suas empresas antes de enquadrar, sobretudo, os pequenos. Essa, então, é uma deliberação normativa autoritária, arbitrária e, de fato, penalizará, incriminará os pequenos. Poderia lê-la na íntegra.

Farei aqui a leitura na íntegra. Ela vai, de fato, penalizar, incriminar os pequenos. São três laudas, mas é importante porque socializaremos aqui com centenas de Municípios através da TV Assembléia. É importante também o nosso "embaixador" da Copasa fazer-se presente no Plenário desta Casa, o nobre colega Deputado Fábio Avelar, porque creio que terá um papel importante na interlocução da Casa com a Secretaria de Meio Ambiente - com todo respeito a V. Exa., Deputado. (- Lê:)

"O Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, Secretário Adjunto de Estado do Meio ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no uso de suas competências legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 12, art. 14 e art. 25 da Lei nº 9.433, de janeiro de 1997; inciso II do art. 12 e art. 15, da Resolução do CNRH nº 16, de 8/5/2001; inciso III do art. 18, art. 19; e inciso IV do art. 41 da Lei Estadual nº 13.199, de 29/1/99; inciso II do art. 6º e art. 7º do Decreto Estadual nº 41.578, de março de 2001; e considerando a necessidade de estabelecer critérios técnicos para a outorga de lançamento de efluentes em corpos de água superficiais de domínio do Estado de Minas Gerais. Delibera, "ad referendum", do Plenário:

Art. 1º - Esta deliberação normativa dispõe sobre procedimentos gerais de natureza técnica e administrativa a serem observados no exame de pedidos de outorga para o lançamento de efluentes em corpos de água superficiais no domínio do Estado de Minas Gerais.

Art. 2º - A análise do requerimento de outorga para o lançamento de efluentes será efetuada tendo como referência:

I - o parâmetro Demanda Bioquímica de Oxigênio - DBO -;

II - a disponibilidade hídrica para diluição, função da vazão de referência;

III - a vazão de diluição, assim considerada como a quantidade de água necessária para a diluição da concentração de DBO;

IV - a concentração de DBO no efluente;

V - a concentração permitida de DBO no corpo de água onde é realizado o lançamento;

VI - a concentração de DBO no corpo de água imediatamente a montante do lançamento;

VII - as metas progressivas de melhoria de qualidade, de acordo com o programa para efetivação do enquadramento.

§ 1º - No caso de efluentes cujo parâmetro principal não seja a DBO, serão utilizados os parâmetros mais representativos desse efluente, seguindo a declaração de carga poluidora do empreendimento.

Art. 3º - Ficam estabelecidos os seguintes critérios para a determinação da vazão de diluição:

I - caso o corpo de água represente qualidade melhor do que prescreve em sua classe, a concentração permitida de DBO no corpo receptor será igual ao padrão de DBO, estabelecido na legislação ambiental vigente;

II - caso o corpo de água apresente qualidade igual ou pior ao que prescreve sua classe, a concentração permitida de DBO no corpo receptor será estabelecida pelo órgão gestor de recursos hídricos na análise do requerimento de outorga.

Parágrafo único - Para os corpos de água em processo de recuperação, referido no inciso II, o órgão gestor estabelecerá, periodicamente, padrões intermediários de DBO, até que seja atingido o valor estabelecido em sua classe de enquadramento.

Art. 4º - Ficam estabelecidos os seguintes critérios para definição dos limites da disponibilidade hídrica outorgável:

I - o somatório das vazões de diluição outorgadas na bacia de drenagem a montante do ponto de lançamento considerado fica limitado à vazão de referência do corpo de água, descontando-se o percentual máximo de vazão outorgável para captação;

II - a vazão máxima outorgável para diluição de efluentes, por empreendimento, não deverá ser superior a 50% da vazão de referência;

III - em casos excepcionais, caracterizados por especificidades hidrológicas, alternativas tecnológicas e locais, os critérios estabelecidos neste artigo poderão ser reavaliados.

Art. 5º - Para a outorga de lançamento de efluentes em corpos de água intermitentes, o órgão gestor de recursos hídricos definirá, em articulação com o órgão de meio ambiente, condições especiais para o lançamento.

Art. 6º - Para ambientes lênticos e intermediários, deverá ser considerada como vazão de referência aquela correspondente à bacia de contribuição no ponto de lançamento.

Art. 7º - Para os empreendimentos com licença de operação, a análise da outorga deverá observar as condições estabelecidas no processo de licenciamento ambiental no tocante ao lançamento de efluentes.

Art. 8º - O órgão gestor de recursos hídricos, por meio de portaria específica, convocará os empreendimentos já licenciados para obtenção de outorga de lançamento de efluentes ou, na ausência de convocação, a outorga será requerida quando da reavaliação da licença.

Art. 9º - Os usuários não sujeitos ao processo de Autorização Ambiental de Funcionamento ou licenciamento ambiental pelo Estado estão dispensados da obtenção de outorga para lançamento de efluentes, até que o Conselho Estadual de Recursos Hídricos aprove critérios para definição do uso insignificante para lançamentos de efluentes, excetuados os empreendimentos formalmente convocados pelo órgão gestor de recursos hídricos.

Art. 10 - O órgão gestor de recursos hídricos elaborará termo de referência com as informações necessárias para que o usuário encaminhe a requisição da outorga.

Art. 11 - Esta Deliberação Normativa entra em vigor na data de sua publicação. Belo Horizonte, 27 de outubro de 2008."

Existe, Sr. Presidente, uma decisão do Igam - se não me engano uma portaria - a respeito do cadastramento do uso de água. Esse cadastro deveria ter sido feito até final de junho, mas houve sugestão desta Casa para prorrogar o prazo, por iniciativa também deste Deputado, e foi prorrogado até 31 de dezembro. Salvo engano, nem 2 mil pessoas fizeram seu cadastro, o que representa 10% das propriedades. E aqui fala do uso insignificante. Então, se o povo mineiro está desconfiado desse cadastramento do uso da água por decisão do Igam, agora ele vai ficar muito mais arisco ao compreender isso como uma armadilha. Logo em seguida, virá também uma decisão para os que são considerados de uso insignificante. Embora todo o sistema seja muito bonito, na hora da decisão, vem uma determinação "ad referendum". Para que os comitês de bacia? O povo se organiza, entidades de várias áreas têm assento e uma decisão arbitrária e equivocada é tomada. Por isso apresentamos um requerimento para fazer essa discussão aqui, na Assembléia.

Neste 1 minuto restante, concedo aparte ao Deputado Carlos Pimenta, pedindo que seja breve.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Perfeitamente. Quero cumprimentá-lo pela preocupação. Acredito que, quanto a todas essas deliberações, quando elas não passam pelo crivo do Poder Legislativo com uma discussão maior, estamos sujeitos a todo tipo de proposta e de ação, muitas vezes sem a participação popular. As deliberações normativas são as mesmas medidas provisórias do Congresso Nacional. Mas queria cumprimentá-lo e reforçar ainda mais.

Conversava com V. Exa. ainda há pouco e mostrava uma reportagem do jornal "Hoje em Dia", divulgada na semana passada. Por meio dessa

reportagem, mostramos que falta de chuva seca 475 rios no Norte. Em primeiro lugar, temos de nos preocupar em ter a água. Não adianta termos uma legislação avançada, fazer um esforço muito grande, assim como V. Exa. faz, se não temos a água.

Nessa reportagem, estamos vendo, Deputado Padre João, uma foto do Rio Verde Grande, um dos principais do Norte de Minas, seco. Pode-se passar por esse rio sem molhar os sapatos. Ele está seco, mas já foi um rio-símbolo do Norte de Minas. Temos, então, de nos preocupar muito, Deputado Padre João, em estabelecer uma política para preservar as nossas águas, fazer os barramentos, bem como a recuperação das bacias, caso contrário não teremos água para deliberações normativas e legislação. Está faltando água no Norte de Minas.

Parabéns por seu pronunciamento. Conte conosco. Convido V. Exa. para embarcar neste trabalho que estamos fazendo de recuperação das bacias dos rios do Norte de Minas, que estão morrendo, ficando secos, principalmente nesta época do ano. Muito obrigado.

O Deputado Padre João* - Agradeço a V. Exa. o aparte. Reafirmo a importância desse trabalho. Há experiências exitosas na produção de água, como as barraginhas e as revegetações. São projetos fabulosos, realizados até mesmo no Sul de Minas.

Agradeço, Sr. Presidente, a oportunidade. Aprofundaremos esse assunto em audiência. Contamos, de início, com essa sensibilização. Não defendo a poluição, o lançamento de efluentes, mas as coisas têm de ser devidamente discutidas com os atores. Além disso, o Estado tem de dar o exemplo, principalmente a Copasa. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Elisa Costa - Saúdo o nosso Presidente em exercício, Deputado José Henrique. Tivemos ontem um importante evento nesta Casa Legislativa: a vinda da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, a fim de discutirmos, de uma maneira mais democrática, mais presente, o Orçamento da União em Minas Gerais. Tivemos a presença do Senador Delcídio Amaral, relator do Orçamento da União, bem como de vários Deputados Federais e Estaduais, assim como de organizações sociais, de entidades e da comunidade, discutindo o assunto, para que Minas tenha uma presença maior no referido Orçamento.

Registro aqui a defesa feita pelos Deputados Federais Virgílio Guimarães, Leonardo Monteiro e Gilmar Machado da primeira emenda de iniciativa popular a ser apresentada ao Orçamento da União. Essa é a novidade que o debate do Orçamento traz neste ano. Conseguimos aqui, com a participação das pessoas, das entidades, dos Deputados Estaduais e Federais, aprovar uma emenda popular da maior importância, referente às universidades federais de Minas, especialmente em relação à Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri. Ela foi criada no governo Lula, está em construção e veio potencializar o desenvolvimento dessas regiões, consideradas historicamente as mais empobrecidas do nosso Estado. Quando da sua origem - a partir de Diamantina, o primeiro câmpus, e agora o segundo, em Teófilo Otôni -, a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri foi criada com a perspectiva de ser multicampus em várias regiões de Minas, principalmente nas regiões mais próximas a Teófilo Otôni e ao próprio Jequitinhonha. Essa emenda popular, além de avançar em recursos para melhorar a infra-estrutura física dos câmpus já existentes, especialmente a moradia para os nossos jovens, para os estudantes de Diamantina e de Teófilo Otôni, também incluiu um valor para o futuro câmpus de uma universidade para Governador Valadares. É um avanço, pois Valadares, assim como o Vale do Rio Doce, que integra 101 Municípios, é a única região de Minas Gerais que não tem o ensino superior gratuito em nível federal, nem mesmo universidades públicas estaduais. Assim acredito ser um avanço para garantir o compromisso da União e do governo Lula. Falta agora uma última etapa.

Além de ceder o espaço físico - ofereceremos, em Governador Valadares, o terreno para implantação da futura universidade -, devemos somar esforços com a iniciativa privada e com as empresas. O Ministério da Educação também deverá liberar professores e servidores do setor administrativo para iniciarmos, no nosso Município, nossa futura universidade. Registro também mais um passo. Além da construção do nosso Cefet, a nossa Escola Técnica Federal, que terá início no próximo ano, com o ensino técnico profissionalizante, daremos início ao curso de nível superior na área tecnológica. Essas duas iniciativas, que são fundamentais, integram um processo de desenvolvimento de caráter regional. Por meio da educação, esperamos dar maiores oportunidades para nossa juventude, para nossos trabalhadores, para uma região que precisa crescer e desenvolver-se, a fim de que nossa gente possa permanecer em nossa região, onde encontrará alternativas para melhoria da qualidade de vida. As emendas aqui aprovadas contribuem muito não só para Belo Horizonte como também para o Vale do Rio Doce, para o Mucuri e para a região do Jequitinhonha. Em Brasília, conversamos com o Ministro Fernando Haddad sobre a iniciativa de nosso futuro governo em Valadares de oferecer o terreno e as instalações físicas para futura universidade. Essa iniciativa, somada a outros esforços, como aqueles envidados aqui, ontem, já representa mais um passo para que Valadares possa sediar sua futura universidade federal.

Também fomos recebidos em Brasília pelo Vice-Presidente José Alencar, que tem olhar especial para Minas, como todo o governo Lula, assim como para o Vale do Rio Doce, já que ele é de Caratinga. Fomos lá discutir, mais uma vez, os efeitos da crise econômica internacional, da crise financeira iniciada pelos Estados Unidos, que, claro, tem trazido consequências graves para todo o mundo. Essas consequências atingiram nosso país, especificamente nossa região. Houve a suspensão dos investimentos já anunciados pelo governo Aécio Neves para Governador Valadares, que seriam destinados à implantação de duas unidades industriais de celulose, por meio da Aracruz Celulose. Fomos solicitar apoio do governo federal, por intermédio do seu Vice-Presidente, que é empresário. Solicitamos que a suspensão fosse temporária, até para que as empresas pudessem avaliar melhor os efeitos da crise, e que os investimentos, em médio prazo, retornassem, porque se criou uma expectativa muito grande, após o anúncio feito pelo Governador de Minas, de geração de empregos para a cidade e a região. Essa expectativa se desfez alguns dias após o término das eleições municipais. Esta Deputada e outros Deputados da região - o Deputado Estadual Jayro Lessa trabalhou muito também - lutamos para que a Aracruz pudesse sediar sua fábrica em Governador Valadares. Agora a comunidade está decepcionada com o primeiro ato da Aracruz em Governador Valadares. Essa é razão de nossa iniciativa de procurar o governo federal, a fim de continuar apresentando nossa reivindicação para que nossa região receba não somente a Aracruz mas também outros investimentos da iniciativa privada e recursos estaduais e federais. Registro a necessidade pela qual passa o nosso país neste momento de crise.

Deputado João Leite, solicito mais alguns minutos só para encerrar nossa fala. Registro as palavras do Senador Aloizio Mercadante, num artigo que ele escreveu chamado "Audácia", publicado recentemente na imprensa nacional, no qual ele registra que o Brasil, mesmo com a crise internacional, construiu linhas de defesas importantes. Diz ele, no referido artigo: "A política econômica nacional consistente possibilitou acumular reservas internacionais elevadas, que somam mais de US\$230.000.000.000,00. Gerou-se um colchão de reservas em reais, via depósitos compulsórios, da ordem de R\$259.000.000.000,00. Conseguimos zerar o componente da dívida pública indexado ao dólar, manter a inflação sob controle e reduzir o endividamento externo público. Paralelamente, diversificou-se o comércio externo, reduzindo a dependência das exportações dos mercados norte-americano e europeu. Preservamos os mecanismos de fiscalização e controle do sistema financeiro, que é mais regulado e menos alavancado que seus congêneres norte-americano e europeu. A mais sólida defesa foi, porém, a reativação da economia puxada pelo mercado interno de consumo de massas."

Por fim, apresenta algumas alternativas, como estabilizar a taxa de câmbio e assegurar a realização dos investimentos previstos no PAC. Aliás, fomos discutir essa questão no Ministério das Cidades e com a Ministra Dilma, Deputado João Leite. Queremos que Governador Valadares continue com os investimentos do PAC, que somam mais de R\$120.000.000,00, a fim de garantir uma compensação, já que os investimentos da Aracruz não mais chegarão brevemente. Então, desejamos que os investimentos do PAC continuem sendo aplicados em Minas, em Valadares, enfim, em todas as regiões brasileiras. Trata-se de investimentos públicos pesados e importantes. Esperamos que o governo federal não promova cortes, especialmente nas políticas sociais. Vamos trabalhar para evitar que isso aconteça. Para tanto, temos de desenvolver um amplo programa de habitação popular, manter os exitosos programas sociais e melhorar a qualidade do gasto público, reduzindo despesas correntes.

É necessário que todos nós que vamos governar Municípios a partir do próximo ano planejem nossas ações com visão de futuro, com criatividade. É preciso escolhermos, com tranquilidade, as prioridades da próxima gestão; é necessário garantirmos a qualidade dos serviços públicos e, para tanto, teremos de contar com uma equipe competente, capaz de garantir bons resultados e de utilizar, de forma eficiente, os recursos. É importante possuímos uma agenda social, com vistas a ampliar os programas, os recursos da educação e da saúde, especialmente os do PAC, garantindo-se verbas para o saneamento e para a habitação.

Certamente, essas políticas minimizarão qualquer impacto advindo da crise internacional e garantirão investimentos públicos do Estado e do governo federal. Em Minas, o PPAG e o Orçamento da União para 2009 estão sendo discutidos. Pretendemos apresentar emendas a fim de garantir que os investimentos públicos somem-se aos da iniciativa privada. Dessa forma, poderemos realizar as esperanças geradas durante as eleições, já que as pessoas apostaram em nosso programa de governo, bem como nos dos demais gestores municipais.

A partir de iniciativas dos governos federal e estadual, bem como de ações criativas de nossas gestões, é possível minimizar qualquer efeito da crise que porventura venha se abater sobre os nossos Municípios, com diminuição da arrecadação ou impactos financeiros negativos em nível nacional e estadual.

Registro que é importante os Municípios realizarem também um debate sobre essa crise e, ainda, que busquem criar condições para, de maneira planejada, atender às expectativas das pessoas que apoiaram e apostaram em novos projetos e programas, e em novos gestores municipais. Obrigada.

O Deputado Getúlio Neiva - Meu caro Presidente Deputado João Leite, é uma alegria poder estar nesta tribuna hoje tendo a Presidência dos trabalhos nas mãos de um grande amigo, grande parlamentar, figura impoluta na política de Minas.

Sr. Presidente, na manhã de hoje, depois de um esforço muito grande, de muitos anos, principalmente do Deputado Dinis Pinheiro, conseguimos aprovar na Comissão de Fiscalização Financeira o projeto do ICMS Solidário. Este é um instante interessante e importante porque já conseguimos que a Mesa envie à publicação para inclusão na pauta, já a partir de amanhã, para votação em 1º turno, esse projeto que beneficia 734 Municípios de Minas Gerais. Foi uma obra de engenharia muito grande. Uma luta que o Deputado Dinis Pinheiro encetou ao longo de mais de seis anos. Com a compreensão dos companheiros da Casa, formou-se uma comissão que me delegou a responsabilidade de ser o orientador do grupo de trabalho. Tivemos várias reuniões, fizemos várias projeções e buscamos acordos com todos os que tinham interesse, desde as cidades mineradoras às cidades que poderiam deixar de receber mais recursos, como o Triângulo Mineiro. Conversamos e acertamos com a Deputada Ana Maria Resende, Presidente da Frente Parlamentar do ICMS Solidário. Analisamos todas as viagens feitas em toda Minas Gerais com o projeto. Finalmente, conseguimos a aprovação na Comissão de Fiscalização Financeira, a última das comissões. O projeto está pronto para o Plenário, embora a pauta esteja obliterada em função de vetos importantes do Sr. Governador a projetos também muito importantes, especialmente em relação ao projeto de reforma do Judiciário do Estado.

Nossa posição, Sr. Presidente, é alertar os nossos 734 Prefeitos que serão beneficiados com a aprovação desse projeto, porque terão aumento de arrecadação. Os Prefeitos, especialmente da região do Mucuri, do Jequitinhonha, do Norte de Minas, parte da Mata e do Rio Doce, aqueles mais pobres, terão uma vantagem na aprovação desse projeto, já a partir de janeiro do próximo ano.

No entanto, essa advertência é para que não percamos de vista esse horizonte. Precisamos votar esse projeto em 1º turno tão logo consigamos ultrapassar os vetos. Mas o 2º turno precisa ser votado ainda este ano, para que a lei entre em vigor no ano que vêm.

Sr. Presidente, eu me lembro de que, com a presença de V. Exa. aqui no Plenário, discutimos muito, no final de 2007, a necessidade de que pelo menos dois grandes projetos fossem apreciados neste ano de 2008. Lembro-me de que convocávamos os companheiros para lutarmos pela aprovação da reorganização judiciária e do ICMS Solidário. A reorganização do Judiciário já foi votada. Estamos agora apreciando os vetos do Sr. Governador a alguns dispositivos da lei. Quanto ao ICMS Solidário, estamos com o prazo apertado. Faço um apelo aos nobres colegas e especialmente ao Líder da Maioria, Deputado Domingos Sávio, para que nos ajudem a colocar os companheiros em Plenário na próxima semana, quando deveremos votar esse projeto, que é de suma importância para as regiões mais carentes e deprimidas do nosso Estado.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Cumprimento V. Exa. por sua luta, que vem de longa data. A causa é uma das mais justas, vem com o espírito da própria Lei Robin Hood, vem com o espírito da solidariedade e com espírito municipalista. É no Município que acontecem os problemas, é essa célula que precisa ser fortalecida. Parabênizo V. Exa. pela luta aqui na Assembléia, pela sua história brilhante como grande municipalista. Aproveito o ensejo deste aparte, contando com a sua generosidade de conceder-me alguns minutos e cumprimentando o Presidente, Deputado João Leite, meu companheiro de partido e parceiro, para falar da alegria de recebermos a visita do Prefeito eleito de Divinópolis, nosso colega Vladimir Azevedo, do PSDB, e o Vice-Prefeito, Francisco Martins, do PDT. Eles têm uma afinidade conosco, Deputado Getúlio Neiva. São figuras que têm origem no Legislativo, pois foram Vereadores - o Vladimir ainda é - e lutam pelo fortalecimento do Município. Agora terão o desafio de assumir a Prefeitura de uma das maiores cidades de Minas. Obviamente, estão fazendo, de véspera, um esforço para cumprir todos os compromissos. Recentemente, estiveram em Brasília, e hoje estão em Belo Horizonte, já se encontraram com o Prof. Anastasia, Vice-Governador do Estado, que será um parceiro para ajudá-los a implementar em Divinópolis uma série de modernizações no campo administrativo. Estamos indo agora para uma reunião com o Secretário Marcus Pestana, com quem trataremos da necessidade de ampliar a oferta de leitos do SUS, seja construindo mais um hospital, seja ampliando o Hospital São João de Deus. Faço este aparte justamente para parabenizar V. Exa. e registrar, através da presença desses líderes, que o processo eleitoral é sempre a possibilidade de novas esperanças. Que o diga não apenas o povo americano, mas de certa forma de todo o planeta, neste momento em que o jovem líder Obama é consagrado de forma tão vigorosa Presidente dos Estados Unidos. Isso renova o espírito de todos nós e principalmente a minha admiração por V. Exa., que é um dos tribunos mais brilhantes desta Casa e não fica apenas na retórica. V. Exa. é daqueles que sabem unir a teoria com a prática e sempre trabalham não apenas pela sua grande Teófilo Ottoni, mas por toda Minas Gerais. Parabéns. Muito obrigado.

O Deputado Getúlio Neiva - Eu é que agradeço, Deputado Domingos Sávio. Faço minhas as palavras do Presidente, ao cumprimentar o Prefeito e o Vice-Prefeito eleitos de Divinópolis. Agradeço ao Deputado Domingos Sávio o aparte esclarecedor e brilhante. Que toda a cidade possa, com o sorriso do Prefeito e do Vice-Prefeito, também sorrir nos próximos quatro anos, com muitas obras e realizações. Um abraço.

Sr. Presidente, gostaria de abordar um assunto que me constrange, em função das discussões generalizadas entre os companheiros Deputados. Apesar de termos, ao longo do tempo, no ano passado inteiro, comentado, na Casa Civil, a necessidade de uma aproximação maior entre os Secretários de Estado e os Deputados, por meio de uma parceria entre os Poderes Executivo e Legislativo - e o Legislativo sempre tão bom, ao ponto de outorgar leis delegadas ao Governador -, também queremos que os Deputados sejam um pouco mais respeitados pelos Secretários de Estado. Isso significa que eles não devem entrar no território em que os Deputados são majoritários, comprometendo-se, realizando e inaugurando obras, sem nem sequer fazer um convite aos Deputados. Caro Presidente, essa queixa não é só minha, é generalizada, inclusive da parte de vários parlamentares do próprio PSDB, partido do Governador. A minha crítica não é específica a um Secretário, assim como fiz no ano passado e parece que não deu muito resultado. Existem, na minha cidade, algumas obras que foram feitas sem o meu conhecimento, até mesmo com planificação de inauguração sem que eu tenha sido convidado. Isso é muito estranho, porque, quando precisam de suporte legal para operar o Estado, eles vêm a esta Casa buscar o nosso voto. Sei que o Governador não deve estar ciente desses detalhes, mas é importante verificá-los, porque, se Minas quer manter a unidade que existe hoje, na Assembléia, manter essa grande parceria entre o Executivo e o Legislativo, e se queremos fazer de Minas o sustentáculo para a ocupação do Planalto e trabalhar para que o nosso Governador tenha a chance de ser o futuro Presidente da República, há necessidade de que os Diretores de órgãos públicos e os Secretários de Estado respeitem um pouco mais os Deputados e não passem por cima daqueles que estão lá na base, acertando e conversando com os Prefeitos e com os Vereadores, sofrendo, no varejo, aquilo de que eles só cuidam no atacado. Há necessidade de um certo nível de respeito para com os

Deputados, que aqui labutam e dão suporte ao Poder Executivo. Lamentamos, Sr. Presidente, dizer isso. Vou falar de forma genérica, sem ser específico, como fui no passado, quando reclamei de um certo órgão e de uma certa secretaria. Existem órgãos do terceiro escalão do governo que interferem na vida municipal sem que o Deputado majoritário tenha conhecimento disso, o que é muito ruim, pois mostra que esta Assembléia está na parceria em mão única, isto é, damos tudo e não recebemos nada. Há um certo desprestígio do parlamentar que é preciso revelar. Sei que a maioria dos Deputados gostam de tratar disso a portas fechadas, conversando com o próprio Secretário, dizendo a ele que estão se sentindo pisados e contrariados, mas prefiro jogar limpo e jogar claro, aberto. Isso porque o meu interesse não é apenas o de atender os Municípios que represento, que são poucos, mas também defender o parlamento, como uma instituição que deve ser prestigiada, já que aqui nascem todos os instrumentos legais: o PPAG e o Orçamento.

Além disso, na hora de se realizarem as obras com as verbas destinadas pelos Deputados, no Orçamento votado pelos Deputados, somos atropelados por pessoas que se transformam em vice-reis, considerando que seus cargos são mais importantes que aqueles buscados junto à vontade popular. Eles acham que ser Diretor ou Vice-Diretor ou Secretário Adjunto ou Presidente deste ou daquele órgão ou empresa é mais importante que ser Deputado e representar o povo. Inebriados que estão com a popularidade do Governador, acima de 80%, acham que podem usar daquela posição outorgada pelo Governador, como se fossem vice-reis desse império das Minas Gerais. Isso precisa ser avaliado com carinho e cuidado. Se não quisermos cuidar do futuro de Minas Gerais, não há problema, pois o Governador tem mais dois anos de mandato, depois vai embora para casa ou disputa outro tipo de eleição. Mas há problema se quisermos enxergar Minas no horizonte de disputa de eleição presidencial, de ocupação do Planalto, no horizonte de nossa não-submissão aos desígnios de São Paulo, se não quisermos continuar a ser filial de um único Estado da Federação, se não quisermos permanecer nessa situação. É interessante que, desde Juscelino Kubitschek, exceto por Itamar na Presidência por algum tempo, nunca mais ocupamos a Presidência da República. Não existe mais a política do café-com-leite, mas só a política de São Paulo, não tem nem café nem leite. Essa situação é ruim para aquelas pessoas que estão trabalhando no governo pensando que estão ajudando, mas estão prejudicando o governo, criando um nível de insatisfação de forma clara, pois estamos há seis semanas sem conseguir votar nada no Plenário desta Casa. Insatisfeitos com o quê? Por que não votar? Para votar veto é preciso posição contra ou a favor. Mas por que obliteração da pauta, por que obstrução permanente, por que a ausência de grande parte dos Deputados da base do governo? Por que essa formidável ausência no Plenário? Satisfação? Felicidade? Alegria? Está todo o mundo contente? Penso que o governo deve analisar essa situação e verificar se as pessoas, ao visitarem o governo, estão dizendo que está tudo bem. O que estamos sentindo na Casa é que não está. O que sentimos é que há uma insatisfação generalizada. Que não há um Deputado, ou grupo de Deputados, ou partido obliterando o serviço da Casa. Não é só isso. Existe mais alguma coisa por trás dos panos, atrás dos bastidores. Devo dizer, até em homenagem ao nosso Governador, que existe uma insatisfação crescente, a qual percebi no ano passado e estou vendo crescer neste ano, em função do comportamento dos chefes de governo, das pessoas que se julgam mais importantes até do que o próprio Governador, escorados na popularidade tão divulgada pelos órgãos de imprensa. Portanto, essa é a nossa preocupação, que exponho nesta tarde sem querer detalhar, porque já fui muito advertido por ter dito nomes de Secretários e pessoas. Mas quero dizer que não dá para explicar que, durante seis semanas, não se consiga votar. Está acontecendo alguma coisa. Será que o Poder Executivo não se preocupa com isso? Só nós vamo-nos preocupar? Nós, que estamos aqui - pelo menos a Bancada do PMDB está sempre presente todos os dias -, percebemos. Será que eles não vão perceber? Está bom assim? Deixa correr? Deixa como está para ver como fica? Estão todos satisfeitos? Se estiverem, tudo bem. Mas entendo que alguém deveria tocar neste assunto. Alguém deveria vir aqui e dizer que há necessidade de uma correção de rumos, mas, sobretudo, há necessidade de se dizer se Minas tem projeto para o Brasil e para Minas. Acabou-se a eleição municipal, e todos os que tinham que ser feridos e machucados já o foram. E muitos foram machucados, aqui e ali. Houve muito sofrimento, mas, curadas as feridas, vamo-nos perguntar mais uma vez: o que está acontecendo? Por que a Assembléia está desmotivada? Por que o Plenário está vazio? Por que a pauta está trancada?

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 10/11/08, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Luiz Humberto Carneiro

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 31/10/08, que exonerou Grace Solange da Silva do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas;

exonerando, a partir de 4/11/08, Fernando Santiago da Silva Junior do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Barbara Aline Correia de Sousa Jardim para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete I, padrão VL-55, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD.

ERRATA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 8/11/2008, na pág. 41, col. 2, sob o título "Gabinete do Deputado Pinduca Ferreira", onde se lê:

"Hudson Inácio Silva", leia-se:

"Hudson Silva Inacio".